

RAQUEL TAVARES LIMA GIANNASI



IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

uma abordagem sobre os centros de
acolhimento para crianças e adolescentes

IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

uma abordagem sobre os centros de
acolhimento para crianças e adolescentes

Trabalho Final de Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
2024

Raquel Tavares Lima Giannasi
Orientação: Joana Mello de Carvalho e Silva

**A quem esteve presente desde que me entendo por gente,
A quem chegou e permaneceu,
A quem passou e marcou,**

**Por todos os ensinamentos,
pelas trocas,
e vínculos construídos**

Resumo

O ambiente construído é capaz de produzir sentidos que se configuram para além do âmbito material e estão diretamente relacionados aos processos de subjetivação por meio da apropriação do espaço e do cotidiano. Entende-se que os espaços possuem papel fundamental na vivência e experiência dos indivíduos, de modo que a arquitetura - em suas múltiplas escalas - se configura como importante ferramenta de transformação das percepções humanas. O presente trabalho busca investigar os processos de subjetivação dos espaços através de um estudo de caráter teórico e propositivo constituído por uma revisão da literatura do habitar e pela elaboração de um projeto de intervenção em uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes localizada na cidade de São Paulo. O desenvolvimento deste trabalho possui um viés pluridisciplinar e um esforço de articular a arquitetura em conjunto com a psicologia, a psicanálise e a pedagogia, a fim de promover reflexões acerca dos modos de habitar de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, sob os cuidados do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).

Palavras-chave: Casa; Acolhimento Institucional; Crianças e Adolescentes; Psicologia Ambiental.

Abstract

The built environment is capable of producing meanings that go beyond the material scope and are directly related to the processes of subjectivation through the appropriation of space and everyday life. It is understood that spaces play a fundamental role in the lives and experiences of individuals, so that architecture - in its multiple scales - is an important tool for transforming human perceptions. The present work seeks to investigate the processes of subjectivation of spaces through a theoretical and propositional study consisting of a review of the literature on living and the elaboration of an intervention project in an institutional care institution for children and adolescents located in the city of São Paulo. The development of this work has a multidisciplinary bias and an effort to articulate architecture together with psychology, psychoanalysis and pedagogy in order to promote reflections on the ways of living of children and adolescents in situations of social vulnerability, under the care of Institutional Reception Service for Children and Adolescents (SAICA).

Keywords: Home; Institutional Shelter; Children and Adolescents; Environmental Psychology.

“Lar não é onde você nasce; lar é onde cessam todas as suas tentativas de fuga”

**Naguib
Mahfouz, s.d.**

Sumário



capítulo 01

10 Introdução

18 Acolhimento institucional infantil sob perspectiva

21 Institucionalização do acolhimento

33 Vínculos: a importância do desenvolvimento socioafetivo

43 Ações emancipatórias: crianças - sujeito e adolescentes - protagonista



capítulo 02

60 Lar: vida diária, íntima e comum

63 Habitar: percepção e vivência

69 Individuação: a importância da individualidade

79 Ambiente familiar: aspectos do cotidiano

87 Formas de morar nos serviços de acolhimento institucional



capítulo 03

92 Entre o íntimo e o comum: a constituição da singularidade no espaço coletivo

95 As interseções entre comportamento humano e ambiente construído

103 Ambiências: materialização espacial de aspectos subjetivos

109 Privacidade: fronteiras entre o espaço pessoal e a instituição

115 Apropriação: organização material e simbólica do espaço



capítulo 04

122 Projeto: a construção do diálogo coletivo

124 Uma leitura do lugar

142 As trocas, afetos e significados

162 Cartilha projetual

168 Ensaio

208 Considerações finais

213 Bibliografia

223 Anexos

Introdução

O lar é uma condição complexa e difusa, que integra memórias, imagens, desejos, temores, passado e presente; comportando um conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas quotidianas, que constitui reflexo do habitante, dos seus sonhos, esperanças, dramas e da sua própria memória. O cenário em que nossos dias decorrem constitui um autorretrato a três dimensões. Como escreveu o poeta francês Noël Arnaud: “Sou o espaço onde me encontro”.

(Gustau Gili Galfetti, 1999, p. 07)

As casas onde moramos possuem papéis significativos em nossas vidas, de modo que constituem parte daquilo que somos, das nossas personalidades e representações. Os significados atribuídos aos nossos locais de morada são variados e podem assumir diferentes sentidos, tais como proteção, refúgio, higiene, conforto, intimidade e convívio familiar. No entanto, não são todas as pessoas que podem desfrutar dessa atribuição de significados positivos às suas casas, seja por razões de carência material ou imaterial. O presente trabalho tem como foco o caso de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que estão privadas do convívio familiar cotidiano e habitam, sob medida protetiva, instituições de acolhimento.

O desamparo social em nosso país é constituído por diversos marcadores que são amplamente mobilizados, em grande parte das vezes de maneira interseccional¹, para compreender a formação da

sociedade brasileira. Dentre esses marcadores, mobiliza-se nesta pesquisa majoritariamente os recortes de classe, raça e gênero uma vez que os mesmos contribuem para o entendimento da realidade sócio-política que configura o perfil² das crianças e adolescentes que habitam os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs). Tal realidade é reflexo dos campos de força estruturantes da sociedade brasileira, pautados pela desigualdade social e racial.

Observando a partir do ponto de vista dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, identifica-se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90) como um marco na reinterpretação do conceito de infância e dos programas de acolhimento. Tal mudança foi resultado da mobilização da população no contexto de redemocratização do país e do crescimento de discussões em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, fortalecendo o debate acerca da infância e da juventude. É nesse contexto que a noção de abrigo é substituída pela noção de casa de acolhimento através do entendimento de que este serviço de proteção social de alta complexidade deveria contemplar não apenas a assistência básica às crianças e adolescentes como também o cuidado e o acolhimento.

Ainda que as instituições de acolhimento institucional devam ser compreendidas como equipamentos de proteção emergencial e de caráter provisório para crianças e adolescentes em situação de

movimento negro, o qual era liderado por homens negros. O conceito de interseccionalidade, portanto, embora tenha um viés teórico voltado para o estudo e pesquisas e tenha uma ampla difusão na Academia, tem a sua origem que remonta a lutas sociais por igualdade de classe, gênero e raça (COLLINS, BILGE 2020). Para tanto, empresta-se este termo na presente pesquisa para revelar a sobreposição e interação entre os sistemas discriminatórios na realidade político-social do Brasil.

2 Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, Conanda, 2003), a maioria dos abrigados são meninos (58,5%) com idades entre 7 e 15 anos, negros (63%) e pertencentes a famílias de baixa renda (renda familiar até um quarto do salário mínimo).

1 O termo interseccionalidade foi criado em meados da década de 1980 e 1990 no contexto de lutas sociais de feministas negras norte-americanas. Houve uma mobilização da interseção entre os marcadores sociais de classe, gênero e raça uma vez que as mulheres negras e pobres não se enquadravam nem no movimento feminista, o qual era liderado por mulheres brancas, nem no

vulnerabilidade social, tal como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a provisoriação muitas vezes não é alcançada, e estes permanecem mais tempo do que o previsto inicialmente nestas unidades, sendo o tempo médio de permanência de dois anos (Assis e Farias, 2013). Esse fator se agrava principalmente quando as crianças e adolescentes carregam consigo alguns marcadores - de raça, classe e gênero - que dificultam a reinserção em suas famílias de origem ou de inserção em família substituta. O prolongamento do tempo de permanência, por sua vez, configura-se também como um outro obstáculo para o desacolhimento, uma vez que há preferências por crianças menores no processo de adoção³. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre os modos de morar nas instituições de acolhimento, uma vez que este lar, que assume caráter provisório para alguns, pode, muitas vezes, tornar-se permanente.

Dessa maneira, este trabalho pretende contribuir com a dimensão arquitetônica nos debates relacionados aos serviços de acolhimento institucional, através de uma análise qualitativa e descritiva dos modos de habitar e da proposição de um plano de intervenções - de curto e longo prazo - na unidade de acolhimento escolhida como estudo de caso. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento do debate da qualidade das edificações destinadas ao acolhimento, através da inserção da relevância da dimensão ambiental na concepção e implementação das unidades, visando garantir melhor qualidade de vida e bem-estar para os seus moradores.

A escolha deste tema se deu pelo interesse em estudar a expressão das vivências pessoais no espaço e o desenvolvimento do sentimento de “sentir-se e estar em casa”. Durante a graduação entrei em contato

³ Embora o processo de adoção não seja objeto de estudo do presente trabalho, é importante compreendê-lo de forma conjunta com o lugar discursivo que a maternidade e a parentalidade ocupam na sociedade, marcado por componentes sociais e políticos.

com dois textos que trouxeram à tona a questão da perspectiva material e simbólica dos espaços, bem como a noção de pertencimento e identidade, de modo que tiveram grande importância para esta pesquisa. Tratam-se das obras *Atmosferas*, de 2006, do arquiteto Peter Zumthor e *Construir, habitar, pensar*, de 1991, do filósofo Martin Heidegger. Já interessada por uma abordagem mais lírica dos espaços e pela importância da arquitetura em termos de materialidade sensível, encontrei nestas duas obras alguns instrumentos para a compreensão de meus questionamentos: o significado do habitar que transcende a visão utilitária de ocupar um ambiente construído, a percepção de como a arquitetura pode criar vínculos entre as pessoas e os lugares e de, como, através do exercício de nossa profissão, podemos repensar o comportamento socioespacial humano, através do projeto de espaços acolhedores e confortáveis. O que busco investigar neste trabalho é, portanto, o habitar no SAICA a partir do questionamento das condições existentes e das perspectivas subjetivas do morar.

Partindo das formulações de Elali (2009) acerca do conceito de psicologia ambiental enquanto campo de pesquisa dedicado ao estudo das relações recíprocas entre pessoa e ambiente construído, torna-se possível fazer uma articulação deste conceito com o tema do presente trabalho, pois o que norteou o desenvolvimento do mesmo foi o estudo do comportamento socioespacial das crianças e adolescentes institucionalizados em busca de compreender as significações e a influência de suas subjetividades no ambiente construído. Essa abordagem, que visa trazer à tona a questão identitária dos moradores do SAICA, é um pretexto para pensar outras questões para além da arquitetura, discutindo temáticas presentes nos estudos da psicologia e da psicanálise a fim de compreender a realidade vivida no acolhimento institucional.

Para assegurar a obtenção dos objetivos propostos, este trabalho baseou-se na articulação dos seguintes instrumentos de pesquisa:

Revisão Bibliográfica, Observação, Conversas individuais e Rodas de Conversa. Vale mencionar que as conversas individuais e as rodas de conversa foram realizadas a partir da autorização da coordenadora da unidade, que permitiu que fossem feitas visitas, dinâmicas, conversas e levantamentos fotográficos, desde que mantivessem em sigilo o nome da unidade de acolhimento, a sua localização e o nome e identidade dos acolhidos e funcionários. Dessa forma, os nomes dos acolhidos e dos funcionários ilustrados na presente pesquisa são nomes fictícios.

Revisão bibliográfica: Considerando que o tema deste trabalho apresenta uma relação entre aspectos arquitetônicos, pedagógicos e psicológicos, foi necessário realizar uma contextualização dos referenciais teóricos clássicos acerca das definições de intimidade, privacidade e apropriação, das etapas do desenvolvimento infantil e dos aspectos psicossociais que perpassam por estas áreas do conhecimento. Assim, este método pretendeu reunir um levantamento da produção bibliográfica que engloba a temática do acolhimento e do desenvolvimento infantojuvenil para corroborar com a estruturação do presente trabalho.

Observação e Conversas individuais: Com o intuito de investigar as relações entre pessoa-ambiente e compreender a noção de casa e espaços afetivos no contexto do SAICA, foi necessário realizar uma coleta de dados de uma unidade de acolhimento, tanto no quesito urbano, quanto arquitetônico. A observação das dinâmicas espaciais e comportamentais, bem como a realização de conversas individualizadas com os funcionários da unidade de acolhimento e de conversas informais com as crianças e adolescentes foram essenciais para a constituição de um aporte qualitativo das dinâmicas existentes. Esse método levou em consideração a noção de que uma proposta de adequação de um espaço habitado deve ser pensada a partir das relações cotidianas (DE CAMARGO, 2007).

Rodas de Conversa: Para além das entrevistas com os funcionários, os quais possuem um papel profissional no contexto do SAICA, reconheceu-se a necessidade da adaptação de uma metodologia capaz de coletar as informações das crianças e adolescentes que extrapolasse as conversas informais realizadas semanalmente enquanto brincávamos. Para isso, a presente pesquisa adotou as Rodas de Conversa em pequenos grupos como ferramenta para obter informações de fontes primárias. Foram organizadas rodas de conversa em grupos de até cinco crianças e adolescentes, de modo a abrir o espaço de fala aos mesmos. Ao considerar os habitantes do SAICA como crianças-sujeito e adolescentes-protagonista, o instrumento de pesquisa descrito neste item é indispensável para o desenvolvimento do presente estudo, uma vez que dá voz aos moradores e reconhece a importância de seus sentimentos e percepções para a elaboração de um projeto de intervenção.

A estruturação deste trabalho é fruto do interesse em articular a pesquisa teórica com a prática propositiva da arquitetura, através de um ensaio projetual. A unidade escolhida para o estudo de caso, identificada no presente estudo como *Inst. - a fim de manter o sigilo da mesma* -, está localizada na Zona Oeste de São Paulo e é parte da Organização Social Ser Especial⁴. A escolha desta unidade ocorreu a partir da abertura e da motivação da coordenadora da unidade, que possibilitou o desenvolvimento da presente pesquisa.

4 A Ser Especial é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (O.S.C.I.P), segundo o Ministério da Justiça. O seu surgimento, em 2002, estava relacionado à assistência de integração ao trabalho com foco em Programas de Inclusão Profissional de pessoas com deficiência e Programas de Aprendizagem Profissional. E, embora a organização tenha diversos equipamentos que atuam nessa frente, ela expandiu o escopo de seus serviços e conta também com outras modalidades de serviços de assistência social, tal como os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).

O primeiro capítulo procura analisar a institucionalização do acolhimento no Brasil de modo a articular essa prática com a política assistencialista do governo brasileiro. Busca-se compreender o contexto de implementação dos centros de acolhimento institucional bem como as transformações ocorridas em relação à compreensão da situação de fragilidade vivida pelas crianças e adolescentes que foram afastados de suas famílias de origem. O capítulo também traz a discussão da importância dos vínculos na conformação da identidade do indivíduo e do desenvolvimento infantil, além de práticas emancipatórias que enxergam a figura da criança e do adolescente como sujeitos autônomos e criativos. Através da leitura da teoria montessoriana, elaborada pela médica feminista Maria Montessori (1870-1952), discute-se a questão da pedagogia infantil reconhecendo a importância da interação ambiental e da ambiência dos espaços no processo de aprendizado.

Logo após a introdução do objeto de estudo e dos temas que o circunscrevem, o segundo capítulo propõe a discussão da noção de lar a partir da compreensão do conceito de habitar enquanto lugar de relações afetivas. Reconhece-se o processo de individuação como produto da sociedade moderna no qual a individualidade adquire centralidade na experiência social. Busca-se também compreender a importância da familiaridade e do reconhecimento do lugar enquanto prática habitual a fim de compreender os elementos que constituem o lar enquanto lugar da vida diária, íntima e comum. Para traçar o paralelo dessas reflexões com a realidade das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, discute-se também sobre as formas de morar nos serviços de acolhimento institucional a fim de revelar que ainda que a modalidade de acolhimento seja entendida como medida provisória e excepcional é importante que este habitar seja pensado a partir da ambiência da casa de modo a garantir que este período de acolhimento não se configure como uma lacuna no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

O terceiro capítulo discute os paralelos entre o espaço íntimo e

as vivências coletivas de modo a evidenciar as formas singulares e as representações espaciais do habitar em comunidade. Para isso, mobiliza-se a noção de descolonização de olhares e escutas elaborada por Cruz (2004), na qual há a compreensão de que as diferentes formas de habitar são singulares e devem ser entendidas em suas múltiplas significâncias, observando o cotidiano para além da questão social da precariedade e vulnerabilidade. Nesse sentido, este capítulo configura-se como uma síntese de três conceitos-chave utilizados para compreender as interseções entre comportamento humano e ambiente construído no contexto do acolhimento institucional: a ambiência, a apropriação e a privacidade - entendidos como elementos capazes de estabelecer vínculos e afetos.

O quarto capítulo, por sua vez, apresenta um ensaio projetual a partir do diálogo com o corpo de funcionários e os moradores da *Inst.*, realizado através de visitas de campo. Inicia-se o capítulo com a apresentação do edifício que é objeto de intervenção do projeto, o contato com os profissionais técnicos, cuidadores e moradores, as percepções vivenciadas e, em seguida, a definição de premissas elaboradas para a realização de intervenções em unidades de acolhimento. Posteriormente, produz-se um ensaio projetual que considera um plano de intervenção faseado - de curto e longo prazo - a fim de atender as demandas urgentes e de possibilitar também reflexões projetuais para intervenções de maior porte. Essas últimas, por precisarem de maior mobilização e recursos, aparecem nas intervenções de longo prazo, enquanto as demandas mais pontuais advindas de necessidades reais foram alocadas nas intervenções de curto prazo, a fim de atender as demandas verificadas com os moradores e funcionários do serviço. O exercício de projeto apresentado neste último capítulo tem como referencial a discussão desenvolvida no decorrer da pesquisa de modo a levar em consideração os aspectos da apropriação, identificação e pertencimento dos moradores com a sua morada.

Acolhimento institucional infantil

sob perspectiva

O presente capítulo busca trazer uma breve aproximação da história do acolhimento institucional no Brasil a fim de caracterizar o objeto de estudo e compreender o quadro nacional da política de acolhimento para crianças e adolescentes no país. Além disso, articulou-se, de forma breve, duas perspectivas - psicanalítica e educacional - que corroboram para o entendimento do desenvolvimento infantil no contexto da realidade institucional. Do ponto de vista da psicanálise, investiga-se a importância dos vínculos afetivos na construção da identidade própria aplicando essa hipótese no contexto da institucionalização. Do ponto de vista educacional, elencou-se a pedagogia montessoriana como uma metodologia que pode servir de inspiração para as casas de acolhimento enquanto prática educacional que valoriza a autonomia e emancipação das crianças e adolescentes.



Institucionalização do acolhimento

A questão da institucionalização do acolhimento é, antes de tudo, uma questão de ordem política e social no país. E, quando vista sob a perspectiva dos campos de força e das representações, ou seja, das relações sociais e imateriais estruturantes da sociedade brasileira, uma série de desigualdades materiais, sociais e raciais ficam evidentes.

Quando analisamos o perfil das crianças e adolescentes acolhidos, nota-se um padrão de desigualdade pautado nos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Nesse espectro nota-se que os sistemas discriminatórios instaurados não apenas se sobrepõem como também interagem entre si. Não é mera coincidência que as crianças pobres e negras sejam as mais atingidas pelo desamparo se comparadas com crianças brancas com condição mais privilegiada. Além de que são raros os casos em que crianças de famílias de classe média e alta são levadas para as unidades de acolhimento, uma vez que 24% das crianças e adolescentes são acolhidos por conta da carência de condições financeiras e materiais (IPEA, CONANDA, 2003). Soma-se a isso o fato de que, na procura por crianças a serem adotadas, predominam-se as buscas por meninas brancas de até três anos de idade (NÚCLEO ACESSO, 2020). Isso revela parte da constituição histórica da figura feminina como um corpo de maior utilidade para os serviços domésticos bem como a compreensão do feminino enquanto um corpo mais dócil, além do preconceito de raça escamoteado na sociedade brasileira (GONZALES, 1984). Este panorama do perfil dos acolhidos traz à tona a interpretação de que este tema não está desvinculado da reprodução sistemática de desigualdades no país de modo que este trabalho se insere na discussão de políticas públicas - não devendo restringir-se ao debate exclusivo dos centros de acolhimento.

Tendo em vista o quadro nacional dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes (IPEA, CONANDA, 2003), reconhece-se a importância do estudo da qualidade ambiental das instituições de acolhimento. Isso porque embora o Estatuto da Criança e do Adolescente

Como promover o que consideramos o “bem-estar da criança” sem atropelar os direitos de seus pais? Como promover a justiça social sem perpetuar a violência simbólica embutida na história da nossa legislação que, tradicionalmente, tem estigmatizado pais pobres? [...] Constatamos uma situação paradoxal em que o princípio igualitário, aplicado a uma sociedade de extrema desigualdade, tende a servir como mecanismo ideológico que reforça a desigualdade.

(FONSECA, 2002, p.140)

(1990) estabeleça a transitoriedade da passagem pelas instituições, essa não é a realidade para 55,2% dos acolhidos (IPEA, CONANDA, 2003). E, embora as políticas sociais do governo voltadas para as crianças e os adolescentes após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, tenham se encaminhado para ações mais educativas em comparação a práticas repressivas de políticas anteriores, ainda é necessário avançar nestas ações, de modo articulado, na produção dos espaços de acolhimento. Estes devem ser, por sua vez, espaços que estimulem a autonomia e contribuam para a conformação de espaços afetivos. Nesse sentido, torna-se importante compreender a institucionalização no Brasil do ponto de vista arquitetônico.

Segundo Savi (2017), a aceitação da modalidade de acolhimento institucional como medida provisória e excepcional é vista como uma barreira nos avanços da pesquisa na área da assistência social. Isso porque o termo provisório carrega consigo a ideia de passageiro, deixando em evidência o caráter transitório da casa de acolhimento, de modo que facilita os argumentos de que não se deve concentrar recursos e propor melhorias para este equipamento uma vez que ele abriga crianças em trânsito, de maneira momentânea. É importante reforçar que não há nessa interpretação a defesa do prolongamento da permanência das crianças e adolescentes nestes equipamentos, mas também não se deve restringir os esforços de estudo voltados para a melhoria destes ambientes sob a justificativa de que é um período provisório, sobretudo porque essa brevidade não ocorre na prática e o período de permanência nas instituições se prolonga. Dessa maneira, é necessário garantir um ambiente digno para o desenvolvimento e crescimento infantil de modo que este período de permanência na instituição seja o mais acolhedor possível dentro das possibilidades.

Se olharmos para o histórico da institucionalização no Brasil, as primeiras instituições de acolhimento destinadas à proteção da infância apareceram com o sistema da Roda dos Expostos no início do século

XVIII como alternativa para o número de infanticídios e de abortos induzidos, de modo que era uma prática feita em anonimato pela família de origem e visava exclusivamente a garantia de alimentação e moradia. Na década de 1930, com o governo Vargas, o discurso da proteção social entra como prioridade e implementam-se diversos estabelecimentos e organizações públicas destinadas à proteção da criança e do adolescente, como o Código de Menores, o Serviço de Assistência aos Menores e, posteriormente, em São Paulo o Recolhimento Provisório de Menores (RPM). No entanto, essas políticas públicas e estabelecimentos, supostamente destinados à proteção, estavam pautados muito mais na questão da prevenção da sociedade contra o “perigo” apresentado por estes jovens em detrimento do trabalho de acolhimento dos mesmos.

Com o governo militar, na década de 1960, o surgimento das Fundações Funabem e Febem revelam a influência da conjuntura política no novo modelo adotado para lidar com a questão das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no país. Nota-se que as diferentes políticas adotadas pelo governo neste período eram majoritariamente ações pautadas na ideia de punição, contrastando com as práticas assistencialistas que visavam o bem-estar dos cidadãos. Foi somente no contexto de redemocratização, na década de 1990, que novas modalidades de acolhimento foram implementadas e iniciou-se uma estruturação dos serviços de assistência social à criança e ao adolescente. Em 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) formularam o documento *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* cujo objetivo era a padronização e o estabelecimento de diretrizes para a implementação dos serviços de acolhimento a nível nacional.

Para compreender a realidade do acolhimento no Brasil, portanto, é fundamental inserir a discussão dentro da prática assistencialista do governo brasileiro. O segmento do acolhimento institucional de

crianças e adolescentes é objeto de políticas promovidas diretamente pelo Estado, através de sua própria organização interna ou mediante convênios com instituições da sociedade civil, dentre as quais destacam-se as instituições de orientação religiosa (67,2%) (IPEA, CONANDA, 2003). Embora durante a década de 1990 tenha surgido uma nova perspectiva para a assistência social, instituindo-a enquanto política pública através da municipalização dos serviços, a crescente onda de terceirização e privatização adotada pelos governos fez com que a maioria dos municípios adotasse a prática dos convênios com instituições não governamentais (65%), como forma de garantir a implantação e gestão dos equipamentos de assistência social (IPEA, CONANDA, 2003). Essa solução possui inúmeras consequências na qualidade do serviço prestado, tal como a rotatividade do serviço, a falta de transparência do uso da verba pública e, sobretudo, a perpetuação de antigas práticas que enxergam a assistência à população em situação de vulnerabilidade como prática de caridade. Dessa forma, o que ocorre é a permanência do caráter assistencialista nas instituições, deixando em segundo plano a realização de estudos para repensar as condições de vida das crianças e adolescentes acolhidos.

Essa realidade pode ser confirmada através da dificuldade em encontrar uma unidade de serviço de acolhimento institucional que estivesse aberta e disposta a contribuir com a presente pesquisa. A Inst., gerida pela *Ser Especial*, não está pautada em princípios religiosos, portanto, as abordagens e abertura que esta unidade apresentou foram diferentes em relação às demais unidades com as quais entrei em contato. Nos serviços de acolhimento de orientação religiosa, há, predominantemente, uma realidade de pouca abertura à comunidade externa e à presença da pesquisa acadêmica. Muitas vezes o que é oferecido nestes serviços é uma ajuda paternalista que não tem por objetivo a superação das precariedades e sim a prestação de um serviço de cunho emergencial. Segundo Adrião (2013), o paradigma da

perspectiva assistencialista e caritativa ainda está presente em muitas unidades de acolhimento do país, revelando a manutenção da noção da assistência social enquanto concepção da cura do corpo e da alma, como prática de caridade, e não enquanto direito social. Diante desse cenário, é preciso reforçar a importância de desconstruir a ideia de que a assistência social deve pautar-se nas práticas de caridade e assegurar que ela esteja articulada a uma política pública de reconhecimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

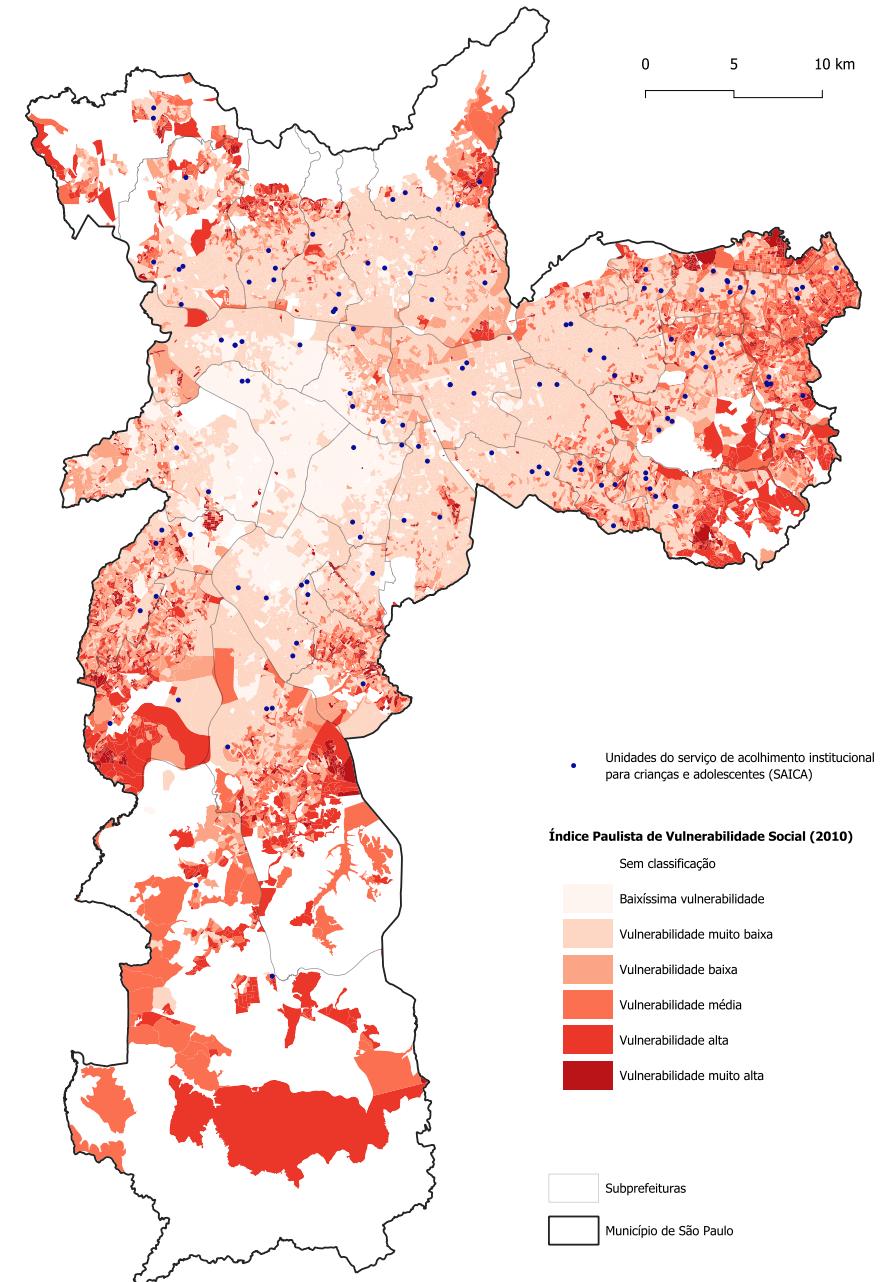
De acordo com as *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009), os serviços de acolhimento destinados a crianças e adolescentes fazem parte dos Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Vale mencionar que há diversas modalidades de acolhimento que se enquadram nessa categoria, dentre as quais podemos citar as casas-lares, casas de passagem, repúblicas, família acolhedora, apadrinhamento e as unidades de acolhimento institucional - sendo estas últimas o foco do presente trabalho. Embora as demais modalidades não sejam objeto de estudo da pesquisa, dedico-me a resumir brevemente as características de cada uma a fim de especificar as características dos SAICAs e justificar a escolha do mesmo como objeto de estudo.

A casa-lar é a modalidade que mais se assemelha ao acolhimento institucional, de modo que o que a diferencia é a quantidade máxima de crianças acolhidas (dez crianças e adolescentes) e o fato de que há um morador permanente na casa, diferentemente da rotatividade de funcionários presente no SAICA. Já as casas de passagem são locais que proporcionam o acolhimento de curta duração à criança e adolescente de modo que se caracteriza como um local provisório de análise e diagnóstico da situação antes de formalizar o acolhimento. As repúblicas, por sua vez, são serviços que oferecem apoio e moradia a jovens entre 18 e 21 anos, com a capacidade máxima de seis jovens por república. Já as famílias acolhedoras são serviços que aparecem como alternativa ao

acolhimento institucional e são oferecidos por famílias cadastradas que possuem interesse em acolher temporariamente crianças e adolescentes em suas moradias, de modo que é limitado o número de uma criança por família, exceto quando é o caso de irmãos. O apadrinhamento é reconhecido também como uma modalidade de acolhimento e é visto como uma alternativa à adoção, pois consiste no apoio afetivo a crianças e adolescentes que estão institucionalizados por bastante tempo e que possuem chances remotas de retorno às famílias de origem. Geralmente, as crianças e adolescentes abrangidos por esse programa estão na transição das casas de acolhimento para as repúblicas, e o papel dos padrinhos é oferecer o suporte afetivo e emocional. O acolhimento institucional, por fim, caracteriza-se por permitir a capacidade máxima de vinte crianças acolhidas por unidade e pela presença de cuidadores e profissionais que compõem o corpo técnico da unidade, dedicando-se ao cuidado das crianças e adolescentes e à parte administrativa do acolhimento.

A escolha do acolhimento institucional enquanto objeto de estudo se deu pelo fato de que esta modalidade, por considerar a capacidade máxima de vinte crianças por unidade, possibilitaria a discussão acerca do morar em coletividade e do compartilhamento, com a oportunidade de trabalhar os conceitos de privacidade, intimidade, apropriação e identificação. Além disso, devido a alta rotatividade dos funcionários, essa modalidade permitiria estudar como se dá o processo de vinculação e desvinculação nas relações interpessoais. Por fim, cabe ressaltar que o acolhimento institucional é a modalidade de acolhimento mais presente (78,4%) no Brasil para o acolhimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social (IPEA, CONANDA, 2003).

A fim de inserir o debate da institucionalização de crianças e adolescentes dentro do contexto urbano, foi realizado um mapeamento das unidades de SAICA existentes na cidade de São Paulo. Os dados foram obtidos através do Censo SUAS 2022, de forma que das 132 unidades



Mapa de implantação de unidades de SAICA no Município de São Paulo com base nos dados levantados pelo Censo SUAS 2022 e IPVS 2010 (Seade).

que responderam a pesquisa, foi possível mapear 129 unidades⁵. Além disso, articulou-se a localização das unidades existentes no município de São Paulo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2010. Observa-se no mapa elaborado que grande parte dos SAICAs está localizada em bairros com vulnerabilidade social muito baixa, de forma que as crianças e adolescentes que vivem em regiões periféricas com alto índice de vulnerabilidade são atendidas por essas unidades, pois não há oferta de serviços suficientes nos bairros mais periféricos.

A Inst., localizada na Zona Oeste de São Paulo, atende - durante o período de realização da presente pesquisa - apenas duas crianças do Jaguaré, as demais vieram de Perus, Jaraguá, Freguesia do Ó, Brasilândia e Pirituba. Isso ocorre, provavelmente, por conta da demanda do programa de necessidades para acolher o número máximo de vinte crianças e adolescentes por unidade. Para atender às exigências mínimas, é necessário uma edificação de maior porte, com a presença de, pelo menos, três quartos, tipologia presente, predominantemente, em bairros mais centrais, de classe média e alta. Dessa forma, embora seja recomendado pelo ECA que não haja grande diferenciação entre a realidade do bairro no qual o serviço está implantado do bairro do qual os acolhidos vieram, essa é uma proposição difícil de ser atendida na cidade de São Paulo, devido ao seu padrão desigual de urbanização, pautado pelos marcadores de raça e classe.

A institucionalização é um tema polêmico no Brasil, pois as medidas de proteção das crianças e adolescentes estão relacionadas aos processos históricos de silenciamento das famílias desamparadas, bem como à redução da criminalização da pobreza dos mesmos. Para a garantia da efetivação da política de acolhimento é necessário haver uma colaboração que envolve a assistência social, educação, habitação, políticas públicas,

5 As outras três unidades não foram mapeadas porque não houve a especificação do endereço, sendo que estas continham a palavra “sigiloso” no campo do logradouro.

geração de emprego e renda, pois a questão do acolhimento não está desvinculada dos demais temas que envolvem a desigualdade latente no país. Muitas vezes os pais que praticaram o abandono estão desprovidos de alguns de seus direitos enquanto cidadãos, tais como saúde, trabalho, habitação. Portanto, torna-se fundamental potencializar essa família para que ela seja capaz de acolher seus filhos de volta, promovendo a reinserção familiar.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a vulnerabilidade está presente em crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados devido à negligência, abandono, abuso, ou maus tratos e o serviço de acolhimento é uma medida “provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando na privação de liberdade” (BRASIL, 1990, Artigo 101). A provisoriação do acolhimento está colocada uma vez que o objetivo final é o retorno da criança e do adolescente para a família de origem ou família substituta, mas, segundo Marcia Regina Porto Ferreira, psicóloga e coordenadora geral do Núcleo Acesso do Instituto Sedes Sapientiae⁶, muitas vezes não se estabelece o contato com as famílias de origem pois estas são os seres silenciados de todo o processo. Segundo a psicóloga, não há uma assistência social estruturada prestada a este grupo, composto majoritariamente por famílias monoparentais formadas por mães e seus filhos. Sendo assim, devido à falta de uma rede de apoio estruturada, pode-se afirmar que a institucionalização aparece como uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias brasileiras.

6 O Instituto Sedes Sapientiae constrói um trabalho nas áreas da saúde mental, educação e filosofia. Ele é uma organização social privada que possui diversas frentes de atuação. O Núcleo Acesso é um dos projetos do Instituto e é composto por diversos profissionais voluntários que pensam subjetivamente a questão do acolhimento na cidade de São Paulo. O Núcleo Acesso trabalha com cinco frentes de atuação, dentre elas: a psicoterapia, o trabalho de preparo aos grupos de candidatos a futuros pais adotivos, pais que recém adotaram uma criança, o apadrinhamento e o suporte aos cuidadores do SAICA.

As maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes para as famílias encontram-se nas condições socioeconômicas das famílias (35,45%), na fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,64%), na ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,79%), no envolvimento com drogas (5,65%) e na violência doméstica (5,24%). (IPEA, CONANDA, 2003)

Dessa maneira, a falta de contato com a família de origem e a impossibilidade de acolhimento pela família ampliada resultam na prolongação do tempo de permanência na casa de acolhimento e, em última instância, na colocação em família substituta por adoção. Embora a prática de adoção não seja objeto de estudo da presente pesquisa, acredito que a analogia estabelecida por Ghirardi (2016) entre a adoção e o processo de migração possa contribuir com a aproximação do sentimento das crianças e adolescentes acolhidos, pois

[...] o fato de haver tido pais e já não mais os ter, de conviver com outros que nunca foram seus pais, coloca a criança adotiva em uma situação que tem muitos pontos de contato com a do imigrante, que tem uma terra natal na qual não está e desenvolve sua vida atual em outra, seja por quais motivos forem. (GHIRARDI, 2016, p. 113-114)

Segundo essa interpretação, a adoção seria a metáfora da migração, pois ambos os processos lidam com indivíduos que vivem com o sentimento de ausência, a busca pela identidade e pelo pertencimento a um lugar: família, terra, grupo, comunidade. Em ambos os casos, a memória possui um papel fundamental enquanto evocador de lembranças e emoções e a falta possui um papel estruturante no cotidiano dos indivíduos que se encontram sob essas situações. Vale ressaltar, contudo, que as crianças e adolescentes colocadas em família substituta por adoção possuem, com raras exceções, uma vida permeada por experiências de violência

e abandono, conjuntura que não necessariamente é aplicada ao caso dos imigrantes. Sendo assim, é imprescindível considerar o cenário de precariedades e violências no qual as crianças e adolescentes estão inseridos, a fim de garantir a existência de um lugar acolhedor que receba-os em suas particularidades.

A análise do contexto do acolhimento institucional no Brasil permite reconhecer a importância de integrar a temática do acolhimento com discussões sobre saúde mental, políticas públicas e inclusão social. Esse tema não deve ser visto isoladamente, mas compreendido dentro de um contexto mais amplo de desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Além disso, destaca-se a relevância de repensar as unidades de acolhimento, pois, com a prolongação do tempo de permanência, essas unidades tornam-se a moradia e o local de vínculos permanentes para muitas crianças e adolescentes.

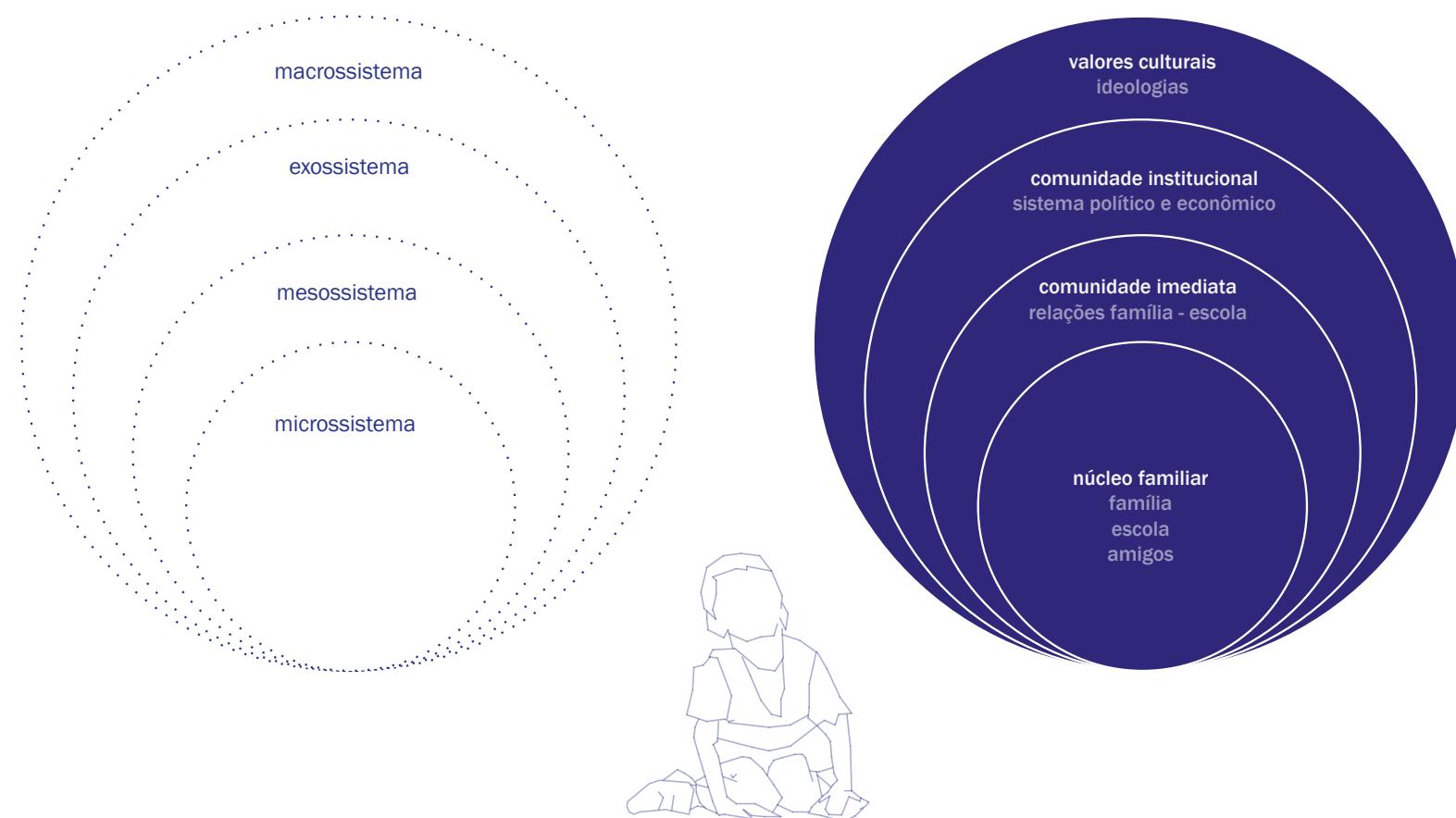
Vínculos: a importância do desenvolvimento socioafetivo

A partir da realidade apresentada anteriormente acerca do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, este item busca explorar a questão da importância dos vínculos na construção do habitar e do desenvolvimento socioafetivo para compreender em que medida este fator, relevante na experiência do habitar doméstico, é influenciado no habitar institucional. Segundo o argentino Santiago Barbuy (1980), a condição humana nos permite o estabelecimento de três dimensões de vínculo que estão intrinsecamente relacionadas: vínculos interpessoais, vínculos objetais e vínculos espaciais. A capacidade de estabelecer essas relações está mediada por condicionantes do espaço (Fischer, 1994). Assim, a presente pesquisa traz a relevância deste tema para se pensar os espaços de acolhimento, uma vez que entende-se a importância de construir vínculos para promover melhorias nas formas de morar dos SAICAs.

Para discutir a primeira dimensão do vínculo, a dos vínculos interpessoais, é necessário debruçarmo-nos sobre as pesquisas da psicologia nas quais este tema aparece com grande recorrência. Para compreender os processos de vinculação dos seres humanos, muito se discute sobre a centralidade da família e o espaço ocupado pela maternidade e pela paternidade no processo de desenvolvimento humano. A psicanálise também traz algumas pistas para a análise, pois tem como premissa a noção de que o desamparo é uma condição fundamental e estruturante da condição humana devido à dependência dos cuidados maternos (Bowlby, 1989). A partir deste conceito da teoria psicanalítica, o ser humano apresenta-se como um ser que possui o instinto natural ao vínculo. Assim, recorrendo-se a estas formulações, mas expandindo o processo de vinculação para além do âmbito familiar, podemos compreender os vínculos interpessoais a partir das relações estabelecidas pelas pessoas com o mundo ao seu redor, de acordo com gradientes de atuação.

[...] Provisoriedade e vínculo - aproxima dois termos que para o senso comum, e até mesmo para alguns autores da psicanálise, parecem incompatíveis. No entanto, são duas palavras que comparecem quando nos referimos ao acolhimento institucional de crianças.

(NÚCLEO ACESSO, 2016, p. 39)



Esquema da Teoria do Desenvolvimento Bioecológico de Bronfenbrenner. Fonte: adaptação de Bronfenbrenner (1996).

Os gradientes de atuação são interpretados de modo bastante sintético na Teoria do Desenvolvimento Ecológico Humano, desenvolvida por Bronfenbrenner (1996). Segundo o psicólogo, os seres humanos são ativos e passivos no contexto ambiental uma vez que são capazes de estabelecer interações com o ambiente de modo a alterá-lo e também deixar-se alterar. Sua teoria elabora quatro níveis de interação entre os ambientes que promovem alterações no desenvolvimento humano: o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema. Analisando sob um ponto de vista hierárquico, o primeiro seria o mais próximo e íntimo do sujeito em desenvolvimento (representado pela

família e escola) e o último seria o mais abrangente e constituinte de instituições comuns a determinada cultura (representado pelas ideologias e valores de determinada sociedade).

Dentro dessa lógica, a presente pesquisa comprehende que os SAICAs são ambientes constituintes do microssistema, pois se configuram como um ambiente inicial e dinâmico - tal como as residências unifamiliares - no qual as crianças desenvolvem suas primeiras relações com outras pessoas, objetos e símbolos. Nesse sentido, ao aproximar o contexto do acolhimento institucional da teoria elaborada por Bronfenbrenner, amplia-se os horizontes para pensar a complexidade do processo de vinculação

e a sua relação com o sentimento de pertencimento. Ao analisar os níveis de interação propostos e as relações que eles estabelecem entre si, nota-se a influência de determinadas construções sociais nas experiências vividas. Podemos citar o exemplo da importância dada à família nuclear como um valor da cultura ocidental, que produz, consequentemente, a desvalorização dos serviços de acolhimento e, quando somada ao princípio de provisoriação, pode resultar em desacolhimentos precipitados que não reconhecem o caso a caso (NÚCLEO ACESSO, 2016). Portanto, o desafio de pensar o sentimento de “sentir-se em casa” nas instituições de acolhimento não se restringe apenas aos SAICAs, mas exige também o trabalho em rede que articula diferentes instâncias responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Do ponto de vista das relações interpessoais, trazidas por Barbay (1980), ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente determine a manutenção do vínculo familiar⁷, reconhece-se que a relação estabelecida com a família de origem fica mediada por diferentes instâncias e o tipo de vínculo que se constitui adquire outra dimensão uma vez que não há necessariamente a cotidianidade na relação entre as crianças e adolescentes e suas famílias de origem. Para que haja a reconstituição deste vínculo familiar de maneira estruturada, é necessário o trabalho em rede de diversas instâncias (CREAS, Vara da Infância e da Juventude, Conselhos Tutelares e educadores dos serviços de acolhimento). Sendo assim, enquanto o retorno às famílias de origem não se consolida, o ambiente das instituições de acolhimento constitui-se como o microssistema da Teoria do Desenvolvimento Ecológico, onde os primeiros vínculos são estabelecidos com os cuidadores, os funcionários e as demais crianças. Os cuidadores adquirem, portanto, extrema relevância no desenvolvimento das crianças e adolescentes

⁷ Caso que não se aplica quando há o desligamento das crianças e adolescentes em relação às suas famílias de origem em que recorre-se ao último recurso, a adoção.

institucionalizados, uma vez que estes são as figuras atuantes no cotidiano.

O ambiente do SAICA, pela própria definição do programa enquanto “provisório e excepcional”, já se caracteriza pela alta rotatividade dos moradores, então uma das maneiras de mitigar a sensação de desconhecido e de novidade entre os moradores é através da garantia de continuidade entre os funcionários do serviço de acolhimento. Essa continuidade permitiria o estabelecimento de uma relação significativa entre os cuidadores e as crianças e adolescentes através da formação de vínculos afetivos. O estabelecimento de relações mais afetivas e menos operativas também contribui para que haja o estabelecimento de um vínculo entre pessoa-pessoa de significado simbólico que extrapola as práticas profissionais.

Segundo a psicóloga e psicanalista Marcia Porto Ferreira, a relação entre cuidador e criança deveria ocorrer de forma espontânea em que ambos se escolhem por afinidades, sem que haja a imposição de relações e de vínculos. No entanto, por questões de praticidade e de logística, os serviços de acolhimento muitas vezes não adotam essa prática. Embora a *Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) determine a importância de manter turnos fixos diários para garantir maior continuidade entre os funcionários, há muitos SAICAs que adotam a política de plantão de 12 por 36 horas, constituindo quatro turnos semanais no quadro de funcionários. Este é o caso da Inst., por exemplo, que adota este sistema, deixando em segundo plano a continuidade dos funcionários e a construção de vínculos mais estáveis entre as crianças e os cuidadores.

É importante pontuar que, embora a presente pesquisa tenha apresentado algumas alternativas que permitiriam a vinculação interpessoal entre as crianças e adolescentes e os seus cuidadores, este vínculo criado também possui caráter provisório. As histórias dessas crianças e adolescentes são permeadas pela ruptura de vínculos

normalmente sequenciais, que iniciam-se nos pais, família extensa e, por fim, atinge as relações com os cuidadores dos serviços de acolhimento. Essas rupturas precoces nos laços e nos vínculos criados deixam marcas no psiquismo das crianças e adolescentes e, quando não processadas, podem se manifestar por meio de sintomas de inibição. Nesse sentido, para que ocorra a elaboração desta série de violências e separações, é necessário a realização de um trabalho de psicoterapia que auxilie as crianças e adolescentes neste desamparo.

Para discutir a segunda dimensão do vínculo, a dos vínculos objetais, usarei de base a teoria dos objetos transicionais elaborada pelo pediatra e psicanalista Donald Winnicott. Os objetos transicionais seriam, segundo ele, o primeiro vínculo da criança que diferencia o mundo interno da realidade compartilhada, trazendo a importância da materialidade no desenvolvimento emocional. Este conceito foi elaborado no contexto da Segunda Guerra Mundial no qual várias crianças tiveram experiências traumáticas de separação de suas famílias de modo que

[...] era comum essas crianças manterem consigo cartas, pacotes, brinquedos ou uma peça antiga de roupa: objetos em relação aos quais elas continuavam tendo alguns sentimentos e isso se tornava, por conseguinte, tremendamente importante para elas. (WINNICOTT, 1945/2005c, p. 44-45)

No contexto do centro de acolhimento institucional em que as crianças estão já fragilizadas por conta da separação de suas famílias, torna-se importante a relação da criança com determinado objeto, escolhido por ela, para a elaboração da ausência de sua família de origem. De certa maneira, a teoria de Winnicott propõe a relação entre o mundo interno e o mundo externo à criança, configurando uma primeira forma de vinculação pessoa-objeto. Podemos expandir a noção de objeto transicional para os demais objetos e para outras etapas do desenvolvimento a partir do entendimento da relação das crianças e adolescentes com os móveis e a materialidade da casa de acolhimento.

Dessa maneira, o objeto transicional se configura como um vínculo que não é interpessoal por não envolver outra pessoa, mas que se configura no âmbito do indivíduo com a realidade. A ideia de elaboração da ausência num contexto de precariedades, violências e abandonos sequenciais por meio da relação com um objeto está relacionada também à noção de segurança. A presença deste objeto seria uma forma de ter algum elemento que lhes proporcione segurança, uma vez que os padrões de vínculos interpessoais são inseguros (BALLONE, 2005).

Por fim, para traçar uma interpretação da terceira dimensão do vínculo, a dos vínculos espaciais, permito-me apoiar na interpretação que o arquiteto Peter Zumthor traz ao pensar a arquitetura enquanto articuladora de atmosferas. Segundo ele, uma atmosfera se consolida quando a disposição do espaço construído é capaz de comunicar-se com os observadores e habitantes, contagiando-os. O processo de vinculação, neste caso, está relacionado com a capacidade da arquitetura de conformar ambientes envolventes - que tocam, comovem e aliviam (ZUMTHOR, 2010). Essa capacidade se relaciona, por um lado, com a construção de dimensões ambientais e físicas trazidas por características quantitativas e, por outro lado, com o processo de construção simbólica e sensorial do espaço. Para compreender o vínculo afetivo entre as pessoas e os lugares é necessário concentrar-se neste segundo processo, que ocorre de forma mais subjetiva.

Nesta pesquisa, entende-se o processo de vinculação das pessoas com os espaços a partir da sensação de “sentir-se em casa”. Estar em casa, portanto, é entendido aqui como uma forma de habitar e de estar nos lugares, não se restringindo à noção de casa enquanto morada, mas sim enquanto espaço de pertencimento. Esse sentimento só se consolida quando há uma certa adaptação dos sujeitos aos lugares e aos códigos pré-estabelecidos. O filósofo Vincent Descombes traz a noção de que “sentir-se em casa” está relacionado não somente a um fator geográfico, mas principalmente à retórica de território.

Durante o desenvolvimento do presente trabalho, tive a oportunidade de conversar com Marcia Porto Ferreira, quando ela trouxe um relato que exponho como forma de exemplificar o processo de formação de vínculos afetivos como algo construído, gradual e contínuo, retirando a noção de algo imposto e instantâneo.

João⁸

João, antes de ser levado ao serviço de acolhimento, era morador de rua com a sua mãe. Desde que ele foi levado à Org.⁹, a sua relação com o espaço de dormir foi se alterando gradativamente. Os funcionários da Org. revelaram que nos primeiros dias de morada, João não queria dormir na cama que lhe estava reservada e deitava-se ao chão na hora de dormir. Gradativamente, os cuidadores foram inserindo objetos relacionados ao ato de dormir, tais como o cobertor, o travesseiro e, por fim, a cama.

O vínculo criado por João com o ambiente do serviço de acolhimento foi elaborado de maneira gradual, a partir de adaptações e de relações de familiaridade e continuidade com a sua história, o que reforça a ideia de que os vínculos não são inatos e precisam ser construídos. Cabe reforçar, portanto, que não é da simples ocupação de um espaço que nasce as ligações desenvolvidas, mas é a partir de aspectos subjetivos e particulares de cada um, de modo que pode haver a abertura, ou não, para o estabelecimento de vínculos.

Não é possível generalizar os processos de vinculação - interpessoal, objetual e espacial - uma vez que cada experiência e cada história é

singular, mas é importante considerarmos a necessidade de uma equipe técnica atenta que trabalhe ativamente para a construção dos vínculos das crianças e adolescentes com as pessoas, objetos e lugares. Além disso, reconhece-se a importância de garantir a estabilidade ambiental das crianças a partir de um espaço que permita a elaboração das rupturas de vínculos sequenciais aos quais as crianças estão submetidas. Segundo Winnicott (1964), essa estabilidade é essencial para o desenvolvimento de segurança em si próprio, em relação ao outro e em relação ao meio em que se vive, facilitando o desenvolvimento de autonomia e autoestima.

⁸ Nome fictício dado à criança acolhida.

⁹ Nome fictício dado à instituição de acolhimento na qual o garoto morava.

Ações emancipatórias: crianças - sujeito e adolescentes - protagonista

As noções de criança e de adolescente são construções históricas relacionadas com o contexto político-social no qual cada sociedade se insere, portanto, são conceitos que se moldaram ao longo do tempo conforme a cultura que lhes é contemporânea. No entanto, há alguns olhares que se perpetuam ao longo do tempo que comprometem o desenvolvimento infantojuvenil ao invés de incentivar formas de ganho de independência. Isso se agrava, sobretudo, quando há crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pois há recorrentemente o discurso de estigmatização e marginalização dos mesmos. Nesse sentido, é necessário buscar novos olhares e propor um questionamento da naturalização do que entendemos por criança e adolescente. O presente trabalho, a partir da proposição de dois conceitos, crianças-sujeito e adolescentes-protagonista, pretende discorrer sobre as perspectivas de emancipação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social a fim de valorizar o protagonismo infantojuvenil e dar subsídios para que cada criança e adolescente acolhido assuma o lugar de sujeito de sua própria história.

A prática do acolhimento engloba diversas equipes que colaboram juntas na construção de um projeto pedagógico para as crianças que estão acolhidas, pois além de as unidades de acolhimento assumirem a função de lar provisório, elas desempenham também uma função educativa, já que assumem a responsabilidade dos acolhidos. No corpo técnico da *Inst.*, tem-se três profissionais cujas formações são relacionadas à psicologia, assistência social e pedagogia. Além disso, como parte das atividades técnicas da instituição de acolhimento visitada, há reuniões mensais organizadas pela pedagoga para a elaboração de atividades com as crianças e adolescentes. O debate da prática de acolhimento é inserido, portanto, no âmbito da psicologia, assistência social, pedagogia e da saúde, e o presente trabalho busca contribuir com mais um campo do conhecimento para adicionar aspectos da dimensão

Cada instante da vida de uma criança representa uma esperança para toda a humanidade, porque demonstra que se a formação humana puder ocorrer em um ambiente de condições favoráveis ao desenvolvimento da vida, a criança constrói um novo ser humano, capaz de originar um novo mundo.

(LAR MONTESSORI, 2020)

espacial na relação com as demais áreas do conhecimento.

O arquiteto é um educador, e seu ensinamento transmite-se através das formas que ele concebeu e que constituem o entorno da criança, desde a sua mais tenra idade. Da mesma forma, todo educador, se quiser sé-lo, tem de ser arquiteto. De fato, ele sempre o é, tanto se ele decide modificar o espaço escolar, quanto se o deixa tal e qual está dado. O espaço não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos - o espaço e a educação -, a fim de se considerar suas implicações recíprocas. (FRAGO, 2001, p.75)

A partir do entendimento da arquitetura enquanto produto e vetor da pedagogia, a dimensão pedagógica adquire grande significância na implantação de centros de acolhimento para crianças e adolescentes. Por conta da similaridade de contextos, a presente pesquisa aborda uma proposta de aplicação da teoria montessoriana nas unidades de acolhimento institucional. A teoria elaborada pela médica feminista Maria Montessori no início do século XX foi pensada a partir da observação de crianças que habitavam reformatórios e hospícios. Montessori fundou, na periferia de Roma, a Casa Del Bambini, destinada a crianças de zero a seis anos, que contava com uma abordagem da pedagogia enquanto ação emancipatória e proporcionadora de autonomia a crianças e adolescentes. Vale destacar que, hoje em dia, os mais beneficiados pela teoria montessoriana no Brasil são as famílias de classe média e alta devido a sua presença em propostas pedagógicas de escolas particulares. No entanto, é preciso reforçar a importância de retornar aos princípios nos quais o método montessoriano foi elaborado a fim de promover aproximações com a realidade dos serviços de acolhimento institucional e estudar alternativas de implementação desta pedagogia nas unidades.

O primeiro livro publicado por Maria Montessori foi no início do século XX, mas a perenidade de sua teoria permanece até hoje e o método montessoriano é visto como uma metodologia educacional aplicada a escolas. Embora o presente trabalho não esteja relacionado à arquitetura escolar, há algumas aplicações deste método pedagógico no âmbito da residência e, de certa forma, é importante reconhecer o habitar coletivo como prática participativa, que está relacionada ao senso de pertencimento e à colaboração, de maneira que torna-se possível aplicar os princípios do método pedagógico montessoriano no contexto do habitar de crianças e adolescentes. Segundo a Teoria Montessoriana é necessário a articulação de três elementos para que haja a aplicação da metodologia: a criança, o ambiente preparado e o adulto preparado. Sendo assim, procura-se entender a seguir quais são as relações traçadas entre os ambientes e o desenvolvimento infantil e qual é o papel dos adultos neste processo.

A teoria montessoriana reconhece a existência de cinco planos de desenvolvimento que possuem suas particularidades e que abrangem desde o nascimento das crianças até os vinte e quatro anos de idade. Ou seja, estes planos abrangem os períodos conhecidos pelo ECA (Lei nº. 8.069, de 13/07/1990) enquanto infância, até os doze anos de idade, e adolescência, dos doze aos dezoito anos de idade. No primeiro plano de desenvolvimento, entre os zero e os três anos de idade é o momento do desenvolvimento de necessidades psíquicas. No segundo plano de desenvolvimento, dos três aos seis anos, a criança se constitui enquanto embrião social pois inicia suas capacidades de socialização. Nesse período, portanto, há a criação do poder de concentração, da capacidade de escolha e de independências funcionais. É nesse contexto em que vemos que a criança trabalha muito sozinha e começa a adquirir pequenas independências, tais como servir-se e vestir-se sozinha. Já no terceiro plano de desenvolvimento, que aparece a partir dos seis anos, ela se constitui como um ser social. Torna-se comum, portanto,

EXPLORADOR SENSORIAL

APRENDIZ INDEPENDENTE

Tabela comparativa
dos cinco planos do
desenvolvimento segundo
o Método Montessori.
Elaboração própria.



EMBRIÃO PSÍQUICO 0 a 3 anos de idade

"ajude-me a ser"

desenvolvimento de capacidades psíquicas para crescer

manipulação de objetos com as próprias mãos, uso de frases curtas, uso de imagens mentais

gostam de imitar os adultos, logo, para cada atividade desenvolvida pelos adultos é importante ter uma atividade equivalente que a criança possa fazer junto

mente absorvente: absorve o ambiente em que está, absorção da linguagem

regras são exteriores às crianças: são submetidas a hábitos aos quais elas não entendem por que estão realizando

necessidade de ter tudo no mesmo lugar a criança não está pronta para a fantasia desenvolvimento do mundo interior a partir da ordem exterior



EMBRIÃO SOCIAL 3 a 6 anos de idade

"ajude-me a fazer por conta própria"

desenvolvimento de capacidades para a vida em sociedade

questionamentos sobre as origens e sobre a sexualidade

com 3 anos, aparece o interesse pelas regras sociais, pelo que é certo / errado (desenvolvimento moral)

aprimoramento de atividades motoras, independência de comer sozinha, vestir-se sozinha, falar fluentemente

desenvolvimento da personalidade: consciência de si na relação com os outros

poder de concentração, aprendem a escolher, ter disciplina

possibilidade de buscar ferramentas em diferentes lugares conseguem diferenciar o que é fantasia do que é realidade vontade de aprender e capacidade de ir atrás de novos conhecimentos



6 a 12 anos de idade

"ajude-me a pensar por mim mesmo"

desenvolvimento da independência do pensamento

desenvolvimento do raciocínio, da imaginação e do senso de justiça

espírito social: instinto gregário, vontade de estar em grupo, importância das amizades

capacidade de abstração de conceitos e lado questionador (como? por que?)

explosão da linguagem (com 7 anos, a criança é uma leitora)

amor pelos extremos (gostam de enfrentar dificuldades)

culto aos heróis (que podem ser de histórias, ou podem ser pessoas comuns, como o padeiro, a professora)

a casa e a escola não são suficientes, querem explorar o mundo



12 a 18 anos de idade

"ajude-me a ser, fazer e pensar por mim mesmo e pelos outros"

desenvolvimento da independência emocional

senso de justiça distributiva: preocupações de equidade

maior autonomia em relação à autoridade adulta

mudanças corporais e mentais são importantes: necessidade de conversa e orientação



18 a 24 anos de idade

"eu consigo ser independente"

busca pela independência material e financeira

desenvolvimento da consciência do valor próprio e da sua importância para a sociedade

encontro da própria tarefa cósmica: identificação do seu papel no mundo

a participação e contribuição da criança em diversas atividades e a colaboração das mesmas com as demais pessoas, além do fato de que ela torna-se capaz de realizar a distinção entre o real e o imaginário. No quarto plano de desenvolvimento, entre os doze e os dezoito anos, inicia-se o desenvolvimento da independência emocional e a busca por intimidade começa a aparecer de forma mais presente no cotidiano. O quinto plano de desenvolvimento descrito pela teoria é entre os dezoito e vinte e quatro anos e é compreendido como o período em que o adolescente vive a sua tarefa cósmica¹⁰. Embora a idade abrangida na presente pesquisa chegue até os dezoito anos, uma vez que após essa idade os adolescentes não podem mais habitar os SAICAs, é importante observar a continuidade do desenvolvimento das crianças e adolescentes uma vez que o desenvolvimento infantil possui influência nas demais etapas da vida.

Os planos de desenvolvimento descritos anteriormente revelam as faixas de idade utilizadas no trabalho com a metodologia Montessori. Considerando que algumas instituições de acolhimento institucional trabalham com diferentes idades, como é o caso da *Inst.*¹¹, torna-se relevante compreender como os ambientes podem se organizar para serem adequados às diferentes etapas do desenvolvimento infantil. A aplicação da metodologia montessoriana só é possível a partir do entendimento da criança enquanto sujeito de direitos em situação

¹⁰ A tarefa cósmica é um conceito da teoria montessoriana que poderia ser traduzido na resposta à pergunta: qual é o nosso lugar no universo? Segundo a teoria, todos os seres humanos possuem algo a contribuir e têm um lugar no mundo. É a noção de contribuição e colaboração que está sendo traduzida nessa formulação.

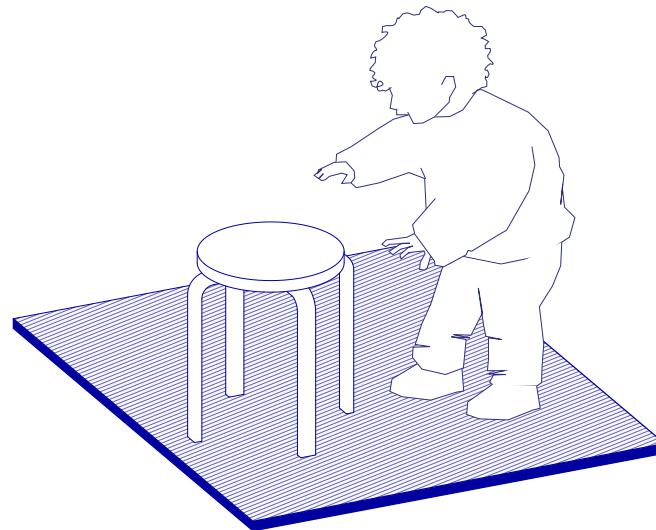
¹¹ Atualmente, o SAICA atende a faixa etária dos quatro aos dezessete anos, contando ao total com dezenas acolhidos (em março de 2024). No entanto, a coordenadora do serviço comentou que o momento atual é de transição, pois há a previsão de alteração do público atendido, tornando-se um público que já está no quarto plano de desenvolvimento, dos doze aos dezoito anos.

particular de desenvolvimento. O período da infância está intrinsecamente relacionado ao período sensível da linguagem, quando se inicia o desenvolvimento de diversas formas de linguagem - auditiva, gestual, visual e escrita -, logo, a presença de um ambiente rico em diversidade de estímulos permite melhorias no desenvolvimento infantil. De acordo com Maria Montessori, o ambiente preparado é o lugar onde a criança é capaz de se desenvolver com liberdade, pois o ambiente corresponde às suas necessidades físicas e psicológicas. O mobiliário, por exemplo, deve ter tamanho adequado, permitindo e garantindo a acessibilidade infantil. Nesse sentido, o ambiente aparece como um elemento que instiga e convida a criança ao processo de construção de seu próprio desenvolvimento.

Cabe ressaltar que a teoria montessoriana, pautada no princípio da colaboração, busca trabalhar com a limitação material de modo a desenvolver a cooperação. Em escolas que utilizam essa metodologia há um trabalho com as crianças para que elas aprendam a esperar enquanto o colega utiliza o material e, assim, colaborem entre si. Dessa forma, entende-se que, quando pensada a partir de um projeto pedagógico, a limitação material não se configura como um obstáculo no desenvolvimento infantil. Considerando a realidade da maioria das unidades de acolhimento, pautada pela carência de recursos materiais e financeiros, pode-se utilizar este princípio da metodologia Montessori para pensar em possibilidades de atividades a serem desenvolvidas com as crianças e os adolescentes.

A ausência de recursos poderia ser vista, num primeiro momento, como um obstáculo à consolidação de modificações nas unidades de acolhimento, no entanto, há algumas alterações simples que podem trazer resultados significativos. Maria Montessori, em sua teoria, revela que, ainda mais importante do que os brinquedos, um presente essencial para as crianças são os banquinhos para que elas sejam capazes de alcançar os objetos e adaptarem-se aos espaços projetados

por adultos. É a partir deste mobiliário que a criança começa a adquirir a acessibilidade e, consequentemente, a independência.



Banco: aplicação prática da metodologia montessoriana.
Elaboração própria.

Superados os obstáculos referentes à carência material para se pensar o desenvolvimento infantil nos SAICAs, devemos considerar também o obstáculo de as unidades concentrarem-se, em sua maioria, em edificações alugadas e adaptadas ao uso. Geralmente ocorre a adaptação de uma antiga residência - pensada para os adultos, geralmente de classe média e alta - para que ela atenda aos requisitos estabelecidos para a implantação do serviço institucional, de modo que são inseridos mobiliários sem que haja um estudo mais aprofundado acerca das potencialidades do ambiente, do mobiliário e de como estes dois elementos influenciam no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A incorporação da concepção da infância enquanto etapa essencial para o desenvolvimento humano é imprescindível para que se possa propor mudanças e intervenções nas casas de acolhimento institucional.

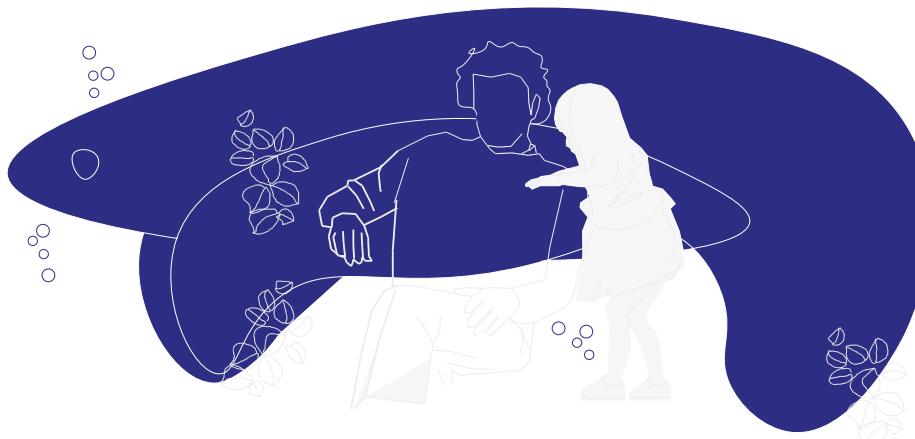
Para além da construção de um ambiente preparado, seria importante que os profissionais também pudessem ter um treinamento a respeito da metodologia montessoriana para que os adultos presentes no espaço também estivessem preparados para lidar com as crianças segundo os princípios dessa metodologia. Uma das práticas que pode ser adotada pelos cuidadores responsáveis por acompanhar as crianças no serviço de acolhimento é o uso do “nós” enquanto sujeito da ação. Ao utilizar este pronome do plural o adulto estimula o senso de participação das crianças e promove uma ajuda útil que colabora com o desenvolvimento ativo. O pedagogo e cientista Felipe Roquette, especialista no método Montessori na França, descreve alguns freios que os adultos colocam às crianças ao realizarem, por elas, atividades que elas estavam capacitadas a desenvolver, de maneira a produzir o que ele reconhece como um contraponto à ajuda útil. Ele exemplifica esse ato a partir da prática que os adultos têm de dar comida às crianças mesmo sabendo que elas sabem comer sozinhas.

O reconhecimento da capacidade das crianças por parte dos cuidadores é essencial para que elas possuam um desenvolvimento ativo. A educadora Emily Giraud, ao tratar dos períodos de desenvolvimento, evidencia que, com três anos, as crianças já sabem escolher as suas próprias roupas e já sabem se trocar e, com sete anos, já sabem quais os caminhos que precisam pegar para chegar na escola. São estes conhecimentos a respeito do desenvolvimento infantil que são necessários para que os adultos que estão responsáveis pelas crianças e adolescentes adotem uma postura adaptada à noção de crianças-sujeito e adolescentes-protagonista.

Além disso, os adultos podem planejar algumas atividades pedagógicas que estimulem as crianças a adquirirem o poder de escolha. No método Montessori as crianças exercem o poder de escolha com o auxílio de um adulto preparado, e começam a ganhar confiança. Os cuidadores nos centros de acolhimento seriam, neste caso, os responsáveis por isolar as

dificuldades e permitir que as crianças, a cada pequena tarefa e objetivo atingido, sintam que estão conquistando independência. Bataglia (2016) afirma que, para existir o desenvolvimento da autonomia moral, é necessário que haja uma educação fundamentada na autonomia e na reciprocidade, ou seja, que o ambiente social se mostre aberto às experimentações e às trocas. Ainda que a criança e o adolescente não tenham plena autonomia na tomada de decisões, é possível ter um adulto que auxilie nesse processo, que selecione determinadas opções para as crianças escolherem o que elas preferem. Neste exemplo dado acima, vê-se que as crianças tornam-se responsáveis por aquilo que escolheram, ainda que as opções que elas poderiam escolher tenham sido limitadas. Aos poucos o universo de escolhas vai se ampliando e as crianças e adolescentes tornam-se capazes de habitar o mundo de forma independente e autônoma.

Os cuidadores, ao relacionarem-se com as crianças diariamente acabam sendo vistos como exemplos e referências para as mesmas, assim como os pais o são para crianças que vivem junto com suas famílias. Mesmo que o vínculo criado seja diferente do vínculo familiar, são os cuidadores que acompanham as crianças cotidianamente e, ao



Acolhimento.
Elaboração própria.

adquirirem posturas entusiastas e participativas, são capazes de nutrir as crianças de esperanças - uma vez que estas chegam às casas de acolhimento com as perspectivas de futuro negadas. Embora a presente pesquisa não entre no universo dos cuidados a estes profissionais, reconhece-se a importância de um estudo aprofundado acerca deste tema uma vez que os cuidadores são tocados pelas realidades das crianças e, às vezes, atingem desamparos que eles mesmos possuem, sendo, portanto, importante que estes tenham um atendimento psicológico. Como Marcia Porto Ferreira afirmou, “é preciso cuidar de quem cuida”.

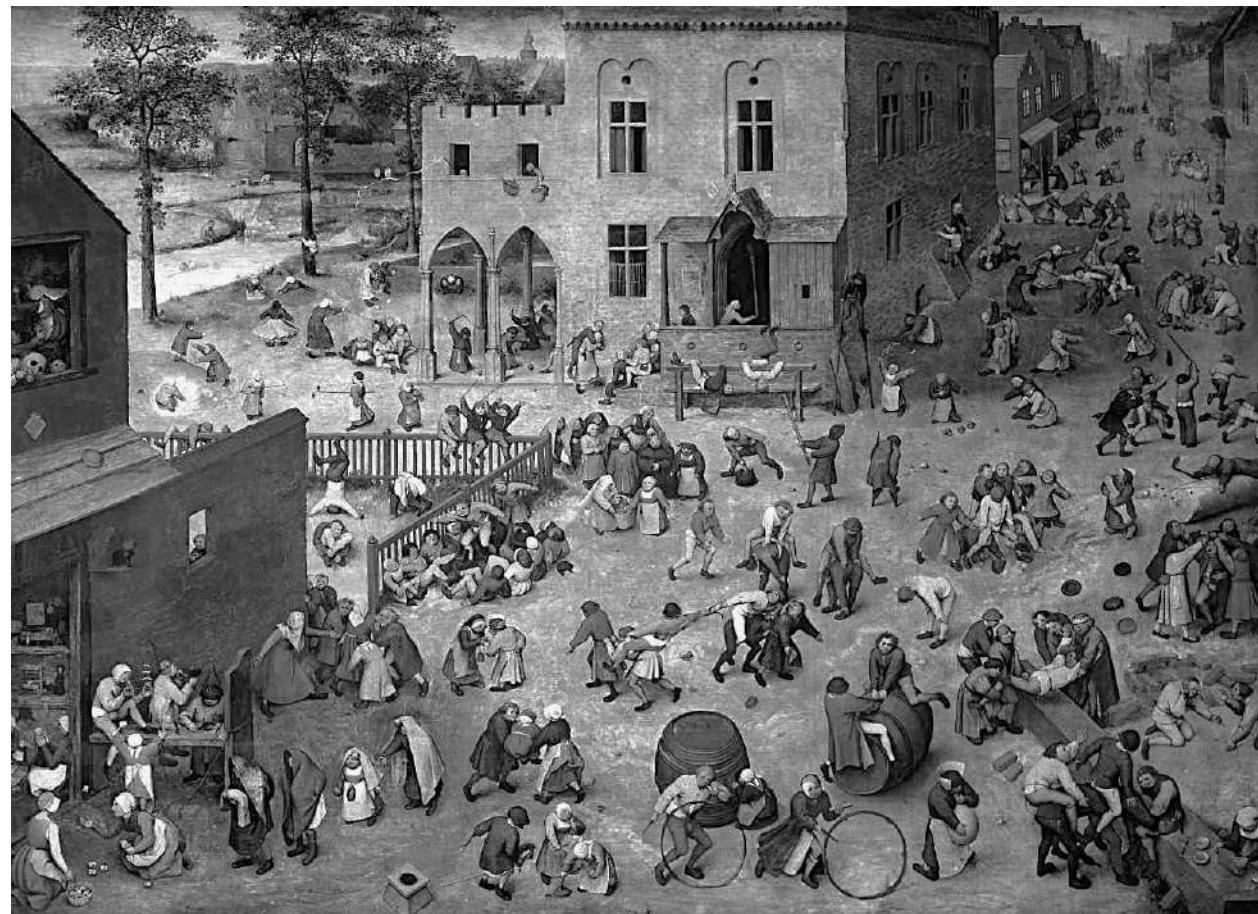
Ao fornecermos os elementos necessários para garantir a autonomia das crianças, devemos acreditar que elas têm a chave para se desenvolver e que, assim como qualquer outro ser humano, elas são capazes e autônomas. Historicamente, o lugar que a criança ocupa nos discursos dominantes é o de infantilização, de modo que é comum enxergá-las como seres incapazes e totalmente dependentes dos adultos. Todavia, as crianças enquanto mentes absorventes devem ser tratadas em termos de igualdade aos outros seres humanos. Os discursos mais recentes acerca do tema da infância aderem à nova perspectiva de compreender as crianças enquanto cidadãos. Essa noção foi impulsionada pela Convenção dos Direitos da Criança que ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 1989, e serviu como fundamento para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 no Brasil.

Ariès (1978) nos aponta uma linha de interpretação para compreender a história da criança, na qual ele nos revela que a mesma era vista como um adulto em miniatura, e tinha basicamente as mesmas responsabilidades dele. Assim que a criança adquiria a independência física, ela já era automaticamente inserida no mundo adulto, de modo que a infância tinha duração reduzida. Nota-se, portanto, que, na época, não havia a valorização do mundo infantil tal como ocorre hoje. Isso nos permite abrir um breve parênteses para traçar um paralelo da história da criança com a concepção da figura feminina, uma vez que ambas as figuras foram

sistematicamente consideradas como seres inferiores aos homens e, somente com o advento da modernidade que houve uma mudança e um movimento de maior atenção, valorização e reconhecimento dos direitos das crianças e das mulheres. Pieter Bruegel, artista holandês, nos traz uma figuração do entendimento da infância no século XVI na obra *Jogos Infantis*, ao retratar as crianças como adultos. Nela, vemos que as crianças possuem papéis que hoje são assumidos por adultos e que elas participavam das festividades coletivas - tais como a dança, o canto e os jogos - sem haver a diferenciação entre brincadeiras de criança e vida adulta.

[...] no mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XVIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. (ARIÈS, 1981, p. 51)

O sentimento de infância e a preocupação com a pedagogia infantil são noções que surgiram com a modernidade, quando iniciou-se o debate sobre a separação do mundo da criança e do adulto. A infância, portanto, passou a ser compreendida como um caminho para a independência e para a vida adulta. Ao analisar nos dias de hoje, observa-se que as crianças assumem papéis de sujeitos de direito, assim como os adultos, porém estas se encontram em situação particular, uma vez que passam por diferentes planos de desenvolvimento. Durante este caminho, é preciso atravessar a fase da adolescência, a qual é vista como uma



Obra *Jogos Infantis*, de Peter Bruegel (118 x 161 cm; c. 1560), tratada em preto e branco. Kunsthistorisches Museum, Viena. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Pieter-Bruegel-the-Elder/347735/Jogos-Infantis.html>. Acesso em 08/02/2024.

[...] a especialização das brincadeiras atingia apenas a primeira infância; depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre crianças, quer misturada aos adultos. (ARIÈS, 1981, p. 92)

passagem da infância para a vida adulta e, segundo o psiquiatra Joel Birman (2005), esta fase tem aparecido cada vez mais cedo de maneira a resultar num encurtamento da infância. Segundo o autor, o crescente uso de aparelhos celulares, jogos eletrônicos e televisão traz como consequência a solidão das crianças e adolescentes contemporâneos, uma vez que o uso dessas ferramentas diminui a interação entre eles e cada um fica restrito ao seu mundo individual, privado e digital. Como diria Winnicott, “brincar é coisa séria”, pois é o momento que a criança compartilha as suas angústias, ao realizar a troca com o outro, o que permite o seu desenvolvimento. Frente à realidade das crianças e adolescentes contemporâneos, observa-se que há uma redução das brincadeiras e um maior apego às tecnologias e aos jogos digitais os quais são em sua maioria individuais, ou com colegas virtuais. Portanto, é possível observar a solidão à qual Joel Birman se referia, de modo que fica evidente os obstáculos criados ao desenvolvimento infantojuvenil, que acabam por promover uma adolescência precoce, porém, com um tempo mais prolongado. Nesse sentido, entende-se a importância de articular essa realidade dos adolescentes contemporâneos às vivências dos centros de acolhimento institucional, seja por meio de ações emancipatórias internas que promovam maior interação entre os adolescentes ou do contato com a comunidade externa, que permite maiores possibilidades de troca com o outro.

Na rotina da *Inst.* há a reserva de um horário destinado ao uso da sala de informática e de aparelhos celulares e, durante as visitas realizadas, foi possível notar que este momento é muito esperado pelos acolhidos, de modo que há uma explosão de agitação e animação quando o horário se aproxima. No entanto, o SAICA também estimula o contato com a comunidade externa, de modo que há diversas saídas para eventos, museus e parques. Esse balanço entre ambas as formas de interação auxilia no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes a fim de permitir a diversão no meio digital mas não restringir-se a ela,

valorizando também o contato com o real e com o outro, através de trocas físicas e pessoais.

Para compreendermos as histórias dos adolescentes acolhidos, é preciso contextualizar a condição sociopolítica e os aspectos culturais que permeiam essa realidade. Haja vista que a reintegração familiar não é possível para alguns dos adolescentes e que o imaginário do senso comum que é aplicado aos mesmos frequentemente associa os à violência, o papel das casas de acolhimento pode ser entendido também como uma luta contra a atribuição de identidades imaginárias e segregadoras. Este papel está diretamente associado com a proposição e a valorização da rede exterior ao SAICA, de modo que os adolescentes tenham contato com a comunidade e com o outro, pois uma vez que a adolescência é compreendida como uma passagem da cena familiar para a cena social, é preciso que o cotidiano se dê no trânsito entre essas duas cenas, de modo a permitir ao adolescente o estabelecimento de ressignificações a respeito de sua história.

É dentro desse contexto que é possível observar a aplicação do conceito de adolescente-protagonista como forma de combate à camada discursiva hegemônica que os associa à marginalização e como incentivo para que estes participem ativamente de suas próprias histórias, de modo a construir sua emancipação. Paralelamente a este processo de produção de um novo olhar sobre esses adolescentes, é preciso implementar políticas públicas específicas para aqueles que sofrem da condição de desacolhimento por maioridade¹², haja vista que é neste momento que eles deverão aplicar a autonomia adquirida ao longo dos anos vividos na casa de acolhimento. É neste momento que podemos notar a importância da articulação com a comunidade, pois uma vez

12 O desligamento institucional deve ocorrer obrigatoriamente com a maioridade, pois o SAICA é uma medida de proteção estabelecida pelo ECA direcionada a indivíduos de 0 a 18 anos de idade. Vale mencionar que o desacolhimento por maioridade é o destino de 33,8% dos acolhidos e uma das causas mais citadas de desligamento (NÚCLEO ACESSO, 2022).

que há um mundo social pré-vivenciado fora da casa de acolhimento, a desvinculação dos adolescentes torna-se menos dolorosa, uma vez que a comunidade propicia condições para o estabelecimento de novas vinculações.

Além disso, é importante observar como essa temática e o discurso dominante estão presentes no discurso dos profissionais das casas de acolhimento. Em muitos dos SAICAS, há a reprodução da idealização da família nuclear burguesa, reforçando a ideia de que o SAICA é apenas um lugar de passagem, o que ocasiona uma desvalorização do trabalho desenvolvido. No entanto, considerando que as representações de si pelo olhar do outro auxiliam na construção da própria identidade, seja através da comunicação por olhares, gestos ou palavras, é importante que os profissionais incorporem os conceitos de crianças-sujeito e adolescentes-protagonista. Isso auxiliaria a produção de novas subjetividades e novas vinculações na história dos acolhidos, deixando em segundo plano as marcas institucionais da família e do serviço de acolhimento. Se o que esperamos é que as crianças e adolescentes sejam sujeitos independentes e desejantes, é preciso criar um ambiente propício para que eles desenvolvam essa autonomia e tenham margem para experimentação, sem incorrer na clássica contradição entre o que se espera dos acolhidos e o ambiente que lhes é oferecido. Para tanto, é necessário ter uma equipe preparada e autônoma e uma certa flexibilidade na rotina, além de um ambiente que permita a experimentação.

A implementação de horários rígidos, rotinas inflexíveis e proibições podem gerar atitudes agressivas no contexto dos centros de acolhimento. É importante compreender que a agressividade ou o comportamento de birra não é uma conduta inerente à criança e ao adolescente, mas que eles surgem como forma reativa ao que é vivenciado e, muitas vezes, pode ser entendido como uma forma de demonstração de insatisfação. Considerando que a independência e a autonomia são construções progressivas que se iniciam na Primeira Infância, é preciso implementar

uma prática que traga oportunidades de as crianças e os adolescentes serem ativos. Uma das bases para a autonomia é ser capaz de entender o que se quer e ser capaz de lutar pelo seu objeto de desejo, utilizando-se dos recursos disponíveis. Portanto, em ambientes onde há vigilância e monitoramento excessivos, além de frequentes proibições, o próprio desejo de experimentação é inibido. Nesse sentido, para não incorrer no risco de as rotinas institucionais se sobreponem aos desejos das crianças e dos adolescentes, é necessário haver uma articulação entre as práticas de autonomia e de proteção. Pode-se propor, por exemplo, uma autonomia na própria equipe de funcionários, de modo a refletir nos modos de habitar do SAICA, através do estímulo à reflexão crítica das regras impostas, da abertura de exceções e do estabelecimento de uma relação de confiança baseada na escuta dos acolhidos.

Lar

vida diária, íntima e comum



O presente capítulo busca trazer uma interpretação do conceito de lar, articulando-o com os conceitos do habitar, da vida íntima e pessoal, e dos aspectos do cotidiano. Este capítulo revela-se indispensável para o desenvolvimento do trabalho na medida em que as casas de acolhimento se constituem como lar provisório para crianças e adolescentes. Nesse sentido, é importante compreender o que define um lar, qual é a importância da individualidade nesse processo e como os aspectos do cotidiano podem contribuir para uma vivência familiar.

Habitar: percepção e vivência

A questão da habitação é um tema que permeia diversas discussões na arquitetura desde o advento da modernidade, uma vez que traz a função primordial da casa enquanto abrigo e a importância da relação que a casa estabelece com o contexto urbano no qual ela se insere. Dessa forma, entende-se a discussão da habitação a partir de uma lógica multiescalar, onde se coloca em debate, simultaneamente, a escala urbana e a escala da edificação. É preciso considerarmos que a habitação enquanto abrigo decorre de um determinado momento histórico e está estreitamente relacionada a uma cultura e sociedade. Portanto, a questão do habitar nos dias de hoje é diferente de pensá-la no início do século XX e compreendê-la a partir de uma lógica de classes médias é diferente de entendê-la a partir de habitações populares. Nesse sentido, é preciso inserir a questão habitacional dentro do seu contexto e analisar as suas particularidades, sobretudo quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade social, de forma a confrontar e questionar os paradigmas e discursos dominantes.

Para iniciar essa discussão, é preciso realizar a diferenciação entre o conceito de casa e lar. Na formulação de Gifford (2007) “A house (casa) is not a home (lar)”, fica estabelecida a diferenciação entre os dois conceitos, mas é preciso analisá-los isoladamente para entender onde que a questão do habitar está presente. Utiliza-se corriqueiramente o conceito de casa para fazer referência às moradias, mas é possível afirmar que algumas pessoas, embora tenham vivido sempre em suas casas, não viveram em lares (GIFFORD, 1994 apud DE CAMARGO, 2007). Essa constatação traz a diferenciação do conceito de casa ao conceito de lar e se traduz na concepção da casa enquanto

[...] objeto construído, possui valor econômico, é o abrigo, o invólucro protetor, é a parte integrante do sítio onde se integra. O lar, por sua vez, é a vivência familiar dentro de casa, o aquecimento ou a frialdade; o ruído ou o silêncio, a calma ou a tempestade emotiva, o equilíbrio ou a desarmonia, o clima

Habitar é diferente de simplesmente estar num espaço. Para que o sujeito possa habitar é necessário um grau de contratualidade elevado em relação à organização material e simbólica dos espaços e dos objetos, à sua divisão afetiva com outros.

(SARACENO, 1999, p. 114)

espiritual que ecoa nos ambientes concretos da casa. (MIGUEL, 2002 p. 05)

A casa é entendida, portanto, como objeto material construído com características físicas e localização geográfica definida, e a noção de lar, por sua vez, é compreendida como a casa habitada, onde há a contribuição e participação dos moradores no processo de construção do habitat. Nesse sentido, o lar é percebido subjetivamente, não apenas como proteção física mas também como meio de identificação e pertencimento ao mundo. O lar está associado, portanto, ao sentimento de satisfação, às escolhas e aos significados positivos atribuídos ao lugar, extrapolando a noção de casa. Dessa forma, nota-se que a diferenciação dos dois conceitos está pautada sobretudo no estabelecimento dos valores e significados atribuídos ao local de moradia. Não há necessidade de passar um longo período num ambiente para que este seja reconhecido enquanto lar, mas ele precisa permitir a criação de sentimentos e personalização que sejam capazes de transmitir valor ao espaço e aos objetos nele contidos.

Piaget (1999), ao elaborar a sua teoria do desenvolvimento cognitivo e compreender a psicologia da criança, traz a compreensão do ser humano enquanto sujeito ativo em seu desenvolvimento. Segundo ele, há diversas formas de interação com o ambiente que são particulares a cada faixa etária de modo que, em cada etapa, há variáveis e estímulos que são capazes de incentivar ou inibir determinadas características, contribuindo para o desenvolvimento humano. Podemos fazer uma analogia da teoria piagetiana com a diferenciação entre o “estar em um lugar” e o “habitar um lugar”. Enquanto o primeiro está relacionado a agentes passivos, no qual o princípio base é a ocupação física, sem atuação nas dinâmicas de organização material e simbólica do lugar e do cotidiano, o segundo relaciona-se a agentes ativos e participativos, que promovem a subjetivação dos lugares através de trocas materiais, simbólicas e afetivas (LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S.M., 2011). Nesse

sentido, considerando que o ato de habitar um lugar só é possível diante da vivência participativa e, entendendo a importância de as crianças e adolescentes acolhidos agirem como agentes ativos, enxerga-se como uma atitude possível a atribuição do significado de lar às casas de acolhimento institucional.

Haja vista que o habitar possui inúmeras perspectivas de análise decorrentes das diferentes formulações elaboradas a respeito do tema, detenho-me a elucidar qual foi a perspectiva adotada na presente pesquisa. Buscou-se abordar o conceito de casa enquanto proteção material e simbólica (HEIDEGGER, 1951, 1997; MATORANA, 1995) e a incorporação do aspecto emocional e subjetivo a ela (RYBCZYNSKI, 1996; CRESSWELL, 1980, 2004). Por isso que durante a fase prática da presente pesquisa procurou-se valorizar o emocional, os sonhos e os desejos das crianças e adolescentes acolhidos, baseando-se em desenhos, relatos e conversas.

O termo habitar pode ser aproximado da noção de construir, pois, “a palavra do antigo alto-alemão usada para dizer construir, “buan”, significa habitar” (HEIDEGGER, 1951, p. 126). Nessa interpretação, entende-se o construir não enquanto uso de mão de obra para erguer edificações, mas sim pelo sentido de construção de vínculos, através da permanência e pertencimento. A ideia de habitar, segundo o autor, deve ser desvinculada da noção de moradia uma vez que o habitar abrange todas as formas e maneiras de interação do homem com o mundo onde vive. Sendo assim, o ato de habitar aproxima-se das práticas do “demorar-se, ser e estar apaziguado” (HEIDEGGER, 1951, p.129). O conceito de habitabilidade, segundo Heidegger (1997) está vinculado também à segurança do espaço, de maneira que “sentir-se em casa” estaria relacionado à noção de proteção do lugar privado e íntimo em oposição ao exterior e público. Cabe fazer um adendo acerca da separação entre o limite do privado e do público porque ainda que a noção de segurança associada ao lar permaneça nos dias de hoje, há uma mudança e mesmo

enfraquecimento desses limites a partir do avanço de novas tecnologias, tais como a Internet e o uso dos aparelhos celulares (HOLLOW, 2008).

Associada à noção de segurança, tem-se a questão do conforto simbólico - pois uma vez que temos a estruturação de um lar no qual nos sentimos seguros, consequentemente, nos sentimos confortáveis e, portanto, desenvolvemos sentimentos de confiança em nós mesmos (MATURANA, 1995). Essa questão emocional associada ao conforto é bastante complexa, pois ela articula elementos ambientais e psicossociais. Segundo Rybczynski (1996), o conforto deve ser analisado para além das questões objetivas. Este autor elabora a noção de conforto a partir de ambientes que propiciam o desenvolvimento de um espaço interior. Portanto, ao compreender a casa enquanto espaço confortável, devemos levar em consideração a sua capacidade de se comportar enquanto espaço íntimo, refúgio carregado de significados e lembranças. Além disso, o habitar, quando analisado a partir do ponto de vista emocional e subjetivo, está relacionado também ao processo de identificação do habitante com o lugar uma vez que só há o reconhecimento da significância de um determinado lugar quando sentimos que ele também fala sobre quem nós somos (CRESSWELL, 2004). Esses valores - de conforto e intimidade - embora sejam historicamente produzidos e socialmente circunstanciados, no Brasil, eles são compartilhados por várias camadas sociais, como será discutido em maior profundidade na próxima seção.

Heidegger (1997) associou o habitar também ao ato de cuidar, de modo que ele se dá no processo de construção, arranjo, arrumação e modificação dos espaços em lugares. É a partir desse processo de construção que o homem vivencia a apropriação do espaço, através da humanização e adaptação dos espaços conforme a sua própria natureza e personalidade. A humanização dos espaços é o ato de transformá-los e de torná-los apropriados e apropriáveis (MALARD, 1993). Nessa lógica, o ato de habitar está associado às práticas e aos cuidados que se tem

com o espaço, uma vez que um espaço acolhedor e confortável é capaz de estimular os seres que o habitam às práticas de cuidado.

Com essas considerações referenciadas nos autores elencados acima, pode-se dizer que o habitar está relacionado à construção de vínculos afetivos com o espaço, por meio de mecanismos que assegurem os sentimentos de segurança e satisfação, pelo menos para um conjunto de pessoas vinculadas à cultura ocidental. Nesse sentido, a atribuição do significado do lar às moradias só é possível se as mesmas despertarem sentimentos positivos em seus habitantes e se o ato de morar se concretizar através de atos de identidade e pertencimento. A identidade e o pertencimento estão estreitamente ligados, uma vez que quanto maior é a sensação de se sentir inserido e pertencente, "mais forte é a sua identidade com esse lugar" (DE CAMARGO, 2007, p. 175). A afirmação, aproxima-se, portanto, da hipótese de Alain Botton (2007) de que a sensação de pertencimento não está desvinculada do processo de construir uma casa ou de decorar um cômodo, pois, ao fazê-lo, as pessoas querem mostrar quem são e lembrar de si próprias, configurando um refúgio à identidade.

O habitar, sobretudo quando tratado do ponto de vista de um habitar coletivo no qual diversas pessoas compartilham um mesmo espaço, não deve ser entendido de maneira isolada e independente, e sim através da preservação das particularidades subjetivas de cada habitante. Quando visto sob a perspectiva dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, o habitar deve considerar as singularidades das histórias de vida de cada um dos acolhidos, suas vivências e os seus sentimentos. Dessa forma, a presente pesquisa não busca generalizar este habitar, e sim trazer possibilidades de alteração no ambiente e nas formas de morar que estejam relacionadas à noção do "sentir-se bem".

Individuação: a importância da individualidade

O desafio de pensar a individualidade nas unidades de acolhimento institucional no Brasil perpassa pelos conceitos de família e intimidade. Para compreender a sistematização desses conceitos, a presente pesquisa se detém sobre um recorte da história ocidental onde há a centralidade do olhar sobre a noção de intimidade a partir do século XIX e XX. Esse recorte temporal possui caráter estratégico, uma vez que permite o questionamento da concepção burguesa de intimidade, do sentimento de família e da constituição do indivíduo moderno, além de facilitar a compreensão das estruturas de poder e desigualdades que moldaram a formulação destes conceitos. Ao considerar que a noção de individualidade não deve se restringir a uma única camada discursiva, torna-se necessário considerar diferentes formas de relacionamento e redes de apoio capazes de produzir alternativas às subjetividades contemporâneas. Para tanto, busca-se discorrer sobre os sentidos simbólicos que os conceitos de família, intimidade e indivíduo assumem na contemporaneidade e, articulá-los ao universo do acolhimento institucional.

A instituição conhecida como família é uma construção histórica que teve grandes modificações ao longo do século XIX, sobretudo em função da mudança estrutural que ocorreu na sociedade com a Revolução Industrial. Historicamente, a família assumia diversos papéis, públicos e privados, de modo que a sociabilidade, a educação e a saúde ficavam restritas ao âmbito familiar. No final do século XIX, com a Revolução Industrial e a consolidação de novos modos de vida, houve um movimento de privatização da família na qual esta perdeu a sua função pública com o surgimento de escolas e hospitais. Cabe ressaltar que essa privatização também corroborou com a acentuação das fronteiras entre o público e o privado, este último norteado pelo ideal de família e intimidade. Esse processo marcou o início da construção do modo de vida contemporâneo no qual é possível observar a autonomia dos filhos

A casa enquanto lugar nos acolhe em sua materialidade, trazendo à tona as nossas necessidades físicas e emocionais, incorporando os nossos valores, e, tornando-se o nosso lugar privado. [...] Desenvolvemos laços especiais com um lugar justamente por ele ter profundo significado para nós; por nos identificarmos com ele, a ponto de ele tornar-se parte importante de nós. Esse processo é pessoal e ocorre através da maneira pela qual individualmente construímos nossas noções de lugar.

(DE CAMARGO, 2007, p.226)

em relação às suas famílias, o respeito à intimidade, a ideia do amor romântico - que substituiu as práticas de casamento arranjado - e a valorização do espaço individual dentro das residências. Vê-se, portanto, que as mudanças decorrentes da Revolução Industrial, que incutiram nos indivíduos as noções de vontade e de decisão, permitiram uma certa mobilidade, distanciando o indivíduo de sua família. É nesse contexto que a noção de família nuclear - formada por pai, mãe e filhos - ganha maior importância, sobretudo no universo da sociedade ocidental.

O processo de individuação e de expressão pessoal também sofreu grandes influências da Revolução Industrial, na qual houve a estruturação de uma sociedade regida pela produção, consumo e representação social. Foi a partir da separação entre mente/pensamento e corpo/prática que essa nova forma de estar no mundo se consolidou: o eu pensante, sujeito dependente da família, da religião e da política. Essa figura foi o molde utilizado para pensar os ideais de conforto e bem-estar do século XX e se constituiu como um dos motores de afirmação da família nuclear. O movimento de consolidação da ideia de conforto e bem-estar está atrelado à moral burguesa de recato e de vida privada (ARIÈS, 1981; SENNETT, 2002), segundo a qual o conforto era visto como uma expressão de status social pois estava frequentemente associado à possibilidade desfrutar do lazer, vivenciar momentos de descanso, e à posse de bens materiais. Essa moral burguesa foi difundida através da industrialização, urbanização e comercialização, no entanto, não era acessível a todos. Pensar na intimidade, neste contexto, significa pensá-la sob uma lógica sanitarista, de forma que a difusão do sentimento de intimidade estaria associada à negação da promiscuidade, caracterizada pelas práticas coletivas que expunham atividades de caráter pessoal e íntimo a estranhos.

A criação dos quartos individuais, a separação entre quarto feminino e masculino e a multiplicação do número de banheiros na residência do século XX podem ser compreendidas como dispositivos arquitetônicos

que garantiram a manutenção da intimidade, ainda que não fosse uma realidade para muitas das famílias. No entanto, se olharmos para as práticas de banhos públicos e para a ausência de cômodos específicos para dormir no século XVI, veremos que essa preocupação com o espaço pessoal e íntimo era inexistente tanto para camadas abastadas como para estratos populares (SILVA, 2016). Dessa forma, afirma-se que as mudanças na conjuntura e nas disposições espaciais acompanharam a reprodução e difusão de uma conduta burguesa de valorização do indivíduo, da intimidade e da família, da qual nem todos podiam usufruir.

Os processos sociais ancoram-se no espaço e na materialidade das coisas e as delimitações do espaço íntimo podem variar significativamente entre diferentes sociedades, culturas e grupos sociais. Diante disso, reforça-se a importância de relativizar as noções de conforto, bem-estar e morar bem que são recorrentemente difundidas, uma vez que a produção teórica a respeito do tema revela a ausência de diferentes camadas discursivas, e a apreensão desses conceitos enquanto valores fundamentais torna-se restrita à classe dominante.



Instalação da Casa Guarani de Edgar Calel na 35ª Bienal de São Paulo - Coreografias do Impossível. Desenho Imersivo. Acervo Pessoal.

Ilustrou-se acima, em um breve parênteses, a Casa Guarani, como forma de representação da organização das comunidades indígenas, em que há menor independência dos cômodos e a extensão das relações familiares nucleares para laços comunitários mais amplos. Essa diferença na forma de organização da comunidade indígena ocorre porque as assimilações e preceitos de seus ordenamentos espaciais e da noção de família não exigem a privacidade e a intimidade tais como exigidas em grupos que se organizam pela lógica ocidental burguesa.

Diante de tal contexto, questiona-se a adequação de aplicar a lógica da classe média burguesa de valorização da intimidade e da privacidade para o contexto do habitar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Isso porque, ainda que o SAICA esteja inserido nos valores e práticas vivenciados pela sociedade ocidental burguesa, é importante considerar a influência do contexto social e econômico na formação das noções de individualidade e intimidade. Até que ponto a intimidade e a família são valores compartilhados? Existem formas alternativas de compreensão desses conceitos? Como podemos pensar uma sociedade que divulga a noção de intimidade e família na imprensa se muitas das pessoas não podem usufruí-las?

Pensar nas crianças e nos adolescentes acolhidos é pensar em seres que estão distanciados de suas famílias - nucleares e estendidas - por decisões judiciais, haja vista o histórico de precariedades e de violências sofridas. Portanto, quando há pessoas em situação de acolhimento, espera-se que elas encontrem uma família - seja a família de origem ou família substituta por meio da adoção. Esse sonho construído culturalmente, de ter uma família, é reproduzido recorrentemente como a única forma de organização social que nos permite viver a vida satisfatoriamente. Há, por trás dessa esperança, a reprodução da ideologia ocidental burguesa de que os sentimentos afetivos existentes na família são indispensáveis para o desenvolvimento dos indivíduos. Contudo, para compreender o desenvolvimento infantojuvenil em

situações de vulnerabilidade, o modelo clássico utilizado para explicar o indivíduo e a família tradicional não é o suficiente, sendo necessário inserir o debate em uma discussão mais ampla sobre as características do sistema político, econômico e social vigente. A desestruturação familiar deve ser compreendida enquanto produto do sistema capitalista, pautado na desigualdade social e na pobreza, de forma que o acolhimento institucional cumpre a função de amenizar o desamparo sofrido pelas crianças, adolescentes e suas famílias.

Nessa realidade pautada por diversas desigualdades, observa-se que os aspectos macrossistêmicos - tais como as crenças, os valores e as representações - interferem nas práticas de inclusão e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Apesar das mudanças ocorridas na legislação das formas de acolhimento após a promulgação do ECA, a imagem social do indivíduo acolhido permanece carregada de estigmas. As características negativas e pejorativas que acompanham as crianças e, sobretudo, os adolescentes, influenciam no processo de individuação dos mesmos, pois a individualidade¹³ não está restrita ao corpo físico e espaço ocupado, mas também é definida pelos pensamentos, vontades, percepções individuais e pelo imaginário social coletivo.

A estigmatização dos acolhidos pode ser compreendida por meio da formulação de Pierre Bourdieu (1974, 1977) acerca dos mecanismos de produção e reprodução de desigualdades sociais. Segundo o sociólogo, as desigualdades não ocorrem somente a partir de aspectos econômicos, mas também de um déficit social e simbólico constitutivo da sociedade. Portanto, torna-se necessário compreender quais são esses condicionantes simbólicos e imateriais que explicam a estruturação da

¹³ A individualidade deve ser articulada à noção de autonomia e emancipação pessoal, uma vez que está diretamente associada à capacidade de pensar, sentir e agir conforme seus próprios gostos e desejos, e não como simples aceitação da imposição de normas sociais externas.

sociedade burguesa a fim de analisarmos a influência da questão social do abandono no Brasil no processo de individuação. Segundo Bourdieu (1974, 1977), a sociedade é formada por três tipos de capital: o cultural, o social e o simbólico. O primeiro estaria vinculado aos saberes e à educação formal, trabalhados a partir de instituições como a família e a escola, o segundo está associado às relações sociais e configura-se através da rede na qual estamos inseridos e o terceiro está vinculado à questão da representação social. É a partir da associação dos três tipos de capital que podemos compreender a interiorização das relações e estruturas do mundo social na prática e no pensar individual. Por exemplo, pode-se observar a assimilação de determinados valores e gostos por parte dos indivíduos por meio da identificação com os discursos dominantes e da naturalização dos mesmos como pressupostos universais e ideais a serem seguidos.

No contexto das instituições de acolhimento, nota-se que as crianças institucionalizadas têm, geralmente, uma visão negativa de si, que é reforçada pelo estigma institucional (DELL'AGLIO; HUTZ 2004, p. 356) reproduzido pelos discursos dominantes. Nesse sentido, nota-se que o processo de individuação dos acolhidos é permeado pela estigmatização presente no imaginário social coletivo a partir da interiorização das relações e estruturas do mundo social, dificultando a expressão de suas individualidades. Por isso, é importante o estabelecimento do vínculo entre as crianças e os cuidadores, de maneira que estes tornam-se responsáveis por construir um centro de afeto e ajudar na construção da identidade dos acolhidos com o objetivo de traçar novas perspectivas e evitar a estigmatização, atuando como resistência às práticas de desamparo e abandono no país. Goffman (1982) revela que o estigma é uma identidade social, uma marca instituída a determinado grupo que define e impõe atributos a quem o carrega. A experiência do projeto

psicossocial “Desembola na Ideia”¹⁴, que conjuga arte, psicanálise e política para promover o protagonismo juvenil na construção da cidadania, nos apresenta alternativas viáveis para valorizar as vozes de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e desvinculá-los do imaginário social coletivo.

Se considerarmos a história dos serviços de acolhimento, veremos que alguns serviços que caracterizavam-se enquanto instituições totais¹⁵ agiam em contramão às práticas da modernidade de valorização do indivíduo. A indiferenciação dos locais era vivida como uma escravidão total do tempo (PROST, 1991) e por conta da ausência de informações do mundo exterior, reconhecia-se o mundo interior como suficiente e satisfatório. Uma das práticas que eram realizadas era a substituição dos nomes dos abrigados por nomenclaturas, de modo a retirar do indivíduo o seu próprio nome, uma de suas possessões mais significativas e uma de suas identidades mais seguras (Goffman, 1996). Além disso, realizava-se a apreensão de alguns bens individuais como roupas e cosméticos. Ao considerar que, na modernidade, a individualidade é construída com base no conjunto de bens possuídos, essa prática caracterizava-se como uma retirada de identidade e personalidade.

14 O “Desembola na Ideia” foi um projeto desenvolvido em Belo Horizonte com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social que buscava oferecer subsídios e ferramentas para que estes construíssem um processo de individuação através da escuta psicanalítica, atividades de expressão artística e sociabilização em ateliês. O projeto era uma referência na atenção psicossocial aos adolescentes e configurava-se como um lugar de potência, mas infelizmente ele teve suas atividades descontinuadas em março de 2024 devido à falta de financiamento para o projeto.

15 As instituições totais caracterizam-se por serem locais formalmente administrados onde todas as atividades da vida são realizadas (tais como moradia, alimentação, educação, trabalho). Os indivíduos que vivem nessas condições geralmente levam uma vida afastada da sociedade e fechada na instituição. Algumas das práticas de acolhimento que se caracterizavam como instituições totais são as Rodas dos Expostos, Recolhimento Provisório de Menores e Fe-bem.

Ao mesmo tempo em que as políticas de acolhimento atuais não se configuram mais como instituições totais e tenham avançado em relação ao respeito às individualidades de cada indivíduo - vide a ausência do uso de uniformes e o uso dos nomes dos acolhidos -, o que se observou nas visitas ao SAICA é que ainda há uma prática de controle sobre as crianças e adolescentes, de modo que a vigilância aparece como um fator muito presente - vide o uso de chaves para trancar as portas da casa, e a impossibilidade de os acolhidos ficarem nos quartos durante o dia, exceto quando estão em alguma situação particular de crise. Essa organização espacial pautada na vigilância extensiva revela, por um lado, a busca pela proteção das crianças e dos adolescentes, mas, por outro, a sobreposição dos desejos de controle do adulto. A instituição, ao tentar neutralizar e controlar a individualidade de cada um, cria obstáculos à construção da identificação pessoal.

Ergue-se, pois, uma dificuldade no processo de individuação e, consequentemente, no estabelecimento da vinculação dos acolhidos com as pessoas, os objetos e os lugares. Assim, embora a promulgação do ECA seja um marco no reconhecimento da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos, essa legislação se configura, na prática, apenas como um jogo de retóricas, já que algumas das práticas das unidades de acolhimento não refletem os princípios estabelecidos pelo estatuto. A cultura institucional, ao se basear nos princípios de proteção e controle, perpetua as relações de poder entre os adultos e as crianças de modo a promover uma identidade colonizadora às crianças e adolescentes. O olhar da sociedade, por sua vez, nega a individualidade dos mesmos e não são oferecidas práticas de acolhimento às suas necessidades imateriais e simbólicas, agravando a condição de vulnerabilidade.

Portanto, é necessário que o processo de individuação de crianças e adolescentes acolhidos desvincule-se das noções de família e intimidade presentes na camada discursiva dominante, de modo a ter uma apropriação deste processo por parte dos acolhidos em busca

da construção de uma identidade política. A individuação, entendida no presente estudo como a sobreposição do “eu” em relação ao “mim”, deve ser pensada através do uso de uma identidade política, relacionando-se ao que Habermas (1990) reconhece como “identidade do eu pós-convencional”. Essa identidade é capaz de romper com as homogeneizações sociais e os discursos dominantes através da busca dos significados reais na identidade, pautando-se na autonomia e na autenticidade no modo de se representar. A apropriação dessa identidade política é capaz de extrapolar o âmbito subjetivo e entrar no campo material, por meio da impressão de questões próprias e pessoais ao espaço, de modo a adaptá-lo às necessidades individuais e demarcar o espaço íntimo e pessoal. É nesse sentido que a presente pesquisa busca elucidar a importância de se ouvir as necessidades dos acolhidos, a fim de permitir a personalização e a identificação dos espaços de acordo com os seus desejos e suas expressões pessoais.

Ambiente familiar: aspectos do cotidiano

Ao pensarmos num ambiente familiar, deparamo-nos logo de início com a imagem da família tradicional - formada por pai, mãe e filhos. Essa concepção de família é datada historicamente. Em um momento anterior à Revolução Industrial, a sociedade se organizava de maneira menos privada e mais comunitária visto que havia uma comunidade extensa que não era necessariamente constituída por laços de parentesco e era também responsável pelas crianças. Com a industrialização, contudo, houve maior especialização e separação das relações familiares, de modo que a intimidade e a privacidade foram ganhando espaço no discurso dominante e as famílias foram reduzindo-se ao núcleo familiar. Para compreender o contexto das casas de acolhimento para crianças e adolescentes precisamos desconstruir a idealização da família nuclear burguesa a fim de demonstrar alternativas para o acolhimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes, já que a reintegração familiar não é uma realidade possível para muitos dos acolhidos. Dessa forma, busca-se trazer uma aproximação do familiar com o cotidiano, deixando em segundo plano o papel da instituição família.

No contexto do acolhimento institucional, o mito da família ideal que perpetua no imaginário social coletivo é ameaçado. É importante notar que, para salvar este mito ideal, alguns cuidadores supervalorizam a família adotiva, de maneira a minimizar a significação do período de acolhimento para as crianças e, muitas vezes, acelerar o processo de adoção (NÚCLEO ACESSO, 2020). O período de acolhimento institucional, quando desvalorizado a partir da noção de provisoriação, indica que algo definitivo, e melhor, está por vir. Esse processo, no entanto, está sujeito a promover mais vezes o ciclo de abandono casa-rua-instituição (CARVALHO, 1993) ao qual as crianças acolhidas estão submetidas, incorrendo em casos de devolução e provocando um novo abandono às crianças e adolescentes. Segundo Marin (2010), uma das formas de romper com essa situação seria através da valorização do lugar do educador e da relativização do modelo de família como sendo o único

Com o tempo, uma nova casa deixa de chamar nossa atenção: torna-se confortável e discreta como um velho par de chinelos.

(TUAN, 2013, p. 224)

possível.

Além disso, convém ressaltar que, ao promover uma supervalorização da família como lugar indispensável para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, há uma ruptura e impedimento do contato dos mesmos com as suas próprias histórias, através da criação da imagem da família como modelo ideal e a consequente desvalorização do período de acolhimento. Essa lógica está associada a uma visão pragmática e operacional do serviço de acolhimento pois, ao invés de ajudar as crianças e adolescentes a elaborarem as suas histórias e mostrar outras perspectivas, produz uma série de reproduções sistemáticas da ideologia do modelo familiar, sem a construção de uma visão holística que considere o caso a caso. A título de ilustração, qualquer pessoa que chega na unidade de acolhimento e que entra em contato com a criança torna-se “tia” (MARIN, 2010), reiterando as relações de parentesco ao invés da relação profissional de cuidado o que, consequentemente, reforça uma tentativa de reconstituição de relações familiares.

O recorte do conceito de familiaridade centrado nos aspectos cotidianos, trata, pois, de situar o lugar da família como parte da história da criança, mas sem o caráter totalitário de compreendê-lo enquanto único modelo possível. Assim, torna-se possível às crianças e adolescentes o surgimento do questionamento de suas origens, possibilitando o espaço para falar do abandono e compreender quem ocupa os lugares de proteção e apoio. Essa perspectiva retira o peso da instituição familiar através do distanciamento da sociabilidade centrada na família e abre espaço para que a criança seja sujeito de sua própria história, e não sujeitada.

A concepção de familiaridade, no presente estudo, está ancorada na aproximação do familiar com o conhecido, o comum e o cotidiano. Portanto, por conta do convívio diário dentro da casa de acolhimento, pode-se afirmar que a estrutura familiar é definida pelos cuidadores e pelos demais acolhidos. Vale mencionar que há praticamente a ausência

da figura masculina na instituição visto que a maioria dos funcionários é do sexo feminino, o que reforça a hierarquia social de gênero estabelecida entre homem-mulher na qual o ato de cuidar é reconhecido como um atributo feminino. A rede que é construída no SAICA passa a ser o agente primário na socialização das crianças e dos adolescentes e apresenta-se como um resgate do ambiente familiar - caracterizado pelo íntimo e seguro. Essas condições são vistas como indispensáveis para o desenvolvimento infantojuvenil. Portanto, é a partir da construção de um espaço acolhedor e seguro que devemos compreender as relações dos acolhidos entre si, com os cuidadores e com o ambiente.

Há uma busca inerente ao ser humano de se sentir parte integrante de determinado grupo ou comunidade, que é aplicada para diversos âmbitos, tais como as relações familiares, amizades, grupos de interesses compartilhados, entre outros. Podemos dizer, de uma maneira geral, que somos todos sujeitos em busca de lugares: família, teto, terra, territórios de pertencimento. Essa busca pelo pertencimento é parte da natureza humana e está relacionada ao bem-estar emocional e psicológico das pessoas. Segundo Heidegger (1997), o espaço habitado exerce a função de representação social e de conformação de identidades pessoais, de modo que expressa a vontade do ser humano de “ter um lugar” - seja do ponto de vista material e físico, seja do ponto de vista simbólico relativo à posição social ocupada na sociedade.

A hipótese presente nesta seção é a de que, para além dos vínculos interpessoais estabelecidos entre o ser humano e a sociedade na qual ele está inserido, a percepção do lugar também ajuda na atribuição de familiaridade e constituição de identidade. Extrapola-se, portanto, a questão da familiaridade como resultado somente da concepção das relações interpessoais e insere-se no debate a questão espacial, abordando a noção de que o sentimento de pertencimento ao ritmo de vida de um determinado lugar advém da familiaridade com o espaço (CRESSWELL, 1980 apud DE CAMARGO, 2007).

Segundo Tuan (2013), o processo de reconhecimento de determinado espaço não é de caráter instantâneo, ele leva tempo para ser assimilado e é durante esse processo de reconhecimento do espaço que realizamos uma organização mental e material e o percebemos enquanto lugar. Embora seja fácil afirmar que o ser humano tem uma dependência visual para realizar o ordenamento e reconhecimento espacial, é importante trazermos para o exercício de projeto outros aspectos que enriquecem as vivências e as percepções do espaço: tais como a audição e o olfato. Os cheiros são capazes de distinguir um ambiente dos demais, tornando-o fácil de ser identificado e lembrado (TUAN, 2013). O exercício de projeto deve, portanto, incorporar estes aspectos para conceber lugares familiares e não apenas ambientes construídos.

A percepção do espaço enquanto lugar perpassa tanto por aspectos físicos que reforçam a noção de conforto material, como por aspectos imateriais, relacionados à noção de conforto mental e psíquico. Essas duas dimensões do conforto, quando articuladas na concepção espacial, propiciam a construção de uma ambiência familiar, relacionada ao cotidiano pessoal. As pessoas tendem a buscar semelhanças entre aquilo que é novidade e tudo o que foi vivenciado anteriormente, pois isso encoraja e facilita a adaptação ao novo ambiente. A ausência de novidades e de novos estímulos, bem como o uso de materiais de fácil manuseio e acesso, são elementos fundamentais para a construção da familiaridade com o ambiente, que está associada à ideia de segurança e confiança. Além disso, outro aspecto relevante é a permanência no local, que promove, a partir de vivências e experiências pessoais, a percepção das diferentes formas de estar nesse lugar.

O processo de construção da familiaridade, que ocorre através da assimilação de um espaço a um lugar é, portanto, diretamente proporcional à permanência no lugar, todavia, é importante reconhecer que há determinadas características espaciais e dinâmicas organizacionais que contribuem para acelerar ou frear este processo.

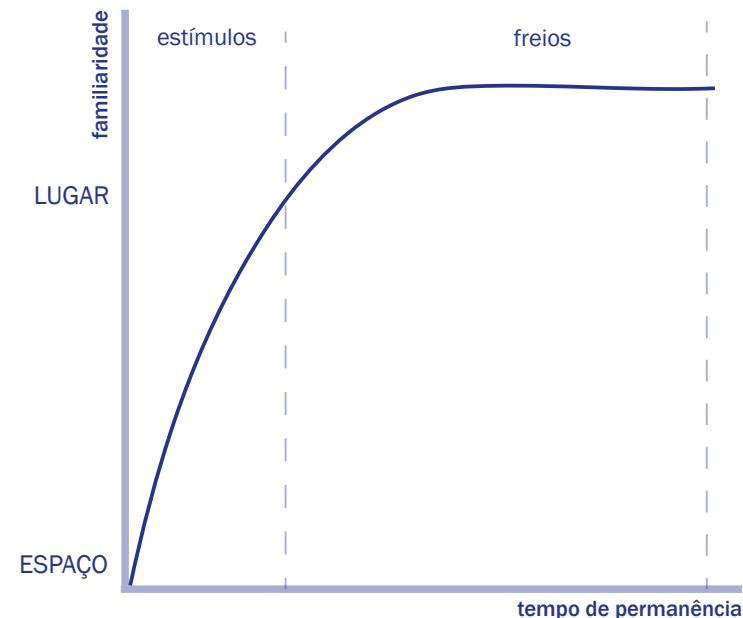


Gráfico relacional da familiaridade com o tempo de permanência no espaço. Elaboração própria.

O gráfico ilustrado busca relacionar a familiaridade (coordenada y) com o tempo de permanência (coordenada x), a fim de estabelecer relações entre esses dois aspectos.

Quando analisada do ponto de vista do acolhimento institucional, a familiaridade possui inúmeros freios, tais como a ausência de figuras maternas e paternas, a presença recorrente de visitantes que traz à tona o desconhecido, a rotatividade dos funcionários e a chegada e saída de acolhidos que produz o sentimento de novidade e despedida. Contudo, é possível elencar também algumas potencialidades do ambiente e da organização institucional que podem atuar como estímulos para o processo de assimilação da casa de acolhimento enquanto lar, dentre elas é possível citar a presença de um mobiliário acessível e personalizável

e de uma equipe preparada para dedicar-se às crianças e adolescentes, que precisam de autonomia, atenção, cuidado e carinho.

A partir da aproximação entre segurança e construção da familiaridade, podemos pensar a ambiência familiar através de aspectos do cotidiano. Embora a vida cotidiana não implique necessariamente em uma rotina pré-estabelecida, alguns estudos já revelaram que a previsibilidade dos acontecimentos nos trazem conforto. Giddens (2002) deixa evidente que a proximidade entre rotina e segurança aparece recorrentemente na Primeira Infância e é vista como um fator relevante para o desenvolvimento humano. Segundo o autor, quando há uma quebra na rotina, o sentimento de ansiedade se perpetua, por outro lado, quando há a vivência de uma rotina, conhecida e habitual, sentimos seguros de vivenciá-la sem grande atenção ou ansiedade (CHANAY, 2002 apud DE CAMARGO, 2007). Dessa forma, podemos entender os aspectos do cotidiano como aqueles elementos que nos são conhecidos e, consequentemente, não nos chamam a atenção, são corriqueiros.

Para as crianças e adolescentes que vivem nas unidades de acolhimento institucional, por exemplo, é comum a entrada e saída de pessoas desconhecidas (voluntários, familiares de outros acolhidos, candidatos a adoção, profissionais da Vara da Infância e da Juventude, psicólogos, assistentes sociais) em suas moradas, pois é uma prática cotidiana. Isso desafia, de certa maneira, o ideal de casa enquanto espaço privado e restrito, comprometendo as noções de conforto e segurança e, consequentemente, de familiaridade.

No entanto, é possível minimizar os efeitos negativos da entrada e saída constante de pessoas “de fora”, desconhecidas, a partir de uma reordenação espacial dos ambientes. Por exemplo, pode-se garantir a total independência da parte administrativa em relação aos espaços de estar e também promover a criação de espaços intermediários a fim de garantir o afastamento da figura desconhecida em relação aos espaços íntimos. Essas medidas facilitariam o sentimento de familiaridade e

pertencimento das crianças e adolescentes aos SAICAs, uma vez que esta sensação está relacionada às ideias de “estar aqui e não lá; seguro, ao invés de ameaçado; envolvido, ao invés de exposto, à vontade, ao invés de estressado” (SEAMON, 1996 apud DE CAMARGO, 2007, p. 174). Por isso, a importância de criar uma atmosfera acolhedora para as crianças e adolescentes, a fim de que estes encontrem um lugar familiar, capaz de acolhê-los intimamente, mesmo com todas as vulnerabilidades às quais estiveram expostos.

Formas de morar nos serviços de acolhimento institucional

A relevância do debate dos centros de acolhimento institucional está diretamente associada ao objetivo de produzir um desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes. Este desenvolvimento não está adaptado a uma ambiência padronizada e coletiva, mas sim rodeado de práticas e ações voltadas para as particularidades e singularidades de cada indivíduo. O contexto das casas de acolhimento deve exercer influência positiva no desenvolvimento infantojuvenil de modo que seus espaços permitam a vivência, a criação de vínculos afetivos e o acúmulo de experiências necessárias para o desenvolvimento humano saudável (SAVI, 2017), sobretudo, se considerarmos o desamparo vivenciado pelas crianças e adolescentes.

Em relação às diretrizes e regulamentações que orientam as modalidades de acolhimento, há, além dos Códigos Sanitários Municipais que regulamentam todas as edificações, a publicação da *Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, em 2009. Este documento reúne as orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento para as diferentes modalidades de acolhimento, com diretrizes gerais e programáticas. Reconhece-se que há uma defasagem entre o período que essa legislação foi elaborada e os dias de hoje, com um período que totaliza quinze anos, de modo que faz-se necessário prever uma atualização da mesma conforme a realidade sociopolítica atual.

“a arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo [...], ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade”

(PALLASMAA, 2011, p. 17)

Para compreender as formas de morar dos SAICAs é necessário compreender qual é o programa de necessidades dessa modalidade de acolhimento para, então, poder analisar espacialmente a unidade com a qual dialogo no presente estudo e propor intervenções projetuais. Para isso, elenca-se a seguir os pontos levantados pela *Orientação Técnica* (2009) como recomendação da infraestrutura e dos espaços mínimos sugeridos para a modalidade do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).

Síntese do quadro do item 4.1.5 da Orientação Técnica (2009), que elenca as infraestruturas e espaços mínimos sugeridos para cada ambiente do SAICA.

QUARTO

Espaços de dormir (cama, berços, beliches);
Espaços para guardar pertences pessoais de forma individualizada;
Comportar até 4 crianças por quarto (excepcionalmente até 6);
Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante.

SALA DE ESTAR

Acomodar os acolhidos e os cuidadores do equipamento;
Metragem sugerida: 1 m² para cada ocupante.

SALA DE JANTAR

Acomodar os acolhidos e os cuidadores do equipamento;
Pode ser independente ou estar anexada à sala de estar ou cozinha;
Metragem sugerida: 1 m² para cada ocupante.

SALA DE ESTUDOS

Pode ter espaço específico para essa finalidade;
Pode ser organizado em outros ambientes (quarto ou sala de jantar/copa);
Deve ter espaço suficiente e mobiliário adequado;
Destinada à realização de atividades de leitura/estudo.

BANHEIRO

1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro (a cada seis crianças);
1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para os funcionários;
Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.

COZINHA

Acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos;
Preparo de alimentos para acolhidos e cuidadores.

ÁREA DE SERVIÇO

Acomodar utensílios e mobiliário;
Armazenamento de equipamentos, objetos e produtos de limpeza;
Cuidado com a higiene da casa de acolhimento.

ÁREA EXTERNA

Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras;
Evitar equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários;
Priorizar o uso dos equipamentos públicos e comunitários.

EQUIPE TÉCNICA

Destinada às atividades de natureza técnica;
Elaboração de relatórios, atendimentos, reuniões, etc;
Localização específica com espaço separado da área de moradia;
Deve-se concentrar atividades administrativas e técnicas.

COORDENAÇÃO

Atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.);
Área reservada para guarda de prontuários em condições de segurança e sigilo;
Localização específica com espaço separado da área de moradia;
Deve-se concentrar atividades administrativas e técnicas.

SALA DE REUNIÃO

Reuniões de equipe;
Atividades grupais com as famílias de origem.

Considerando as recomendações de infraestrutura e de espaços mínimos sugeridos vê-se que o programa dos SAICAs é bastante similar ao programa de uma residência, todavia, o que os difere, além do fato de o SAICA possuir todo um aparato institucional que rege a organização e a coordenação do serviço, é o fato de os moradores serem apenas crianças e adolescentes e as figuras adultas integrarem apenas um quadro de profissionais e técnicos. Dessa forma, as formas de morar no serviço de acolhimento institucional estão estritamente vinculadas às percepções do universo infantojuvenil sobre a moradia, de maneira que torna-se importante a elaboração de um projeto que se atente para a dimensão infantil dos espaços. Além disso, na implementação do SAICA deve-se levar em consideração a história de vida de seus moradores, marcada pelo abandono, violência e desamparo, de modo que o serviço de acolhimento deve promover acolhimento, proteção e autonomia.

Nesse sentido, embora haja a similaridade do conteúdo programático do SAICA ao programa das residências unifamiliares, o habitar dos serviços de acolhimento é mediado por fatores que ultrapassam a prática do habitar doméstico e dialogam com a prática institucional uma vez que a organização institucional é indissociável de sua configuração enquanto serviço de assistência social de acolhimento. Nesse cenário, é evidente que alguns aspectos do cotidiano doméstico estejam em segundo plano em detrimento de uma praticidade do habitar, mas ainda assim, é preciso propiciar condições que facilitem a autonomia e participação das crianças e adolescentes acolhidos, uma vez que a praticidade do habitar não deve se sobrepor ao bem estar físico e psicológico das crianças e adolescentes. O acolhimento deve estar a serviço do cuidado dos acolhidos, e não do controle dos mesmos. A realidade se apresenta, contudo, como um contraponto a este modelo, pois é possível notar uma prática de organização marcada pelo controle temporal e espacial do cotidiano dos acolhidos.

O primeiro controle, o do tempo, ficou evidente a partir da observação da rotina formulada pelos técnicos da unidade, em que há a determinação

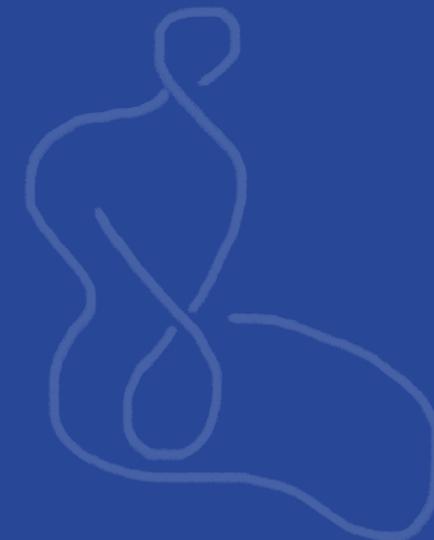
da hora que determinadas atividades devem ser realizadas, tais como acordar, tomar banho, dormir, brincar e comer. Assim como em uma casa unifamiliar na qual temos uma rotina a ser seguida de acordo com as atividades escolares, as casas de acolhimento devem prever uma rotina bem estruturada. No entanto, a questão do controle está presente quando não se observa flexibilidade em relação à rotina programada. É preciso que as formas de morar dos serviços de acolhimento se assemelhem ao máximo com uma residência, que tenham uma certa flexibilidade e adaptabilidade baseada na escuta ativa das crianças e adolescentes. Isso porque ainda que o período de acolhimento seja “provisório e excepcional”, ele deve oferecer um senso de pertencimento e autonomia. De maneira a ilustrar uma prática de resistência ao controle temporal das crianças e dos adolescentes, a *Inst.* tem como projeto institucional a realização de Assembleias Participativas a fim de que as crianças e adolescentes explicitem seus desejos e vontades, sendo este momento um momento no qual há a participação ativa dos mesmos na organização das atividades.

Já o segundo controle, o do espaço, foi visto a partir da disposição espacial dos ambientes do SAICA visitado. Nos ambientes nos quais os serviços domésticos são realizados - tais como a cozinha, a lavanderia e a despensa - há uma limitação de acesso e as crianças não podem acessá-los, pois há portas com trancas que impossibilitam este acesso. Considerando que há limitações por parte da legislação sanitária a respeito do acesso das crianças e adolescentes a estes ambientes, é necessário pensar na criação de espaços intermediários e de práticas que permitam este acesso de maneira controlada para que os aspectos do cotidiano familiar começem a fazer parte da vida diária das crianças e dos adolescentes acolhidos. A inserção destes aspectos do cotidiano familiar contribuirão para instituir o senso de pertencimento e de participação dos moradores, de modo que estes reconheçam a si próprios como sujeitos produtores de morada.

Entre o íntimo e o comum

a constituição da singularidade
no espaço coletivo

Discutir as formas de morar no contexto dos SAICAs sem pautar a relação entre o íntimo e o comum seria um equívoco. Sendo assim, a partir de uma abordagem alinhada aos preceitos da Psicologia Ambiental, pretende-se compreender a partir de quais elementos o ambiente pode auxiliar na construção da singularidade no espaço coletivo. O grande desafio das instituições de acolhimento é a garantia de um espaço de alto grau de adaptabilidade que possa absorver os traços próprios de cada um de seus moradores e que reconheça as suas formas de ser e de se relacionar. Nesse sentido, a partir de uma abordagem multidisciplinar pautada na interação entre homem e ambiente e na articulação de conhecimentos psicológicos e arquitetônicos, este capítulo se detém a analisar três conceitos fundamentais para pensar nas formas de morar das casas de acolhimento institucional: as ambiências, a apropriação e a privacidade. É a partir desses três conceitos que torna-se possível entender as condições necessárias para que a arquitetura traduza o sentimento de “estar em casa” em termos espaciais e sensoriais.



As interseções entre comportamento humano e ambiente construído

O espaço desempenha o papel de articulador de pessoas constituindo-se como uma das ferramentas imprescindíveis para a construção de vínculos, de modo que é papel da arquitetura trabalhar as potencialidades do mesmo a fim de construir ambientes que proporcionem o conforto físico e mental das pessoas que o habitam. A ideia de conforto, todavia, não é única e singular, ela está associada a um conceito amplo, historicamente construído e de caráter subjetivo, que contém três dimensões articuladas: a saúde mental, a saúde física e a experiência do descanso.

Afinal, o que é um ambiente confortável hoje? O que faz com que as pessoas se sintam bem em determinado lugar? O que traduz, espacialmente, a sensação de segurança? Como a arquitetura pode influenciar o comportamento humano? As respostas a essas perguntas possuem múltiplas abordagens e devem ser compreendidas de maneira conjunta a fim de compor um estudo relativo à sensação de bem-estar das pessoas em relação ao ambiente que habitam. O estudo que apresenta ferramentas para a compreensão dessas indagações é conhecido como Psicologia Ambiental. Responsável por estudar o elo entre o ser humano e o ambiente, essa é uma área do conhecimento que articula dois principais campos de investigação, a Arquitetura e a Psicologia, e começou a ganhar visibilidade em meados dos anos 1950, nos Estados Unidos, a partir da análise da percepção ambiental do indivíduo como troca simultânea entre homem e ambiente. A noção de ambiente construído, sob a perspectiva da psicologia, é a de que este reflete e é influenciado por padrões culturais, valores sociais e práticas cotidianas da atividade humana, operando enquanto instrumento funcional e contexto cultural (SAVI, 2008) e a noção de indivíduo, para a arquitetura, considera a capacidade de os mesmos produzirem trocas significativas com o ambiente. Sendo assim, vê-se que há uma aproximação entre os dois campos do conhecimento, pois o ambiente - objeto de estudo da

[...] o ato de projetar significa buscar a satisfação de várias expectativas do homem em relação a seu ambiente, seja permitindo o desempenho de atividades determinadas, seja proporcionando melhores condições de conforto ambiental ou a geração de afetos e a atribuição de significados ao lugar.

(DUARTE, 2002, p.62)

arquitetura - passa a ser estudado pela psicologia e o indivíduo - objeto de estudo da psicologia - pela arquitetura, produzindo as articulações entre ambiente e comportamento humano.

O ambiente construído é capaz de se configurar enquanto abrigo aos seres humanos, tanto no sentido físico - de invólucro edificado - quanto no sentido simbólico - ao promover práticas de hospitalidade e reconhecimento. Para que essa função de acolhimento seja verificada é necessário que o ambiente reconheça as singularidades dos sujeitos que o habitam, através da produção de um espaço múltiplo, diverso e flexível, capaz de acolher as diferentes histórias. Essa é uma realidade que extrapola os ambientes da casa, e é inerente a todos os lugares vivenciados - seja as casas nas quais moramos, a rua na qual brincamos, a escola e a faculdade na qual estudamos. Todos esses ambientes carregam consigo cargas simbólicas e emocionais para as pessoas que os vivenciaram e são capazes de atingir o estado psicológico dos indivíduos através da atribuição de sentimentos positivos. Essa atribuição advém das memórias, hábitos e experiências individuais e compartilhadas que permitem a mediação entre os sentimentos particulares de cada indivíduo e o espaço vivido.

No que diz respeito à relação entre ambiente e comportamento humano, é necessário atentar-se também para o papel do arquiteto enquanto projetista sensível, capaz de possibilitar, através da organização espacial, trocas afetivas do usuário com o espaço habitado. Dentro dessa perspectiva, vemos que a discussão da Psicologia Ambiental no campo da arquitetura possibilita diversas maneiras de explorar o processo de projeto, ampliando a visão de arquitetura enquanto produtora de ambiências. Os trabalhos realizados pelos arquitetos Christian Norberg-Schulz, Peter Zumthor, Steven Holl, Herman Hertzberger e Juhani Pallasmaa nos trazem reflexões acerca dos atributos sensoriais do espaço e da relação entre corpo e ambiente construído. Dessa maneira, estes arquitetos tornam-se referências dentro da discussão de uma

arquitetura acolhedora relacionada aos sentidos humanos.

O teórico norueguês Christian Norberg-Schulz aprofundou em suas pesquisas o conceito do habitar enquanto uma prática que ultrapassa a filosofia e adentra o campo da produção do ambiente construído. Segundo o autor, na prática do habitar há trocas realizadas entre pessoa e ambiente pois o morador habita o espaço e o espaço habita o morador. É através dessa reciprocidade que o caráter indissociável entre a vida e o lugar é estabelecido e que podemos entender o habitar enquanto ação singular. Ao considerar que cada morador possui uma rotina e uma particularidade na forma de viver, as relações que cada um estabelece com os ambientes construídos também tornam-se únicas. Embora usualmente o habitar seja reconhecido enquanto exatidão na localização, ou seja, está associado a um endereço formal, Norberg-Schulz contribui com uma nova perspectiva do habitar através da associação do mesmo com a identidade individual, ao reconhecer que

[...] uma vez cumprida nossa tarefa social, nós nos recolhemos de volta em nossas casas para recuperarmos nossa identidade pessoal. A identidade pessoal é, portanto, um componente do habitar doméstico. (NORBERG-SCHULZ, 1985, p.89)

Nesse trecho, Norberg-Schulz evidencia a questão da identidade pessoal como um componente importante para o habitar doméstico. Devido à identidade de cada morador, que é única e singular, é possível constituir um vínculo com o espaço. Sendo assim, reconhece-se a existência de diversos modos de habitar que, quando presentes dentro de uma mesma moradia, resultam em diferentes domesticidades. No entanto, ainda que haja essas particularidades, há uma união dos diferentes modos de habitar doméstico através da busca comum pelo acolhimento, autoconhecimento e do reconhecimento do habitat enquanto refúgio. Todos esses sentidos atribuídos ao habitar são incorporados à casa em sua dimensão ambiental e despertam um

sentimento positivo no morador, ao produzir a sensação de identidade e pertencimento ao lugar.

Os aspectos positivos associados à identidade - à qual Norberg-Schulz faz referência - são também apresentados na obra do arquiteto Peter Zumthor, na qual os mesmos estão atrelados a sua conceituação de atmosfera e às práticas que orientam o seu fazer arquitetônico. Segundo a sua teoria, o sentido da atmosfera está relacionado à maneira que vivenciamos um espaço a partir de nossas percepções e memórias.

[...] a atmosfera é a complexa fusão multissensorial de caráter ambiental e percebida de forma imediata e sintética, resultando em sentimentos como humor ou ambientação. (MIROCZNIK, 2018, p.155).

Ou seja, a atmosfera está associada à percepção, que ocorre de maneira espontânea e sensorial, não implicando exclusivamente em aspectos técnicos e objetivos. Segundo Zumthor (2006), as obras arquitetônicas devem conter em si a elaboração de elementos sensoriais que criem espaços afetivos. Trabalhar os materiais, os cheiros, as cores, o ar, a luz e até mesmo os sons são componentes que carregam em si a identificação com o lugar e são capazes de despertar em nossos imaginários sentimentos de identidade em relação ao lugar habitado. Dessa maneira, nota-se que há uma influência mútua entre homem e ambiente construído.

O arquiteto Steven Holl também faz parte dessa corrente que comprehende a arquitetura enquanto ferramenta capaz de proporcionar uma determinada experiência no espaço. Seus projetos estão fundamentados na experiência sensorial e ganham destaque pela forma sensível com a qual a luz é trabalhada. Ao compreender o potencial da arquitetura enquanto instrumento de desaceleração da vida moderna, Holl projeta com base na experiência corporal, no toque e no percurso. Enxerga-se, portanto, através da prática de Steven Holl, que a arquitetura

é capaz de induzir determinados tipos de comportamento de modo a incentivar ou desincentivar posturas a serem adotadas pelos usuários.

Os estudos de Herman Hertzberger trazem algumas práticas arquitetônicas que revelam esse potencial da arquitetura em condicionar o comportamento humano. Segundo ele, as gradações e demarcações territoriais são sempre acompanhadas pela sensação de acesso e, embora o grau de acesso seja muitas vezes estabelecido pela legislação, em geral ele é exclusivamente uma questão de convenção. Para ilustrar essa teoria, pode-se observar o desenho das portas em seus projetos, as quais possuem duas seções.

Esse modelo de porta permite que a parte superior seja mantida aberta e a inferior fechada, instituindo um gesto de convite, pois a porta contém, simultaneamente, uma abertura e um fechamento. Sendo assim, possibilita-se a sensação de abertura ao facilitar uma conversa casual e



As “meias portas” – De Drien Hoven, de Hertzberger (Holanda, 1974) e De Overloop (Holanda, 1984) de Hertzberger. Disponível em: <https://analisecriticaarquitetura.wordpress.com/tag/arquitetura-para-idosos/>. Acesso em 12/11/2023.

o contato mais íntimo entre os moradores, mas, ao mesmo tempo, busca um resguardo da intimidade ao preservar o interior. Ou seja, vê-se que algumas práticas arquitetônicas que prevêem a organização e o uso de um espaço podem fortalecer ou enfraquecer a demarcação territorial, o sentimento de liberdade e a sensação de pertencimento.

Vale trazer para o debate das interseções entre comportamento humano e ambiente construído a constatação do arquiteto Juhani Pallasmaa na qual ele nos alerta sobre o cuidado que devemos ter com o fazer arquitetônico para que ele não crie experiências condicionadas. É preciso atentar-se para que as práticas arquitetônicas adotadas não manipulem o espaço, pois

[...] a natureza dos espaços públicos não é de especificar ações, mas de convidar à ação. Isso deveria também ser aplicado à arquitetura. Arquitetura não deveria especificar emoções, mas convidar emoções. (PALLASMAA, 2013, apud OLIVEIRA, 2017, p.43)

Segundo Pallasmaa (2014), os espaços são compreendidos intelectualmente por cada indivíduo, mas a percepção espontânea e sensorial ocorre muito antes da compreensão racional do ambiente construído. Ou seja, antes de compreender a organização espacial de forma racionalizada tem-se a atribuição de um sentimento ao lugar vivenciado através de uma apreciação imediata. E, conforme se experiencia os espaços, novos sentimentos e significados são atribuídos de modo a compor um quadro afetivo-simbólico acerca do lugar. Dado que os elementos físicos e sensoriais possuem grande influência na percepção dos lugares, é preciso que os mesmos sejam utilizados de forma criteriosa sem a imposição de emoções e usos pré-determinados.

Conforme as investigações e o aporte teórico mobilizado, reforça-se que o estudo da relação entre comportamento humano e ambiente construído deve pautar-se em aplicações da fenomenologia no campo

da arquitetura, de modo a produzir ambientes sensíveis capazes de acolher os seus habitantes. Todavia, é necessário atentar-se para não incorrer em abordagens mesológicas que compreendem que o ambiente é capaz de definir as ações dos indivíduos. Partindo do pressuposto de que a fisionomia do ambiente não é determinante na conformação das pessoas, a arquitetura deve valorizar a espontaneidade e se comportar como um convite à experimentação, capaz de articular vivências e evocar memórias. Ou seja, é papel do arquiteto projetar com a espontaneidade e a imprevisibilidade do uso, de modo que os seus projetos devem fazer um convite ao usuário.

O processo de projeto mediado por aspectos da Psicologia Ambiental se apresenta, portanto, como uma ferramenta de investigação e percepção dos ambientes através de uma abordagem que é, sobretudo, qualitativa. Não que os critérios quantitativos relacionados a aspectos físicos como níveis de ruído, condições de iluminação e ventilação não sejam importantes, mas aspectos relacionados à corporeidade e à dimensão oculta ganham relevância no debate. Dessa forma, a arquitetura aparece como instrumento de tradução da linguagem psicológica e comportamental em aspectos corporais e materiais.

Ambiências: materialização espacial de aspectos subjetivos

A regulação do ambiente construído dos programas de acolhimento institucional é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pelos Código de Obras Municipais e pela cartilha de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) desenvolvida no âmbito federal. Porém, o conteúdo programático descrito nestes documentos é de caráter quantitativo e são escassas as aproximações feitas com elementos qualitativos do ambiente. Considerando que as unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes devem ser compreendidas como um lar, mesmo que provisório, é imprescindível a sua qualificação sensível e não apenas funcional. Busca-se, por isso, aproximar as unidades da ambiência doméstica e compreender a materialização espacial de alguns aspectos subjetivos vivenciados a partir da discussão de fatores sensíveis ao lugar.

O estudo das ambiências perpassa por aspectos subjetivos e sensoriais, deixando em segundo plano os aspectos objetivos e quantitativos dos ambientes. O que fica em evidência, portanto, são os fatores sensíveis, exemplificados pelos sons, cheiros, luz, materialidade e cores, que possibilitam a relação entre os múltiplos sentidos do ser humano. Esse estudo está relacionado com a prática de conceber a arquitetura para além do campo visual e estético, mas também como ferramenta capaz de evocar memórias e estabelecer elementos que auxiliam na produção do bem-estar subjetivo dos indivíduos.

O termo *ambiente* surgiu na década de 1970 na França a partir do conceito *ambiance*. Este pode ser traduzido como *ambiente* e contém em si uma abordagem multidisciplinar que congrega aspectos do paisagismo, antropologia, ecologia e história da arquitetura a fim de produzir um debate social, estético e político. É importante ressaltar que o conceito foi aplicado inicialmente para analisar as transformações da cidade moderna e foi implementado de maneira gradual na política urbana a partir de análises do cotidiano urbano. O conceito de *ambiance*,

[...] a ambiência, não se trata apenas de perceber uma paisagem ou de apreender visualmente um ambiente, mas de experienciar o conjunto de situações.

(THIBAUD, 2018, p. 14)

conforme discutido por Thibaud (2002), destaca a importância da dimensão afetiva na vivência dos espaços urbanos, os quais são moldados pelas práticas de interação humana, emoções e sensações. Ao transpor para o espaço físico um estado corporal e afetivo, ocorre o processo de territorialização. A territorialização aparece, dessa maneira, como a transposição do plano dos sentidos e atribuição de significados emocionais aos espaços, transformando-os em lugares que envolvem a nossa sensibilidade.

Augoyard (2011) traz em sua análise uma aproximação do conceito de atmosfera com o conceito de *ambiance* uma vez que ambos tratam de questões ontológicas na discussão sobre os espaços, estudando a essência e a natureza dos mesmos. Ambos os conceitos dedicam-se à interpretação da experiência humana dos lugares, ou seja, servem de instrumento para analisar como os espaços são percebidos, vivenciados e interpretados pelas pessoas que os habitam. Ao identificar a estranheza de um determinado lugar estamos sendo sensíveis às atmosferas e *ambiances* presentes. A fim de ilustrar a interpretação espacial por parte da experiência humana, busca-se trazer algumas exemplificações da atribuição de valores emocionais ao espaço, tais como: a identificação de uma atmosfera pesada, uma luminosidade ofuscante, uma intimidação determinante, um ar agradável, um ritmo leve. Esses valores positivos e negativos ilustrados acima trazem consigo um conjunto de fatores, materiais e imateriais, da vivência de determinada pessoa em determinado local e evidenciam a capacidade de sentir dos seus usuários.

Embora o conceito de ambiente tenha sido fundado a partir do ponto de vista urbano, podemos transpô-lo para o ponto de vista doméstico, haja vista que essa dimensão é composta pelos mesmos aspectos físicos, culturais e sociais que articulam a sociedade e o seu modo de vida urbano. Paralelamente à compreensão da dimensão urbana da ambiente, na dimensão doméstica também podemos pensar

na relação do indivíduo com os objetos funcionais e as relações de conforto do ambiente construído. Ao pensar as ambientes do ponto de vista doméstico, podemos notar que há uma limitação maior em termos de escala, embora esta possa ter múltiplas percepções na variedade de cores, texturas, sonoridade e, sobretudo, nos valores adquiridos culturalmente. Segundo Bestetti (2014), estes valores compartilhados por uma determinada cultura possuem maior relevância na atribuição de valores emocionais aos espaços do que os atributos físicos - representados pela cor, textura e materialidade do ambiente -, de modo que tornam-se relevantes no estabelecimento de significados positivos e negativos em relação aos estímulos recebidos pelo ambiente.

Os estímulos sensoriais que os ambientes nos permitem vivenciar podem gerar sensações de agrado ou desagrado de modo a gerar um desconforto físico e mental caso haja uma disparidade entre a ambência gerada e os limites do nosso corpo (BESTETTI, 2014). Dessa maneira, para investigarmos as ambientes e a materialização espacial dos aspectos subjetivos precisamos de uma abordagem sensível com enfoque qualitativo. Esse modo de pensar a concepção espacial permite com que tenhamos um processo dinâmico de interpretação dos espaços na medida em que compreendemos os lugares enquanto potenciais evocadores de memórias e capazes de estabelecer afetos, valorizando as características individuais na decodificação dos ambientes construídos e das ambientes percebidas.

Em *A poética do espaço*, Bachelard fundamenta como as condicionantes espaciais são capazes de influenciar os aspectos psicológicos através do termo topofilia¹⁶. Segundo o filósofo, existe uma dualidade entre os espaços hostis e os espaços felizes, sendo estes últimos agregadores de sentimentos de proteção, refúgio e tranquilidade. Entende-se que a arquitetura também deve responder aos elementos

¹⁶ A topofilia, segundo o autor, é a conexão sentimental que alguém apresenta em relação a determinados lugares.

subjetivos, proporcionando sensações que são fundamentais para a saúde mental dos habitantes, tais como pertencimento, identidade, segurança e privacidade. A hipótese é de que, de maneira ampla, essas respostas podem ser encontradas através das ambiências criadas, seja através das formas de organização praticadas, nas técnicas construtivas, nos materiais escolhidos ou nas relações entre os habitantes.

A ambiência doméstica, portanto, embora esteja articulada a singularidades e aspectos individuais de cada forma de morar, é permeada por sensações comuns desenvolvidas pelo sentimento de “estar e sentir-se em casa”. Afinal, como podemos materializar espacialmente os aspectos subjetivos da domesticidade? No contexto dos serviços de acolhimento, embora haja o oferecimento de um ambiente que atenda às condições de habitabilidade das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social a partir da garantia da segurança, alimentação de qualidade e condições adequadas de higiene, há a ausência de elementos que caracterizam o habitar doméstico. É importante produzir ambiências do habitar doméstico dentro destes serviços de modo a produzir espaços que vão além das exigências mínimas para a implantação de instituições de acolhimento.

Se olharmos do ponto de vista prático sob a ótica do conceito de qualidade de vida, veremos que as vidas acolhidas estão sob condições de melhor qualidade de vida do que no período que antecede o acolhimento. Os requisitos materiais mínimos para analisarmos a qualidade de vida estão relacionados à alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer. E, se analisarmos as condições de acolhimento nos serviços de acolhimento de permanência continuada, veremos que todas essas condições são satisfeitas. Contudo, deve-se levar em consideração que a população acolhida passou por histórias de violência e abandono, configurando um desamparo e uma exclusão social que reforçaram a negação da qualidade de vida em seus modos de vida anteriores ao acolhimento. Além disso, devemos reconhecer que

a separação familiar e a institucionalização também alteram a noção de bem-estar e de conforto na vida das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Dessa maneira, o olhar pragmático que se apoia sobre o conceito de qualidade de vida não é o suficiente para analisar as formas de morar do acolhimento e a sua função de garantia do conforto e bem-estar de seus moradores. É necessário compreender, portanto, as ambiências que caracterizam este serviço a partir de dados qualitativos referentes ao ambiente e da investigação da atmosfera emocional, de modo a promover uma intervenção mais eficaz que concentre os seus esforços na apreciação das ambiências e suas potencialidades.

Privacidade: fronteiras entre o espaço pessoal e a instituição

A privacidade, como nos revela Robert Gifford (1997), é o controle do acesso à intimidade de uma pessoa. Portanto, ter privacidade é ter o poder de escolha de compartilhamento ou não das informações acerca de si próprio e ter a possibilidade de interrompê-lo. Na mesma teoria, o autor estabelece a relação entre privacidade e estado de espírito, já que “envolve – e até mesmo requer – cortesia, tato, reserva, e respeito diante de uma vida não vedada por paredes” (GIFFORD, 1997, p. 180).

O conceito de privacidade tal como entendemos hoje, através de um discurso ocidental dominante, é uma construção histórica. Por isso, a importância de circunscrever a privacidade dentro de seu contexto sociocultural, uma vez que há diferentes formas de praticá-la e de valorizá-la. O ideal do morar bem e de maneira confortável é recente, remonta a meados do século XX, com a difusão dos valores da classe média e alta pautados nas noções de intimidade e privacidade. Esse ideal influenciou significativamente as políticas habitacionais de modo que houve a difusão de um determinado modo de vida calcado nessas noções. O direito à privacidade e intimidade foi reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tornando-se um dos direitos mais importantes da era moderna. No entanto, é perceptível que ele não é aplicado a todos de maneira igual, pois cada cultura e cada meio exige uma necessidade maior ou menor de privacidade, além de ter menos ou mais recursos para praticá-los.

Nesse sentido, observa-se que a privacidade e a intimidade estão presentes em todas as culturas, embora os moldes sob os quais elas foram construídas sejam diferentes. Gifford (1997) usa de exemplo a prática da intimidade pelos ciganos, que é vivenciada através de uma vida não vedada por paredes. Nesse caso, a privacidade está muito mais relacionada com a cortesia, o tato e a reserva do que com a construção de barreiras físicas e visuais. Na cultura ocidental, por outro lado, a intimidade e a privacidade foram se constituindo a partir de aspectos

[...] a soleira é tão importante para o contato social quanto as paredes grossas para a privacidade. Condições para a privacidade e condições para manter os contatos sociais com os outros são igualmente necessárias. Entradas, alpendres e muitas outras formas de espaços de intervalo fornecem uma oportunidade para a “acomodação” entre mundos contíguos.

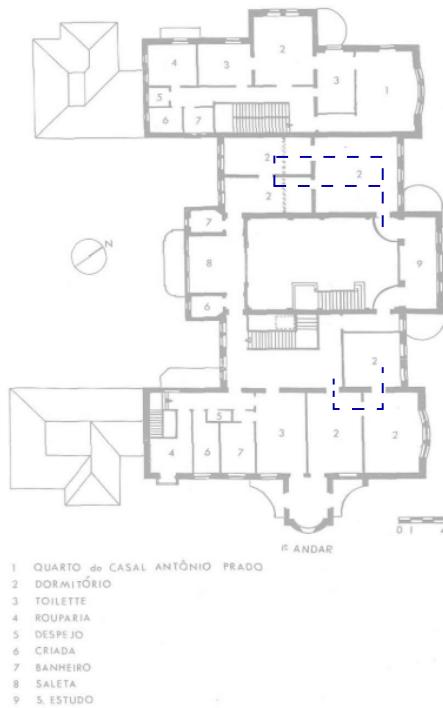
(HERTZBERGER, 2015, p.35)

do ambiente e de barreiras físicas e visuais, de modo que se torna essencial articular as práticas da arquitetura enquanto facilitadoras ou dificultadoras da experiência individual e íntima. Cabe a nós, arquitetos, relativizarmos esses ideais e compreendermos de que maneira podemos projetar a partir dos mesmos.

No contexto infantjuvenil, é importante evidenciar que as crianças possuem pouca necessidade de privacidade, e esta torna-se uma reivindicação real a partir da adolescência. Conforme nos aponta Savi (2017), embora entre quatro e sete anos de idade haja uma busca pela privacidade e pelo espaço pessoal, é entre os sete e os dezessete anos que aparecem meios de regulação da mesma. Podemos verificar isso através do exemplo da vivência em residências unifamiliares nas quais, quando há o devido espaço, há uma prática sintomática do adolescente de fechar-se no quarto, de maneira a isolar-se dos pais.

A noção de privacidade dentro da própria casa e, consequentemente, dentro do núcleo familiar, surgiu no entre-guerras, quando a organização espacial da casa passou a conter em si aspectos capazes de regular o espaço íntimo e pessoal. Um exemplo deste mecanismo de regulação é a questão da privacidade do quarto dos filhos em relação ao quarto dos pais e a independência entre os dormitórios - que até os primeiros decênios do século XX ainda não se constituíam enquanto local de culto à intimidade, e serviam também como passagem entre cômodos, tal como observa-se na imagem ao lado.

No contexto das casas de acolhimento, em que há a constante observação das crianças e adolescentes pelos cuidadores, é preciso compreender sob quais perspectivas os moradores podem praticar a privacidade. O mesmo vale para as noções de privacidade aplicadas à vivência de pessoas em situações onde não há metragem o suficiente para regulação dos espaços a partir da noção de intimidade. Seria a privacidade, portanto, um aspecto de fundamental importância para o desenvolvimento do espaço pessoal? Quais são as possíveis maneiras



de praticá-la? O ideal de conforto está necessariamente atrelado à privacidade?

Embora as casas de acolhimento supram as necessidades básicas de higiene, saúde e alimentação adequadas, nas visitas realizadas não foi possível notar um trabalho de reconhecimento da privacidade e da apropriação dos espaços e objetos. Se analisarmos a organização espacial, as atividades desenvolvidas e os modos de morar das unidades de acolhimento, vemos, de maneira geral, que o coletivo é priorizado em detrimento do individual. No entanto, a partir da conversa com Arlindo, um dos cuidadores da *Inst.*, foi possível notar que há pouco senso de coletivo dentro da casa e que as crianças tendem a realizar atividades mais individualizadas. Por outro lado, o contrário se reflete nas formas de organização dos ambientes, uma vez que há o compartilhamento dos quartos, banheiros e armários, de modo que a coletividade fica em primeiro plano. É importante, portanto, dentro desse contexto antagônico entre o individual e o coletivo, compreender quais as características que

Segundo pavimento do edifício Vila Penteado, atual FAU Maranhão. Imagem tratada para evidenciar a dependência entre os dormitórios. Fonte: Revista Vila Penteado 100 anos, FAUUSP, 2002, p.74.

podem ser enfatizadas para minimizar a falta de privacidade e de que maneira é possível trabalhar a coletividade a partir do compartilhamento com o outro.

Embora ainda haja a necessidade de aprimorar as fronteiras entre o espaço pessoal e a instituição, vale ressaltar que a atenção dada à privacidade e intimidade dos moradores sofreu alterações significativas à medida que houve a modificação da forma de acolhimento enquanto serviço social. Na época em que o acolhimento era realizado por grandes instituições que acolhiam no mesmo ambiente crianças órfãs, abandonadas e infratoras, havia pouco ou quase nenhum mecanismo para resguardar a privacidade e a intimidade, de modo que ocorria o que Goffman (1996) caracteriza como mortificação do eu. Esse processo descrito pelo autor ocorre a partir da quebra dos limites entre o espaço pessoal e a instituição. Era comum, ao admitir novas crianças e adolescentes no serviço, a realização da retirada de bens, numeração dos acolhidos, hierarquia e rotina rígidas e vigilância excessiva, de modo a caracterizar-se como uma massificação das crianças e dos adolescentes. No entanto, esse contexto se alterou a partir da municipalização do acolhimento e da implantação de instituições de menor porte, de modo que tornou-se mais comum a presença de mecanismos que contribuíram para a construção da privacidade e da intimidade dos moradores, tais como a admissão de bens pessoais dos acolhidos e a menor quantidade de pessoas por quarto. Essa mudança foi extremamente importante, pois auxiliou no desenvolvimento da identidade das crianças e adolescentes, de modo a facilitar a construção do seu eu separado da prática institucional.

Segundo Altman (1980), a defesa do espaço pessoal e o reconhecimento do território são maneiras de alcançar a privacidade em situações de aglomeração. A situação de aglomeração descrita pelo autor é uma situação em que há o sentimento incômodo devido à presença excessiva de pessoas. Embora o contexto do acolhimento

não possa ser classificado como aglomeração, seria possível aproximá-lo desse conceito uma vez que não há mecanismos de controle disponíveis para as crianças e adolescentes.

Durante as visitas realizadas, identificou-se a cama como um instrumento de territorialização, auxiliando na criação do espaço de intimidade, uma vez que abriga diversos objetos e ursos de pelúcia dos moradores. Essa prática revela a demarcação territorial de cada acolhido, indicando o pertencimento da cama a determinada criança e adolescente e a necessidade do respeito deste espaço pelos demais moradores. A impressão pessoal ao espaço, segundo Toledo (2002), é recorrente para pessoas que vivem em situação de compartilhamento, uma vez que auxilia na demarcação do espaço íntimo e pessoal. Sendo assim, reconhece-se que a cama se configura como o objeto mais representativo da privacidade nas casas de acolhimento. Nesse sentido, revela-se a importância de repensar este mobiliário como forma de valorização das práticas de intimidade, uma vez que podem ser agregados a ela elementos que regulam e favoreçam-na, tais como a presença de luminárias individualizadas, cortinas e espaço individual para guardar os pertences pessoais.

Para além dos mecanismos de regulação de intimidade apresentados, aplicados a indivíduos de todas as idades, nota-se que há um recurso específico das crianças e adolescentes que pode ser associado ao próprio ato de brincar. Conforme Marcus (2006) nos aponta, a própria função dos esconderijos criados pelas crianças - como uma cabana, um canto protegido dentro de um armário, um esconderijo no quintal - pode ser reconhecida como uma experiência de privacidade. Esses esconderijos, assim como a separação do quarto dos filhos em relação ao dos pais, estão relacionados a propósitos sociais e psicológicos semelhantes - o de promover ambientes e experiências que permitam a regulação do distanciamento do eu em relação aos outros.

Apropriação: organização material e simbólica do espaço

Nesta seção busca-se abordar o conceito de apropriação espacial evocado por Hertzberger (1999) no qual ele discorre sobre a configuração de lugares onde “usuários tornam-se moradores”. As necessidades materiais específicas do serviço de acolhimento enquanto medida provisória de garantia de abrigo, alimentação e proteção não são suficientes para compreender a organização simbólica deste espaço, que congrega inúmeras subjetividades. A concepção do habitar engloba não somente o ordenamento material e atendimento a necessidades físicas como também a sua organização simbólica, a fim de estabelecer relações de pertencimento com o mesmo. Sendo assim, o conceito de apropriação é visto como aquele que é capaz de atender e acolher o usuário através da realização de intervenções de personalização e conformação aos seus modos de vida e particularidades.

A compreensão da dimensão comportamental e sensorial do espaço, para além da dimensão ambiental, é essencial, sobretudo aos arquitetos e urbanistas, para pensar em uma humanização da arquitetura. Essa humanização está relacionada com os impactos positivos e as sensações de bem-estar e de aconchego que os espaços podem proporcionar aos indivíduos, seja por meio da escolha de materiais, da acessibilidade, ou da disposição espacial. Portanto, é fundamental considerar que a apropriação ocorre por meio de duas práticas complementares - a afetividade e a materialidade - que resultam em uma completa ocupação do espaço.

No campo do projeto de arquitetura, recorrentemente são descartados os aspectos afetivos e considerados apenas os aspectos físicos em função da praticidade e de critérios de economicidade, pois esquece-se que a dimensão subjetiva é um aspecto indispensável para a construção de lares. No campo da política habitacional, por exemplo, vê-se cada vez mais a produção em massa de uma habitação genérica. No contexto das casas de acolhimento, embora os seus moradores sejam

A apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para o fazer nosso.

(FISCHER, 1994, p. 82)

passageiros, é possível constituir esse aspecto subjetivo por meio do uso de mobiliários flexíveis e adaptáveis. Há de se considerar que os aspectos materiais do espaço auxiliam na apropriação dos moradores e na identificação e sensação de pertencimento dos mesmos, a partir do estabelecimento de laços afetivos.

Como visto anteriormente, a provisoriação e a transitoriedade são duas características que caracterizam o contexto do acolhimento institucional. Elas são vistas, muitas vezes, como um impedimento para o estabelecimento de vínculos e para a apropriação do ambiente pelo usuário. E, embora a teoria de Enric Pol e Sergi Valera (1999) nos remeta à noção de apropriação a partir de características do ambiente que se tornam referências ao longo do tempo e do uso, há algumas perspectivas que nos permite compreender o processo de apropriação a partir do contexto da transitoriedade. No ensaio *Sobre a transitoriedade* (1915), Freud elabora a ideia de que o psiquismo humano luta contra a ideia de fim, de modo que há uma tendência nos seres humanos de ver na transitoriedade um impedimento ao desfrute de coisas que estejam fadadas ao fim. No entanto, ele afirma, em oposição à tendência de desvalorização das coisas que estão fadadas ao fim, que o caráter transitório pode, na verdade, incrementar o seu valor e as limitadas possibilidades de usufruí-los tornam-as ainda mais preciosas.

É possível aproximar a teoria freudiana que aborda as possibilidades de usufruir de um aspecto transitório da função do abrigo segundo Winnicott, uma vez que este compreende o serviço de acolhimento enquanto lugar de cuidado capaz de estabelecer experiências fundantes e reparatórias no psiquismo das crianças e adolescentes que o habitam. Sendo assim, a experiência vivida nos serviços de acolhimento, que possui caráter transitório e excepcional, pode ser compreendida como uma experiência preciosa, uma vez que é capaz de permitir, através de elementos objetivos e subjetivos, a apropriação e ressignificação dos espaços e das histórias de vida das

crianças e adolescentes.

Para que essa ressignificação ocorra é importante compreender a real necessidade dos moradores para que seja possível desenvolver um projeto voltado para os seus desejos e sonhos de modo a permitir a criação de um espaço que explore a liberdade e a individualidade de cada um. Nesse sentido, a apropriação deve ser entendida como um sistema comportamental desenvolvido na relação do indivíduo com o ambiente que constrói, por meio de práticas e intervenções espaciais, um espaço personalizado que contém a identidade e a individualidade de cada morador.

Há de se considerar que no contexto do acolhimento institucional o caráter da transitoriedade é trazido como um risco iminente, de modo que o espaço ocupado e apropriado pode ser, a qualquer momento, deixado para trás. Dessa forma, aquilo que faz com que a criança e o adolescente percebam o ambiente enquanto lugar deve estar pronto para ser transportado para outra localidade. É dentro desse contexto que encontramos nas casas de acolhimento alguns objetos pessoais carregados de significados e valores incorporados, que acompanham as crianças e adolescentes na sequência de acolhimentos e desacolhimentos. Esses objetos são, geralmente, livros, roupas e bichos de pelúcia. Reconhece-se, portanto, a importância do vínculo pessoa-coisa para compreender a apropriação espacial, sobretudo quando há, de certa forma, um luto em relação a relações interpessoais perdidas ou incompletas.

Além disso, é importante considerar a participação do corpo e da bagagem que cada um traz consigo no processo de reconhecimento e adaptação do meio. Ou seja, no processo de apropriação, a casa incorpora um significado emocional e subjetivo de modo a articular aspectos da memória e das emoções de cada indivíduo. Nessa pesquisa, ao abordar o ponto de vista da teoria montessoriana, a importância do toque e do movimento aparece como elemento indispensável na constituição

da ambiência e na valorização de percursos sensoriais e cinestésicos. O percurso vivenciado é particular a cada um e está associado aos símbolos de todas as peles que nos envolvem, sendo único para cada indivíduo com sua capacidade de sentir e de apropriar-se dos espaços.

Com a premissa de compreender os aspectos projetuais que facilitam a apropriação dos ambientes e que sejam capazes de transformá-los em lares para seus habitantes, Lima e Souza (2015) publicaram uma pesquisa na qual elas entrevistaram pessoas que viviam em diferentes espaços de moradia - uma residência terapêutica, um abrigo, um hotel e uma casa “comum”. A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, podemos traçar quatro aspectos fundamentais para compreender a apropriação de um lugar: a decoração, a impessoalidade, a independência e a privacidade.

Do ponto de vista da decoração, relata-se que a existência de uma decoração específica não escolhida pelos moradores e sim pelos cuidadores ou pelos responsáveis pela administração do local provocava um sentimento de não-pertencimento à organização e ao ritmo de vida do local, além de uma sensação de ausência de capacidade de escolha. Dessa forma, a presença de elementos que não fazem parte de suas histórias de vida e de elementos que não contenham em si nenhum valor simbólico são barreiras para a construção de um território de acolhimento.

O segundo aspecto abordado na pesquisa, referente à impessoalidade dos ambientes, revela que esta produz uma ambiência negativa e dificulta a apropriação tanto quanto a existência de elementos decorativos desconexos. A pesquisa traz a construção de um espaço com paredes de cores brancas e frias, gavetas etiquetadas com o nome de cada morador e a referência das camas enquanto leitos como aspectos característicos desse ambiente impessoal. Esse aspecto revela que a identidade pessoal, componente do habitar doméstico, está ausente na organização espacial dos ambientes estudados e reflete a perda da sensação da

escolha pessoal, produzindo ambientes imparciais e impessoais. Dessa forma, a casa, que deveria ser o espaço de aconchego que encoraja o indivíduo a familiarizar-se com o lugar, torna-se um ambiente genérico e desconhecido.

O terceiro aspecto que colabora para a sensação de sentir-se pertencente a determinado espaço é a sensação de independência. As narrativas trazidas pelas autoras trouxeram para o debate a importância da circulação e da liberdade de movimentos como aspectos necessários para apropriar-se do espaço. O controle da circulação, onde há a impossibilidade de acessar determinados espaços, seja por conta do horário ou por conta de barreiras espaciais como trancas que somente as cuidadoras têm acesso, limitam a experiência dos moradores. Nesse sentido, este controle atua como um dificultador à sensação de pertencimento ao local, já que a independência dos moradores fica limitada devido a restrições impostas pela instituição.

O quarto ponto trazido pelas autoras é a questão da privacidade. O compartilhamento dos ambientes e a vivência pessoal no espaço coletivo são fatores que dificultam a apropriação espacial. Segundo elas, em muitas das formas de morar estudadas os banheiros e os quartos são coletivos e são organizados por meio da divisão por gênero. Essa organização, que não considera as relações de proximidade, é um obstáculo à constituição da privacidade individual, a qual é entendida como um ponto fundamental para a vida íntima doméstica. Além disso, entende-se que a formação da individualidade e da autonomia estão associadas a momentos de isolamento e de retração. Nesse sentido, ao impor determinados contatos interpessoais e reafirmar a necessidade de interação com pessoas com as quais não se tem afinidade, há a produção de um modo de vida específico que não leva em consideração os percursos singulares de cada um, dificultando a apropriação.

Examinar os aspectos espaciais e organizacionais da *Inst.* sob o ponto de vista da apropriação permitiu estabelecer inúmeras aproximações

com o estudo realizado por Lima e Souza (2015), uma vez que os quatro aspectos indispesáveis para o processo de apropriação de um lugar estão, simultaneamente, presentes e ausentes na unidade. A ausência de decoração, o alto grau de impessoalidade, a dependência das crianças e adolescentes em relação aos cuidadores e a ausência de mecanismos de privacidade são aspectos que marcam a ambiência da unidade de acolhimento visitada. Embora tenham existido algumas iniciativas de personalização dos quartos através da escolha de cores para nomear cada um deles e da pintura de meia parede com a cor laranja - cor que dialoga com a pintura exterior da residência -, o discurso dos cuidadores é de que todas as iniciativas e modificações realizadas não duraram, pois não houve o cuidado das crianças e dos adolescentes. Esse discurso abriu espaço para alguns questionamentos. Sobre quais moldes foram feitas essas modificações? Ocorreu de fato uma apropriação e participação das crianças e adolescentes no processo ou foi apenas uma decoração e personalização impostas? Seria possível pensarmos em novas soluções para motivar a apropriação dos espaços?

Durante as visitas foi possível notar a presença de alguns suportes de acrílico para fixação de fotografias na sala de jantar e nos dormitórios, ao lado de algumas camas, mas não houve uma aceitação geral destes suportes como objetivo decorativo, o que se deve, provavelmente, ao material escolhido para a sua realização - de caráter impessoal e frio. Além disso, observou-se um alto grau de dependência dos acolhidos em relação aos cuidadores, sobretudo em relação à acessibilidade dos ambientes, de modo que a vigilância ainda permanece como um dos princípios de organização da unidade. Como forma de ultrapassar essa barreira e aumentar a independência dos acolhidos, além de diminuir a carga sobre funcionários e riscos de acidentes, podemos pensar em um projeto que se atente para a dimensão infantil dos espaços, de modo a adaptá-los e permitir o domínio ambiental dos mesmos pelas crianças e adolescentes.

Para construir um espaço que seja passível da apropriação pelos seus moradores, a partir do sentimento de pertencimento à organização material e simbólica do espaço, são necessários tanto um ímpeto da instituição de promover essas trocas e estimular o uso e personalização dos espaços pelos moradores, quanto um espaço que dê condições para acolher essas memórias. É a partir dessa análise que, ao traçar um olhar do ponto de vista da arquitetura para as casas de acolhimento institucional, me parece tão importante a participação das crianças e adolescentes nos processos de construção dessas casas de maneira a estimulá-los a elaborar suas experiências e se abrirem para outras perspectivas de futuro.

Projeto

a construção do diálogo coletivo

O presente capítulo se dedica a expor o exercício prático da pesquisa desenvolvida na *Inst.*, através de análises, levantamentos, trocas e desenhos. Buscou-se obter as percepções das crianças, dos adolescentes e dos funcionários que trabalham na unidade a fim de captar o cotidiano da instituição. Essa análise procurou abranger as relações interpessoais, a relação entre pessoa-objeto e pessoa-lugar, pois acreditou-se que este seria o processo mais viável de compreender as formas de morar no serviço de acolhimento institucional e de apreender a realidade na qual as crianças e adolescentes estão inseridos. A proposta de fazer um diálogo coletivo partiu da compreensão das crianças enquanto sujeitos e dos adolescentes enquanto protagonistas, de forma a valorizá-los enquanto sujeitos que têm história e que fazem história.



Uma leitura do lugar

A *Inst.* foi implantada em 2021 na Zona Oeste de São Paulo. Essa unidade faz parte de um conjunto de unidades de SAICAs gerido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (O.S.C.I.P) Ser Especial - organização social sem fins lucrativos que atua na área dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Antes de aprofundar na leitura espacial do SAICA em questão, vale reforçar que o presente estudo reconhece que a unidade estudada não corresponde à realidade das demais unidades presentes na cidade de São Paulo, já que, devido a sua localidade em um bairro de classe média alta, possui maior recebimento de doações advindas de iniciativas locais do bairro. Isso traz à tona também a questão das desigualdades socioespaciais presentes no tecido urbano da cidade.

No que se refere à inserção urbana da unidade, a região é predominantemente residencial e de fácil acesso à infraestrutura urbana, com a proximidade a equipamentos e transportes públicos, atendendo aos requisitos estabelecidos pelo documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009). Essa premissa de implantação dos SAICAs é de extrema relevância para o estabelecimento do contato das crianças e adolescentes com a comunidade, pois favorece os trajetos a pé, além do uso dos equipamentos públicos de lazer, educação e saúde. Existem próximas a *Inst.* algumas instituições educacionais com opções de ensino público e particular, equipamentos de saúde públicos, um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), além de um Centro Educacional e Esportivo (CEE).

Como forma de conhecer melhor o contexto urbano de implantação da unidade e valorizar a noção de territorialização das crianças e dos adolescentes, buscou-se fazer uma aproximação do entorno através de um mapa coletivo onde os adolescentes que estavam disponíveis e interessados pudessem traçar os trajetos diários percorridos para ir à escola, à praça e às atividades cotidianas. Isso permitiu com que eles identificassem o bairro e fizessem uma reflexão sobre o local onde

moram. O resultado desse mapeamento não está representado no presente trabalho, pois é necessário garantir o sigilo da localização da *Inst.*, porém, o seu desenvolvimento permitiu o estabelecimento de uma síntese do cotidiano das crianças e dos adolescentes e sua relação com a comunidade externa.

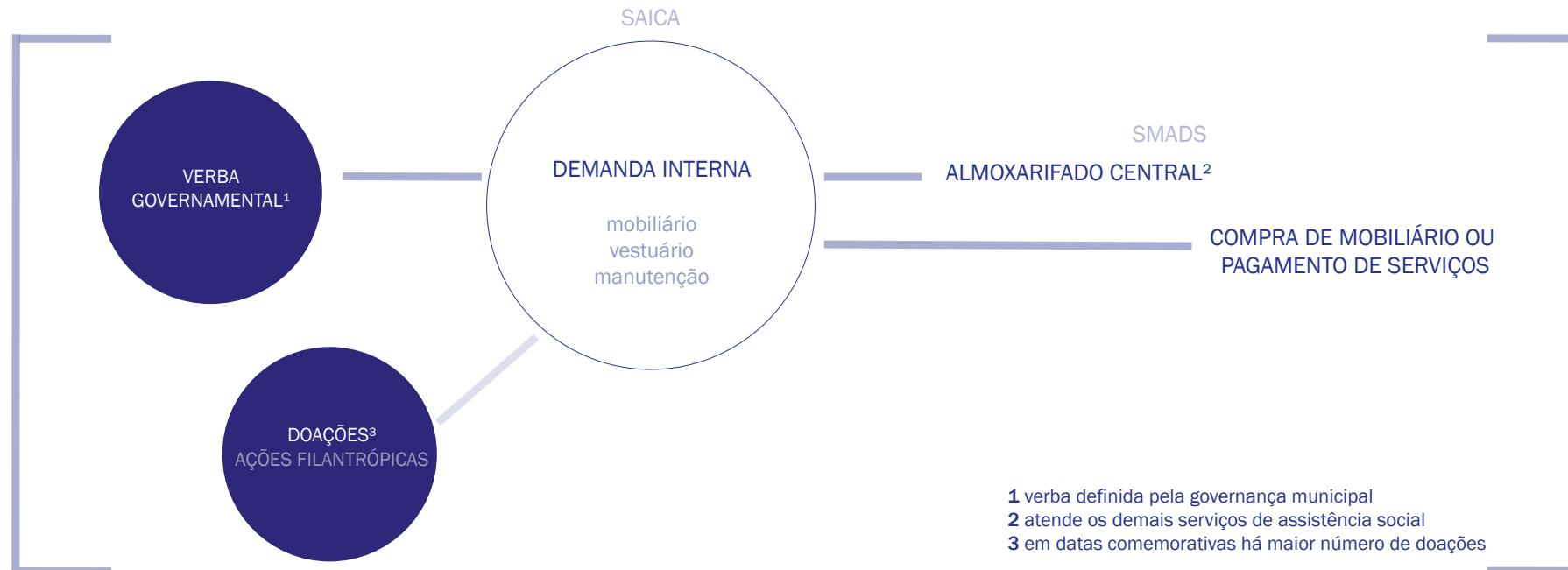
Além dos equipamentos de educação, saúde e lazer frequentados pelas crianças e adolescentes, outro local de grande relevância na fala dos acolhidos foi o cabeleireiro, o qual foi enquadrado no item denominado cotidianidade. A forte presença da figura do cabeleireiro no contexto do acolhimento institucional, onde as crianças e adolescentes encontram-se desamparados, permite uma aproximação da noção do cabelo enquanto símbolo identitário e de autocuidado, de forma que este assume grande importância na busca pelo bem estar. A pedagoga Nilma Nilo Gomes possui diversos estudos sobre o significado sociocultural do cabelo onde ela reconhece o cabelo, sobretudo o crespo, como importante elemento de construção de identidade e subjetividade (GOMES, 2002). O cabelo, por ser um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo, é alvo de diversos tratamentos e modificações como forma de garantir uma boa representação social.

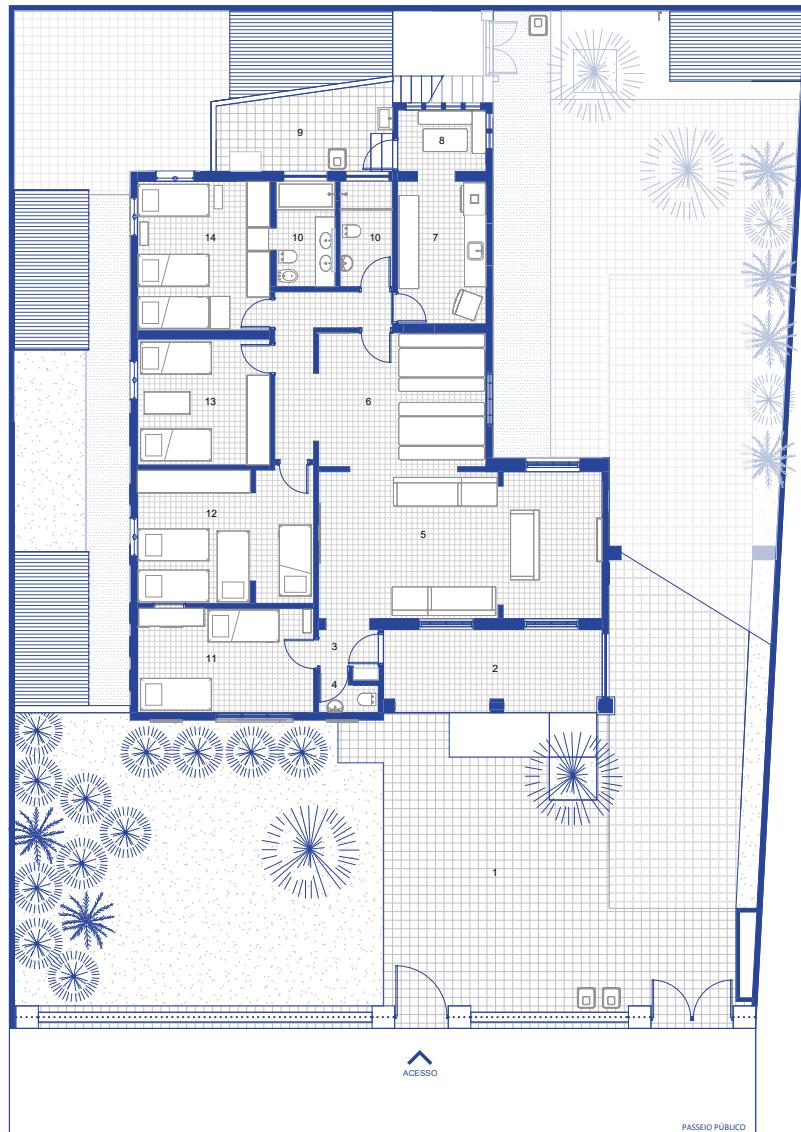
No Brasil, a garantia da implementação de políticas de assistência social é de responsabilidade dos entes federativos - União, Estados, Municípios e Distrito Federal. É no âmbito municipal que ocorre a gestão dos serviços de acolhimento institucional. No caso da *Inst.*, e de todos os SAICAs do Município de São Paulo, a gestão das unidades é realizada por entidades da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (O.S.C.I.P). Esse modelo de administração faz parte de um convênio com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, especificamente com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). O acordo prevê o repasse de recursos estaduais e federais, que são utilizados para reformas e melhorias na edificação, em troca da gestão e administração do serviço pela entidade.

Infelizmente há o aumento da realização dessas parcerias, uma vez que o Estado não possui recursos o suficiente para gerir todas as unidades, o que faz com que ele delegue essa gestão a outros entes. Neste contexto, é importante compreender que os recursos financeiros utilizados para reforma e alterações na unidade advém do poder público, embora também possa haver recebimento de verba ou de bens materiais através de ações filantrópicas. Em conversa com a coordenadora do SAICA, foi explicado o processo de solicitação de verba à Prefeitura para a realização de reformas e alterações na unidade. Esse processo foi detalhado a seguir, destacando a importância da transparência na destinação dos recursos públicos.

Devido à necessidade de realizar a prestação de contas à Prefeitura, o SAICA deve registrar todas as modificações realizadas na unidade. Como as informações a serem transmitidas são apenas relacionadas às verbas, nunca houve a necessidade de realizar um levantamento

métrico da residência para mostrar as modificações. Contudo, para a proposição do plano de intervenção do presente trabalho essas medidas seriam necessárias, portanto, realizou-se o levantamento da residência - tanto dos mobiliários existentes quanto das dimensões dos cômodos - de maneira a constituir um material que pudesse facilitar futuras modificações na residência por parte da direção da unidade e possíveis discussões sobre o espaço habitado. Vale ressaltar que foram encontradas algumas dificuldades na realização do levantamento, principalmente devido à declividade do terreno e aos detalhes construtivos de estilo neoclássico. Isso resultou em algumas aproximações e inferências que não constituíram um empecilho à realização da pesquisa.





Planta Térreo existente.

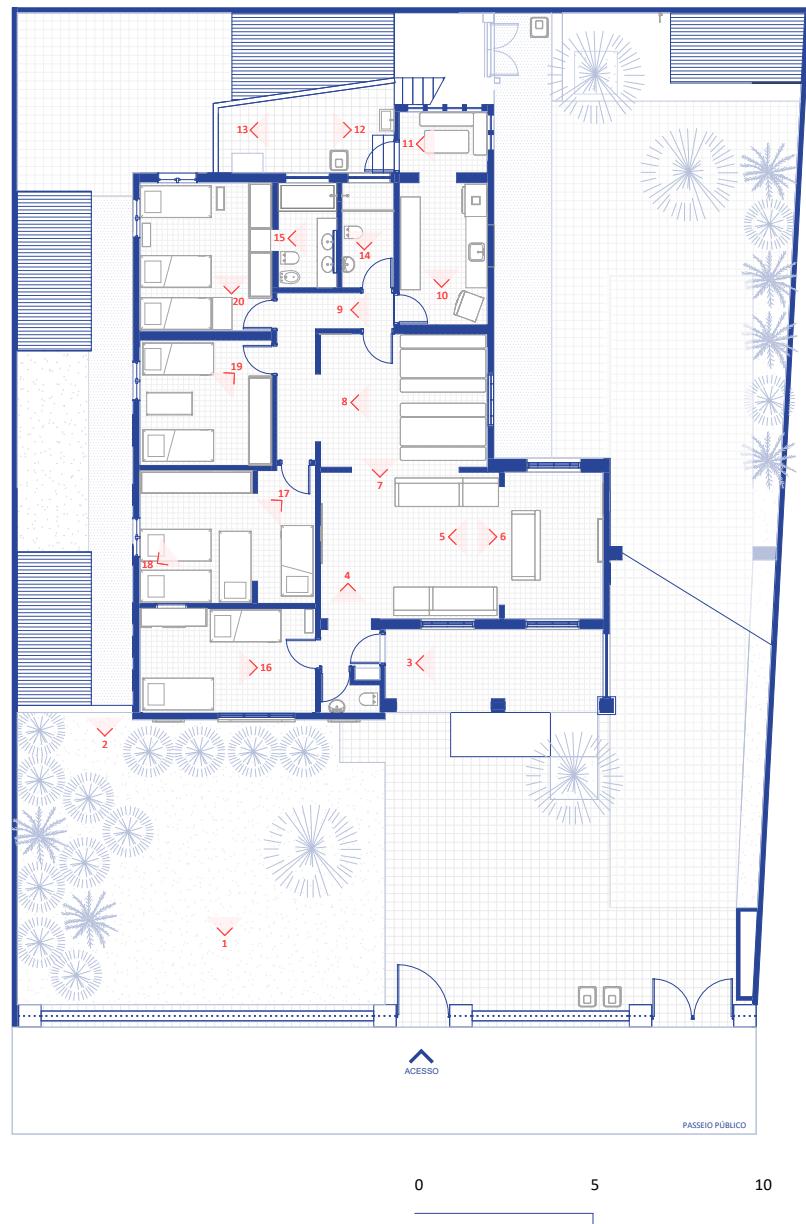
- 1 acesso e jardim frontal
- 2 varanda de entrada
- 3 hall
- 4 banheiro dos funcionários
- 5 sala de estar
- 6 refeitório
- 7 cozinha
- 8 refeitório dos funcionários
- 9 varanda de serviço
- 10 banheiro compartilhado (uso dos moradores)
- 11 quarto azul (meninos adolescentes)
- 12 quarto rosa (meninas crianças)
- 13 quarto verde (meninos crianças)
- 14 quarto laranja (meninas adolescentes)



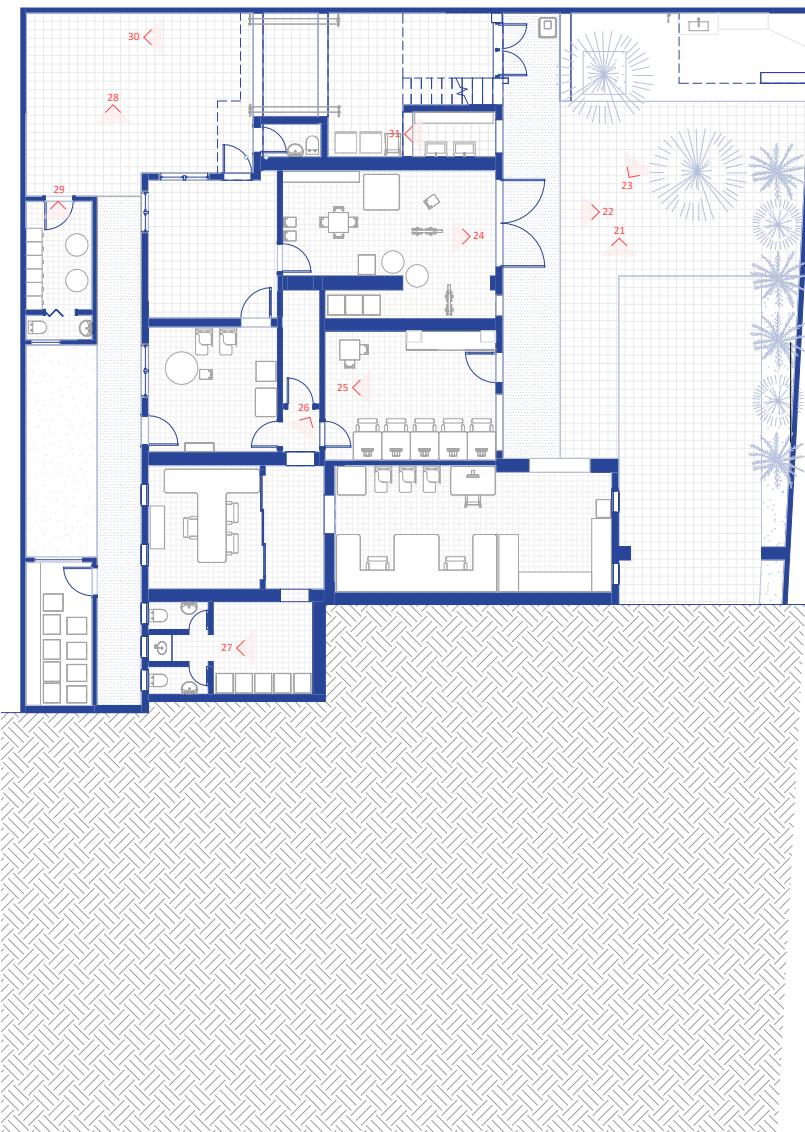
Planta Inferior existente.

- 15 quintal dos fundos
- 16 espaço de eventos
- 17 brinquedoteca
- 18 sala de informática
- 19 sala de atendimento psicológico
- 20 sala da equipe técnica
- 21 sala da coordenadora
- 22 sala de armazenamento
- 23 banheiro de funcionários
- 24 almoxarifado
- 25 despensa
- 26 lavanderia
- 27 área externa de descanso
- 28 descanso funcionários
- 29 canteiro vegetado
- 30 depósito





Planta Térreo com mapeamento fotográfico. Percurso visual.



Planta Inferior com mapeamento fotográfico. Percurso visual.

As fotografias das posições 1 a 3 foram suprimidas como forma de garantir o sigilo da fachada da Inst.

Sequência de 27 fotos da Inst.
Acervo Pessoal.



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



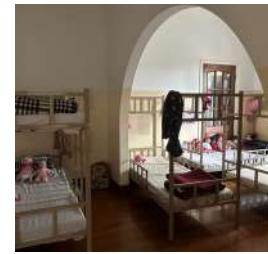
14



15



16



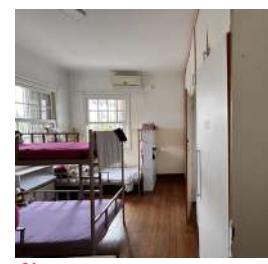
17



18



19



20



21



22



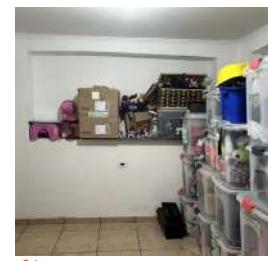
23



24



25



26



27



28



29

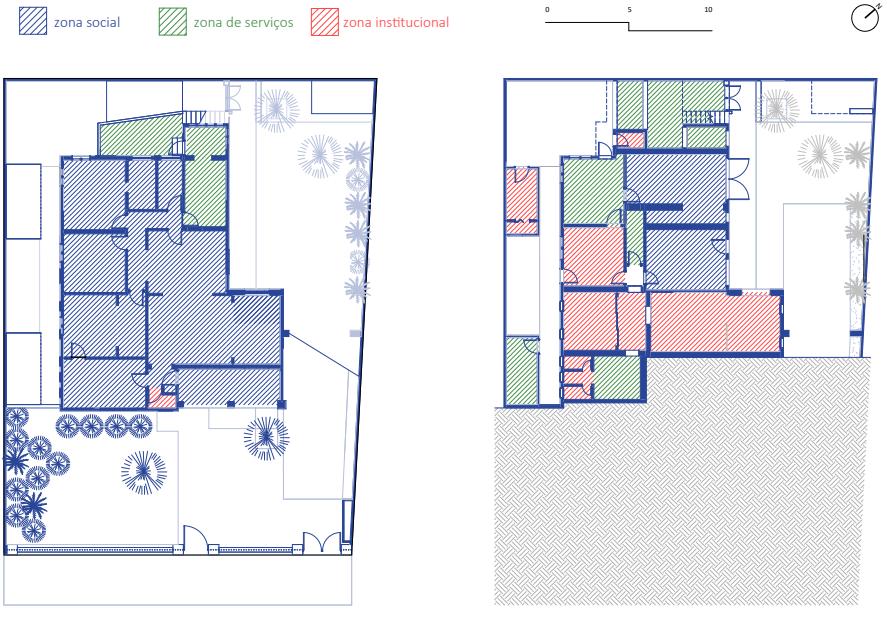


30

Como forma de auxiliar na obtenção de informações sobre as técnicas construtivas utilizadas na edificação, buscou-se a identificação do ano de sua construção através de mapas e documentos históricos. O lote aparece pela primeira vez no mapeamento VASP Cruzeiro, de 1954, que coincide com a construção de loteamentos unifamiliares realizados no bairro da Lapa para a elite paulistana. O uso de alvenaria estrutural, a utilização de formas arqueadas e o uso de telha cerâmica de barro remontam os materiais empregados na construção civil das décadas de 1930 a 1960. As residências nessa época utilizavam a técnica construtiva de laje armada, de modo que foi possível inferir que este também foi o tipo de laje empregado na construção desta residência. As edículas, por sua vez, por possuírem telha Eternit revelam a posterioridade de sua construção, o que fica evidente também pela sua aparição tardia no mapeamento, datando de 2001.

Para auxiliar na compreensão dos usos de cada espaço da unidade de acolhimento, foi definido um zoneamento da edificação por meio da separação em três zonas: a zona social ou privativa - composta pelos ambientes utilizados pelos acolhidos, como sala, banheiros, refeitório, quartos, sala de informática e brinquedoteca -, a zona de serviços - composta pela cozinha, lavanderia, espaços de depósito, despensa e armazenamento -, e a zona institucional - composta pelos ambientes destinados ao atendimento psicológico dos acolhidos, aos espaços de uso dos funcionários e às atividades institucionais de coordenação e da equipe técnica. Observa-se, a partir dessa divisão, o atendimento à diretriz da *Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) que determina a separação dos espaços institucionais e o controle de acesso aos espaços de serviço, de modo que a zona social, composta pelos ambientes utilizados pelas crianças e adolescentes no cotidiano, fique bem delimitada.

A zona social da *Inst.* se concentra principalmente no pavimento térreo, embora tenha alguns ambientes no pavimento inferior - a sala de



Zoneamento Térreo e Zoneamento Inferior.

informática e a brinquedoteca. Essa separação faz com que haja maior controle dos usos por parte dos cuidadores, uma vez que estes ambientes do pavimento inferior - por possuírem usos específicos - possuem hora definida para a utilização e, consequentemente, os acolhidos costumam passar mais tempo no pavimento térreo. É interessante mencionar que a implementação das salas de informática e brinquedoteca ocorreu ao longo dos anos de 2022 e 2023, em um momento posterior à implantação do SAICA. Isso ocorreu porque a criação desses ambientes decorreu de um projeto de voluntários do Banco Bradesco que arrecadou fundos para a sua construção. Foi possível observar nas visitas realizadas que a edificação possui baixo desempenho acústico, pois notou-se que há ruídos de impacto entre os dois pavimentos, de modo que as brincadeiras das crianças e adolescentes realizadas na área social do nível térreo influenciam no conforto acústico da sala técnica, ambiente institucional

localizado no pavimento inferior onde os técnicos realizam a jornada de trabalho.

No que se refere à zona de serviço, ela está totalmente segregada das demais zonas da edificação, de modo que o acesso à cozinha possui uma grade de meia altura, além de que o acesso aos demais ambientes de serviço são fechados com chaves e praticamente todos os serviços domésticos ficam à cargo dos profissionais, exceto a arrumação da cama. Considerando que as tarefas domésticas podem ser uma parte familiar das histórias pessoais das crianças e dos adolescentes, a participação nas atividades de lavar roupa, fazer comida e limpar a casa podem fazer com que eles se sintam mais conectados com suas realidades anteriores, sobretudo se considerarmos suas origens em famílias de baixa renda. A participação nas atividades domésticas não apenas ensina práticas importantes de cuidado e responsabilidade como também auxilia na independência das crianças e adolescentes, preparando-os para a vida adulta. Todavia, vale ressaltar que essa participação deve ser associada a outras formas de desenvolvimento, tais como o desenvolvimento pessoal através de atividades de lazer e estudo.

Vale mencionar também que o controle de acesso é realizado não apenas nas zonas de serviço mas também no acesso à edificação. Para além da grade que faz a divisão entre o lote e o passeio, há na porta de acesso da edificação o mecanismo de controle por chave cuja posse é restrita aos cuidadores. Diante do exposto, cabe o questionamento sobre o controle espacial exercido pela própria distribuição de usos do espaço e pela forma de organização da unidade, de que forma elas contribuem ou freiam o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes? Seria possível, por meio da arquitetura, diversificar a utilização dos espaços, valorizando as práticas de autonomia e confiança em detrimento do controle e da vigilância?

Como forma de contribuir para a leitura e interpretação do uso dos espaços e de apreender as percepções dos moradores, foi realizada

uma dinâmica com os adolescentes, totalizando 7 participantes, dos 16 acolhidos. A atividade foi separada em duas etapas, na primeira foram distribuídos dois papéis, cada um com uma frase que eles deveriam completar, através de desenhos ou da escrita (Anexo A) para depois, na segunda etapa, cada um discorrer sobre o que escreveu e apresentar as justificativas do porquê escolheu determinado ambiente.

O LUGAR QUE EU **MAIS GOSTO** AQUI É...

PODE COMPLETAR ATRAVÉS DE DESENHOS, PALAVRAS, DA FORMA QUE QUISER

Dinâmica realizada com os adolescentes.

O LUGAR QUE EU **MENOS GOSTO** AQUI É...

PODE COMPLETAR ATRAVÉS DE DESENHOS, PALAVRAS, DA FORMA QUE QUISER

Essa dinâmica permitiu a identificação de temáticas comuns nas falas dos adolescentes quando discorreram sobre os ambientes onde se sentiam mais ou menos confortáveis, onde gostavam ou não gostavam de passar tempo. Entre os lugares preferidos, está em primeiro lugar, a sala de informática, seguida do quarto, sala e banheiro. Já no que se refere aos lugares que apareceram como os menos preferidos, a brinquedoteca está em primeiro lugar, seguida do quintal, quarto e sala. Diante dos resultados obtidos, foi possível identificar a temática da ambientação de cada lugar, da importância do uso de um mobiliário adequado ao usuário, dos sentimentos de privacidade e intimidade, que aparecem como um fator que agrupa qualidades positivas ao lugar em oposição ao sentimento de exposição, que aparece como um fator associado a atributos negativos relacionados à insegurança.

Para a análise dos resultados é importante considerar que o público da pesquisa foram os adolescentes (que representam aproximadamente 50% dos moradores). O aparecimento da sala de informática como o ambiente preferido e do quintal como um dos menos preferidos revela o papel que o meio digital adquire no cotidiano das crianças e dos adolescentes. Embora a casa tenha uma área externa relativamente

grande que possibilita o desenvolvimento de atividades ao ar livre, há pouco estímulo ao desenvolvimento de atividades no exterior, de modo que o lazer está presente nas atividades realizadas em ambientes interiores, tais como assistir televisão e usar o computador. Dentre as justificativas apresentadas pelos adolescentes para o quintal aparecer como um dos ambientes menos preferidos, foram a presença de espécies vegetais com espinhos, bem como a presença de árvores que atrapalham o ato de jogar futebol. Contudo, há outras atividades que poderiam ser incentivadas no meio externo que auxiliariam no desenvolvimento social-cognitivo associado à sensibilidade e às atividades do brincar, da experimentação e da coordenação.

O fato de o quarto e o banheiro terem aparecido como alguns dos ambientes preferidos abriu espaço para pensarmos nestes dois espaços como formas de vivenciar um pouco da intimidade e do resguardo em relação ao habitar coletivo. As razões pelas quais o quarto foi mencionado como ambiente preferido estão relacionadas ao fato de este abrigar os objetos pessoais de cada um, como roupas, sapatos e bichos de pelúcia e ao fato de possuírem um espaço que os acolhidos reconhecem como “deles”, a cama. O quarto, quando apareceu em uma das respostas como o ambiente menos preferido, nos levou a considerar os motivos pelos quais este pode não ser um ambiente confortável e acolhedor, sendo mencionadas a falta de privacidade e de espaço suficiente para guardar os pertences pessoais.

A sala apareceu também nas duas respostas, o que permitiu discutir a importância da existência de espaços de diferentes escalas, como forma de atender às diversas necessidades psicológicas e sociais das crianças e dos adolescentes. Para alguns - aqueles mais extrovertidos - o espaço aberto e grande é confortável e não desencadeia sentimentos de estranheza e insegurança, já para outros - mais introvertidos -, o espaço com uma escala menor oferece maior sensação de aconchego e de segurança, estimulando os sentimentos de autoconfiança e auxiliando

no desenvolvimento da autoestima. Por isso, é importante oferecer ambientes que sejam projetados com uma variedade de escalas que permitam o desenvolvimento holístico das crianças e adolescentes, valorizando as necessidades e preferências individuais.

Por fim, o aparecimento da brinquedoteca como o ambiente menos preferido dos adolescentes traz à tona a importância de projetar ambientes que sejam flexíveis e que possam se adaptar conforme as necessidades do público atendido. Provavelmente, se a pesquisa tivesse incluído as crianças, o resultado teria sido diferente, pois os elementos presentes na brinquedoteca atendem melhor às suas brincadeiras. Contudo, considerando que nos serviços de acolhimento há o atendimento a diferentes idades - dos 0 aos 18 anos - e que o público atendido é rotativo, é importante que os ambientes sejam flexíveis e possam acolher as necessidades específicas de cada faixa etária.

A dinâmica realizada permitiu identificar alguns aspectos dos ambientes existentes na *Inst.* sob a perspectiva das crianças e dos adolescentes. Essa metodologia, em conjunto com as demais ferramentas utilizadas - de observação visual, percurso fotográfico, dinâmicas de grupo e conversas individuais -, auxiliou na formação de uma leitura aprofundada que contemplasse as diferentes percepções do lugar. Essa seção se deteve à análise do ambiente físico a fim de identificar as suas potencialidades, de maneira que compõe, em conjunto com a seção seguinte, uma leitura dos ambientes e das dinâmicas presentes no SAICA visitado.

Trocas: afetos e significados

Esta seção é um espaço de expressão da experiência vivida no SAICA a partir das trocas e dos sentimentos gerados na interação com as pessoas ali presentes. Ela é dedicada a expor alguns relatos e trechos de conversas de modo a construir cenas e manifestações da realidade da unidade de acolhimento. Essa estratégia metodológica buscou se traduzir enquanto narrativa-memória, a fim de tecer os fios de histórias fragmentadas e compor um panorama coletivo da realidade do acolhimento institucional. Vale ressaltar que essa etapa do desenvolvimento do trabalho serviu de apoio para as duas etapas posteriores, já que foi nela que me apoiei para a construção de um projeto em conjunto, de um fazer coletivo com os funcionários e moradores do SAICA.

A presente seção está dividida em duas partes - a primeira expõe as conversas individuais e a segunda as dinâmicas em grupo. Para a realização dessa etapa do trabalho foram pensados possíveis tópicos a serem abordados (Anexo B) para direcionar a coleta de informações nas conversas e na dinâmica dos quartos. No entanto, estes tópicos serviram apenas de guia, de modo a obter relatos mais fluidos de acordo com as percepções individuais. Essa narrativa-memória buscou coletar desejos, sonhos e informações que auxiliassem na elaboração de soluções projetuais para a unidade em questão.

C1. Maria. Profissional da cozinha.

C2. José. Acolhido.

C3. Pedro. Acolhido.

C4. Jussara. Cuidadora do período diurno.

C5. Fabiana. Cuidadora do período noturno.

C6. Sabrina. Psicóloga.

D1. Quarto Verde - meninos adolescentes

D2. Quarto Rosa - meninas mais novas

D3. Quarto Azul - meninos mais novos

D4. Quarto Laranja - meninas adolescentes

Conversas informais (C)

A primeira parte é a do relato e da representação espacial das conversas informais realizadas durante as visitas. Essas conversas foram realizadas com as crianças e adolescentes, os cuidadores e os técnicos, a fim de obter dados a respeito de suas histórias e das percepções que os mesmos possuem da vida na casa de acolhimento. Como não houve a aplicação de um roteiro pré-definido, as conversas foram realizadas de forma espontânea e foram guiadas através das percepções de cada um.

Dinâmicas (D)

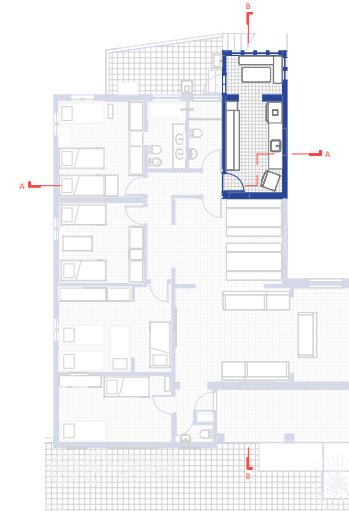
A segunda parte é a de apresentação da dinâmica realizada com as crianças e adolescentes a fim de obter informações das fontes primárias, dos moradores do SAICA. A dinâmica foi realizada, separadamente, com cada um dos quatro quartos (de modo que constituíram-se grupos de até cinco crianças e adolescentes), o que facilitou a comunicação e abriu espaço para que todos pudessem falar. A pergunta que norteou a realização da dinâmica foi “O que mais lhe agrada e o que mais lhe desagrada nesse cômodo? Por quê?”. A escolha do quarto enquanto ambiente para a realização da atividade partiu do entendimento do mesmo enquanto cômodo de grande importância no habitat coletivo. Essa percepção dialoga com a noção de Bachelard (2005) de que este ambiente ultrapassa o sentido físico e funcional de realizar a função básica de dormir, e configura-se como lugar onde concentram-se as emoções mais íntimas das pessoas, tornando-se um refúgio à solidão. A dinâmica parte da premissa de que o mobiliário, o layout e a personalização do quarto são responsáveis por configurar uma ambência que permite maior ou menor apropriação por parte dos moradores.

C1. Maria

profissional da cozinha

“Eu nunca tinha trabalhado em cozinha, aqui é a primeira vez. Eu só fazia comida em casa. Mas aqui é uma casa, é a casa deles, então é comida caseira, comida feita em casa.”

“Aqui é uma casa, e as funcionárias são, em sua maioria, mulheres, e são mães.”



Planta Térreo. Cozinha em destaque.

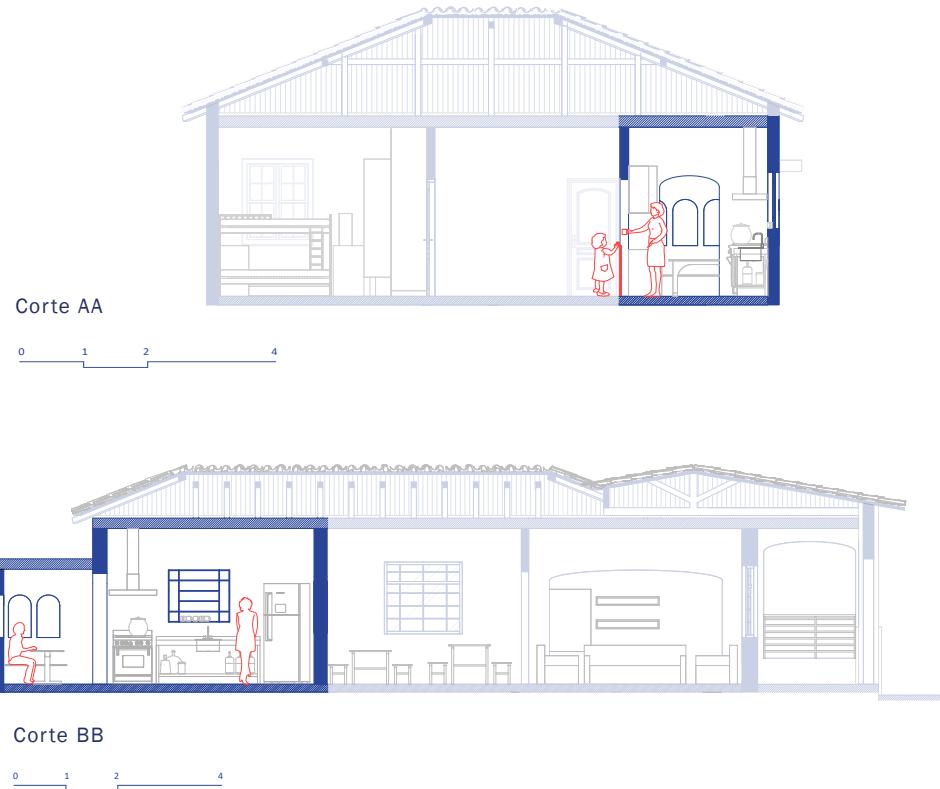
Maria me recebeu numa tarde de fevereiro, quando o clima já estava ameno. Nos sentamos na sala de jantar, ao lado da cozinha, pois as crianças tinham ido ao parque e a casa estava vazia. Maria revelou que já tinha trabalhado na equipe operacional da limpeza, mas que atualmente, ao trabalhar na cozinha, ela sente que as crianças dão mais atenção para ela. Olha, Maria me pareceu bem satisfeita e elogiou diversas vezes o lado humano de seu trabalho, pois percebe que há uma ótima rede de apoio para os funcionários.

O único ponto de insatisfação de Maria em relação ao ambiente foi a questão do desconforto térmico, sobretudo nos dias mais quentes. Segundo Maria, para que haja uma boa ventilação, a porta da cozinha para a sala de jantar precisa estar aberta, e, na maioria das vezes ela não está, pois só assim Maria consegue preparar as refeições. Quando a porta está aberta, as crianças aparecem para conversar e Maria acaba perdendo muito tempo. Embora tenha uma outra porta e algumas janelas no refeitório dos funcionários, as janelas não abrem muito e a porta não parece fazer muita diferença na ventilação.

A cozinha tem restrição de acesso das crianças e dos funcionários. Há a exigência do uso de touca na cabeça por conta da manipulação dos alimentos, porque a vigilância sanitária sempre aparece para fiscalizar a pia, os alimentos, a geladeira e o refrigerador. Os funcionários de vez em quando acessam a

cozinha para realizar as suas refeições, quando não decidem comer no mesmo lugar que as crianças, ou para descer para o pavimento inferior. Já as crianças, elas não entram na cozinha, a menos que haja alguma atividade coletiva (como fazer geladinhos, bolo ou sorvete), mas isso acontece apenas em alguns momentos específicos. Maria revelou que nos dias comuns é ela quem prepara a montagem dos pratos, de acordo com o que as crianças querem. Mas, em datas comemorativas, há a montagem de uma mesa na sala de jantar e as próprias crianças montam os seus pratos. Para pegar água, Maria deixa uma jarra na bancada perto da porta da cozinha, a qual é fechada com uma grade vazada de meia altura. Quem consegue, pega a água por conta própria, e para quem não consegue, Maria entrega o copo de água.

Apesar da restrição de acesso à cozinha, Maria observa que as crianças sempre demonstram vontade de ajudar e se oferecem para lavar a louça. Maria contou da história de Felipe, que estava completando 17 anos e ia aprender a cozinhar, mas ele foi transferido para outra casa de acolhimento e não deu tempo de trabalhar a questão da autonomia com ele.

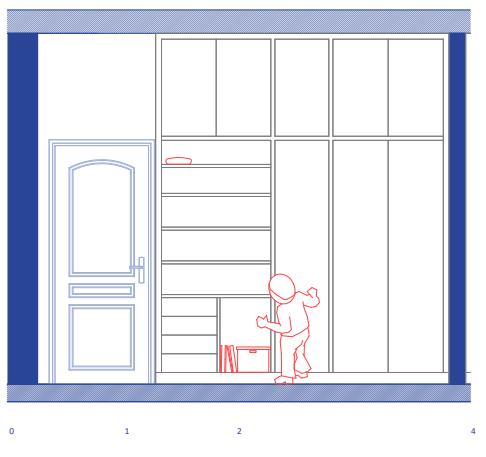


C2. José

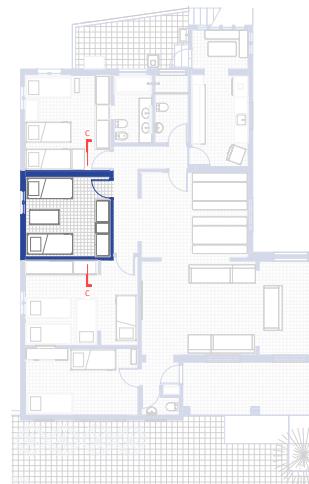
acolhido

“Esse cantinho é o meu lugar favorito do quarto”

No meu primeiro dia de visita ao centro de acolhimento, em janeiro, José me perguntou se eu gostaria de ajudá-lo a colar (com fita crepe) algumas fotos de seus colegas na parede ao lado de sua cama. Eu aceitei e fomos até o quarto onde ele e mais dois colegas dormiam. Foi lá onde ele mostrou o seu pequeno universo e contou um pouco sobre a sua história. Ao ser questionado sobre o seu lugar favorito no quarto, ele me apontou para um cantinho no seu armário, onde guardava seus livros favoritos e suas velas de aniversário. José quis pegar o seu estojo escolar, que estava na última prateleira, para mostrar um lápis que havia ganhado. José não tinha altura para alcançar o objeto, então escalou o armário. Avisei do perigo de se pendurar no armário, pois não se sabe se ele tem estrutura para aguentá-lo, mas ele disse que já estava habituado a fazer isso.



Corte CC



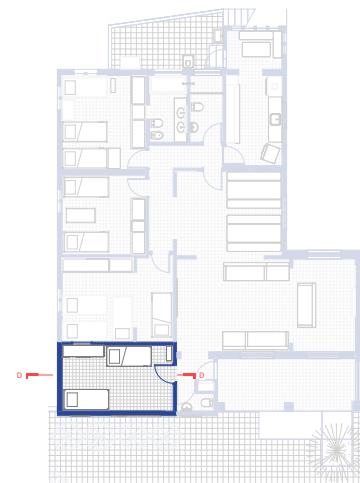
Planta Térreo. Quarto azul em destaque.

C3. Pedro

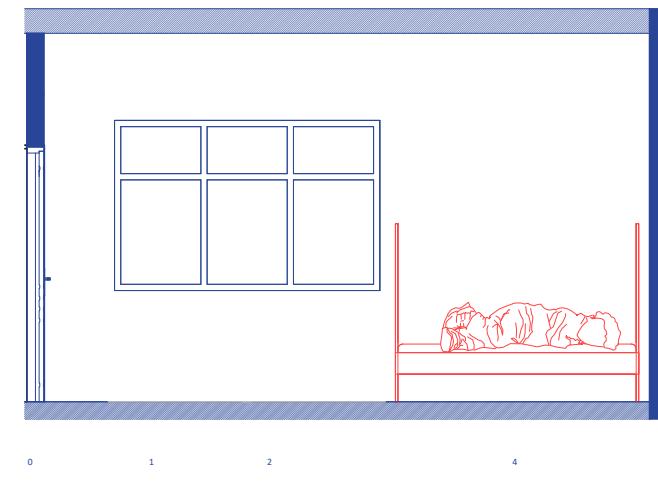
acolhido

“A arquitetura é a casa”

Logo nas primeiras visitas, ao me apresentar enquanto estudante de arquitetura, muitas das crianças me perguntaram o que era a arquitetura. Em uma das explicações que dei, Pedro me complementou dizendo que a arquitetura era a casa. Foi uma das respostas mais genuínas que eu recebi neste dia. Quando eu estava indo embora, ele me perguntou se eu o deixaria mudar a cama dele de lugar. Ele estava insatisfeito.



Planta Térreo. Quarto verde em destaque.



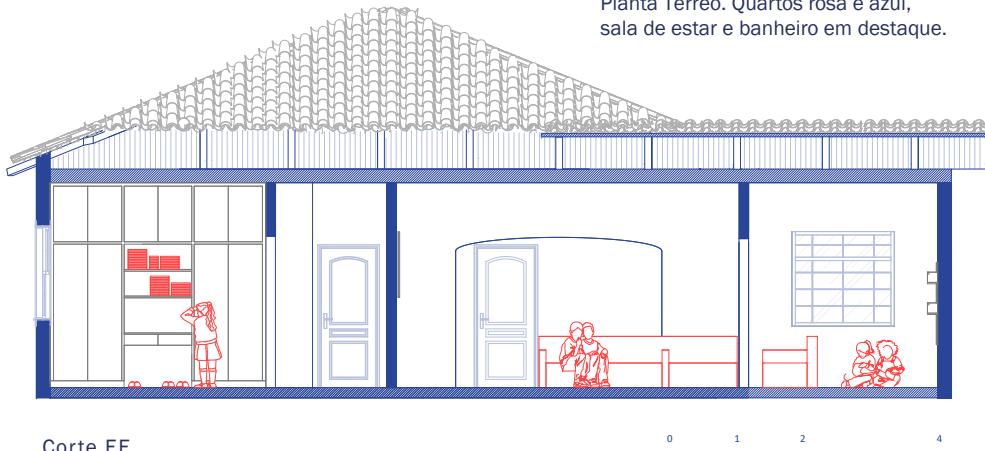
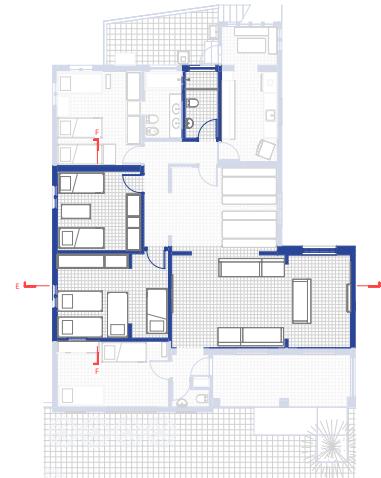
Corte DD

C4. Jussara

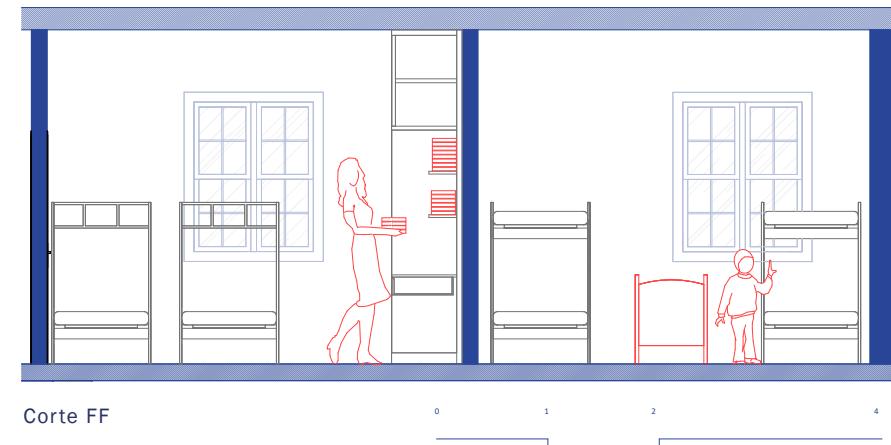
cuidadora do período diurno

"Aqui parece um hospital psiquiátrico com todas as paredes brancas"

"As crianças não cuidam das coisas"



Jussara está no SAICA desde que ele foi inaugurado, em 2021, e ela comentou que algumas mudanças foram realizadas desde então, mas que poucas foram duradouras. Segundo ela, já houve a tentativa de pintura das paredes, mas essa alteração não durou porque as crianças e adolescentes estragaram. Jussara comenta que isso fez com que os quartos ficassem parecendo hospitais psiquiátricos, pois são frios, e não contém aspectos da identidade dos moradores, além de não possuir nenhum grau de personalização. É necessário, segundo ela, criar uma cultura do cuidado, para que os funcionários ensinem as crianças a cuidarem do que é delas, para que seja possível realizar modificações mais duradouras.



Quando questionada sobre algumas dinâmicas da casa, Jussara mencionou algumas determinações que devem ser seguidas, como por exemplo, a necessidade de ter um berço montado em algum dos quartos, porque se uma mãe chegar junto com um bebê em situação de emergência é preciso ter um lugar para deixá-lo. Além disso, Jussara comentou alguns aspectos do cotidiano que elenco a seguir:

- Os uniformes escolares de todos os acolhidos são guardados no quarto das meninas menores (quarto rosa), que é onde há espaço para armazená-los;
- O banheiro que fica fora do quarto não está sendo utilizado porque há algum problema com o encanamento, além de que o fato de estar sem trinco causa insegurança nas crianças e adolescentes, que ficam com medo de ficarem expostos;
- Quando as crianças e adolescentes tomam banho, todo o banheiro fica molhado porque não há nenhuma cortina ou porta para separar a área de banho do restante do ambiente;
- Os sofás são muito grandes e permitem pouca modificação e adaptação da sala de estar, mas, de vez em quando, são colocados alguns colchões de borracha no chão para que todos possam deitar.

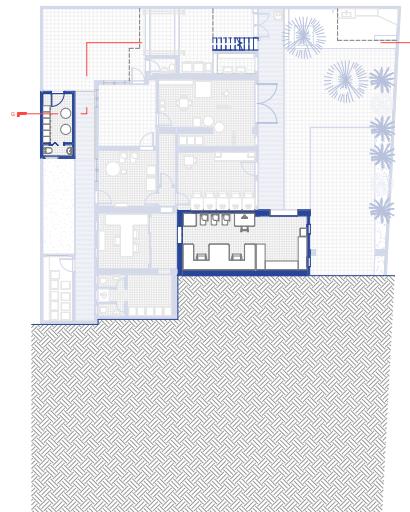
C5. Fabiana

cuidadora do período noturno

“Para pegar roupa, no período da manhã, antes das meninas acordarem é muito difícil, tenho que usar a lanterna do celular”

“Para evitar conflitos entre as crianças, poderíamos instalar chaves nos armários”

Planta Inferior. Sala de descanso funcionários e sala da equipe técnica em destaque.



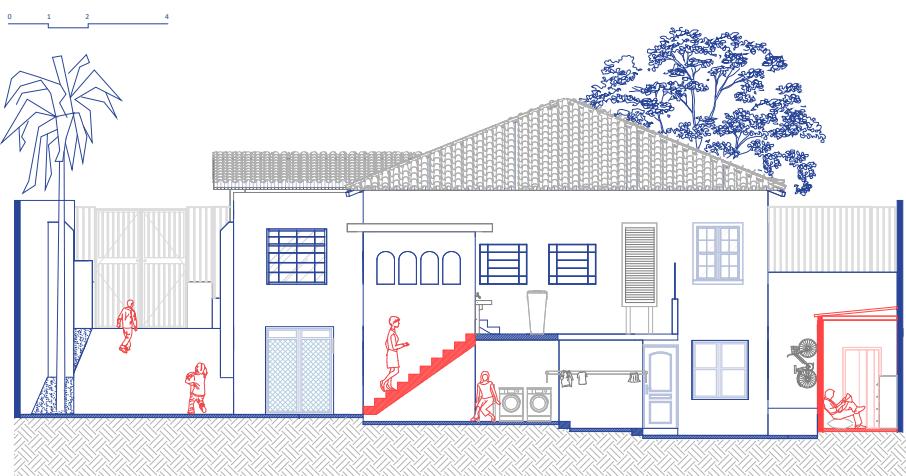
Fabiana chega para o plantão às 19h e vai embora às 7h da manhã seguinte, portanto, o seu turno de trabalho é noturno. Neste período, todas as crianças estão presentes, diferentemente do turno matutino-vespertino, no qual as crianças saem para ir à escola, ao CCA e à praça. Segundo Fabiana, que já trabalhou anteriormente no outro turno, isso faz com que a casa à noite fique em efervescência, com várias coisas acontecendo ao mesmo tempo. Durante a conversa, ela comentou que algumas vezes teve que trabalhar em outro turno para substituir outra funcionária. Ela mencionou que conseguiu perceber a preferência das crianças por um determinado turno em detrimento de outro, que se manifestou por meio das interações entre as funcionárias e os acolhidos. Quando perguntei a Fabiana se havia algo que ela mudaria no SAICA, ela apontou algumas modificações que precisariam ser realizadas para melhorar as condições cotidianas de trabalho dos funcionários, mas não deixou de mencionar também alguns aspectos da vivência dos acolhidos.

No que se refere às condições de seu trabalho, ela comentou sobre a iluminação insuficiente do quintal frontal, que conta somente com três fontes de luz, o que dificulta a permanência na área no período noturno, já que causa uma sensação de insegurança. Depois, Fabiana contou um pouco sobre a sua rotina e o revezamento que é realizado entre os três cuidadores presentes durante a noite para descansar no quarto dos funcionários. Segundo ela, o quarto de descanso conta com infiltrações e é muito quente nos dias com a temperatura mais elevada, manifestando a sua preferência de quando este espaço era

dentro da residência, e não na edícula (antes ele ficava onde hoje é a sala de atendimento psicológico).

Além disso, Fabiana comentou sobre a possibilidade de instalação de uma cobertura na escada que dá acesso ao pavimento inferior, já que, para buscar a medicação dos acolhidos (que fica localizada na sala técnica), é necessário realizar esse percurso ou então descer pela rampa, que é um caminho mais longo. Segundo ela, já houve alguns incidentes na escada em períodos de chuva, pois quando chove, a escada que é revestida em pedra, fica escorregadia. Ainda no que se refere às condições de trabalho, Fabiana mencionou sobre a luz no quarto laranja, que está fraca, o que dificulta a procura das vestimentas por volta das 6h da manhã, antes de as meninas acordarem. Ela utiliza a lanterna do próprio celular para procurar as roupas.

Quando perguntei a Fabiana sobre a convivência entre os acolhidos, ela mencionou que era visível a existência de alguns conflitos, que são agravados quando alguma criança pega algo de outra criança. Segundo ela, uma alternativa possível para evitar esses conflitos seria a instalação de chaves nos armários, de modo a separar os pertences individuais de cada um, permitindo que cada criança tivesse a sua privacidade. Após essa conversa, deixei o questionamento se essa seria a melhor maneira de garantir a privacidade e o respeito aos limites pessoais de cada um, ou se não seria através da construção de uma forma de morar adaptada ao habitar coletivo.



Corte GG

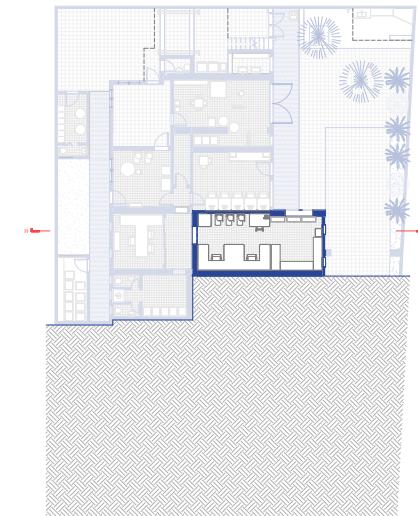
C6. Sabrina

psicóloga

“Temos que ter cuidado para não reproduzirmos a violência”

“Quando temos crianças de diferentes idades, temos a construção de um espelho, no qual as crianças mais novas inspiram-se nos mais velhos, mas que espelho é esse?”

Planta Inferior. Sala da equipe técnica em destaque.



O dia de Sabrina se restringe à sala técnica, que não possui as portas abertas para as crianças e adolescentes. Sendo assim, há a necessidade do intermédio de um cuidador para que haja o contato entre os técnicos e os acolhidos. Sabrina comentou que, para suprir o desejo de ter um contato aproximado com as crianças e adolescentes e deixar de ser a “tia da sala técnica”, ela realiza plantões aos sábados nos quais atua como cuidadora.

Quando questionei Sabrina sobre como ela enxergava a interação entre os acolhidos, ela comentou que o SAICA está passando por uma transição na qual há maior admissão de adolescentes. Sabrina revela que há pontos positivos e negativos no fato de as unidades acolherem diferentes faixas etárias. Por um lado, ter crianças e adolescentes de diferentes idades é positivo, pois cria formas diferentes de socialização, além de promover a inspiração e o olhar para o outro, de modo que as crianças mais novas buscam copiar os mais velhos. Por outro lado, é importante conversar sobre como ocorre essa inspiração, quais são as referências e qual é o exemplo criado. Além disso, Sabrina comentou que, assim como qualquer forma de socialização, há a organização e aproximação por afinidades dentro da casa. Segundo ela, os acolhidos ficam integrados somente com aqueles que possuem afinidades e não geram conflitos diretos com eles, de modo que alguns são mais bem quistos do que outros. Sabrina menciona o caso de Manu, uma criança acolhida que possui deficiência e que tem a convivência dificultada com os demais acolhidos. Depois de contar esse caso, Sabrina relata a importância de trabalhar a questão da convivência com as diferenças dentro



Corte HH

de casa, afinal, é necessário lidar com o diferente - seja na casa ou fora dela, na comunidade.

Foi necessário interrompermos a conversa, pois às 18h ocorre a troca de turno, e a sala técnica ficou movimentada, já que as funcionárias foram até o local bater ponto. As cuidadoras do turno matutino-vesperino comentaram com Sabrina alguns fatos do dia, que depois foram passados para as cuidadoras do turno noturno. Após a movimentação, retomamos a conversa e Sabrina comentou sobre a questão da institucionalização das crianças e adolescentes.

A psicóloga acredita que, por ser um serviço de acolhimento institucional, há algumas marcas da institucionalização que são inerentes, e que os acolhidos se relacionam de forma muito violenta entre si (que é como foram ensinados). Nesse sentido, ela reforça a necessidade de os funcionários realizarem um trabalho de desconstrução dessa forma de se relacionar e menciona a importância da atenção para que não haja a reprodução da violência na relação entre funcionário-acolhido.

Sabrina mencionou também a importância de estabelecer o contato com a comunidade. Segundo ela, a Inst. respeita o direito dos acolhidos de acesso à comunidade, através de diversas atividades externas realizadas semanalmente. Apesar de haver outras instituições na comunidade, que imprimem outras marcas, estas as crianças e adolescentes teriam mesmo se não estivessem acolhidos, portanto, a conclusão de Sabrina é de que não devemos demonizar as marcas institucionalização, mas sim entender como elas são impressas e sob quais fundamentos.

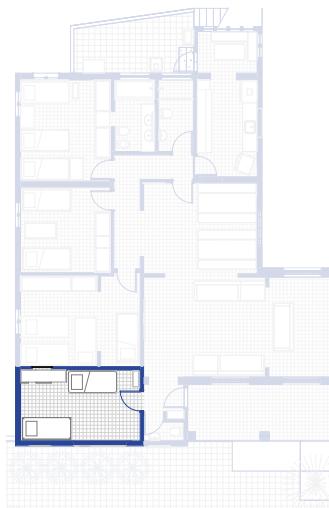
D1. Quarto Verde

meninos adolescentes [3]



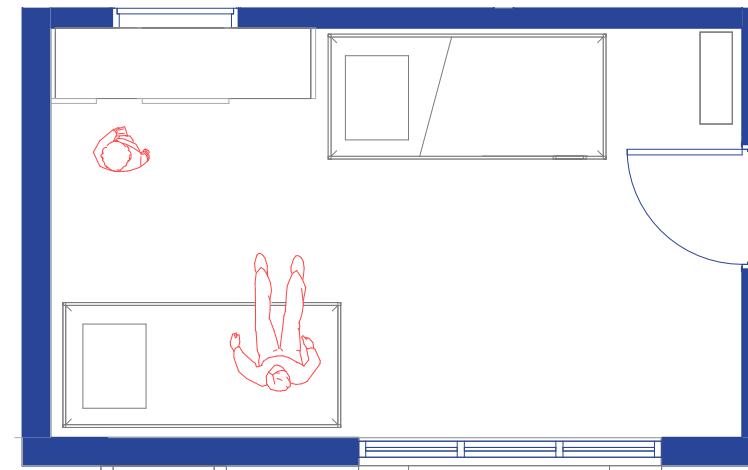
Corte longitudinal. Quarto Verde (destaque).

Foram traçadas algumas diretrizes de intervenção coletivamente, de modo que cada adolescente acolhido pudesse expressar os seus desejos e sonhos para o quarto verde.

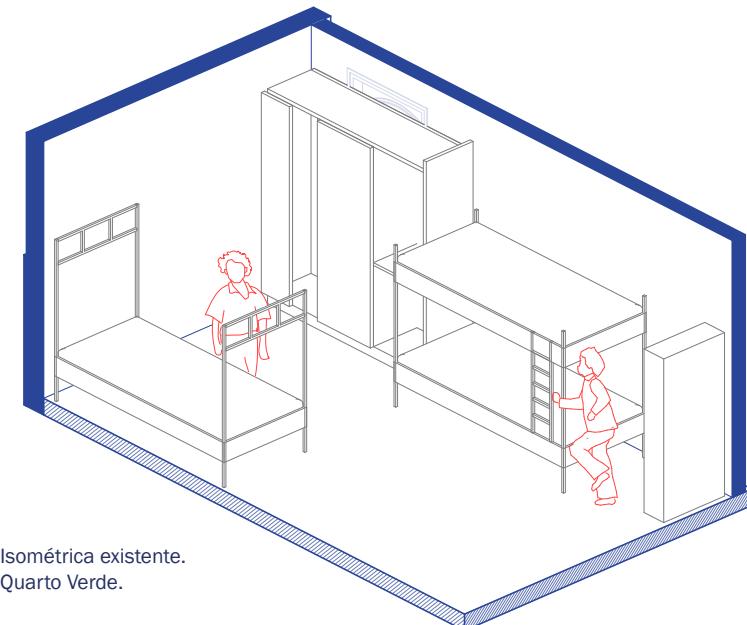


Planta Térreo. Quarto Verde (destaque).

- Retirada de camas beliche: não se sentem bem em dormir um em cima do outro, gostariam de dormir em camas independentes, mesmo que isso signifique ocupar maior área dentro do quarto;
- Alteração do layout: alterar a disposição das camas;
- Inserção de cômodas individuais: não gostam de compartilhar o armário entre si, gostariam de ter uma separação maior entre os seus pertences, o que está agravado com o fato de que as portas do guarda-roupa estão quebradas;
- Instalação de cortina na janela: realizar o controle de iluminação e garantir maior privacidade em relação à rua, pois hoje em dia eles realizam a troca de roupa atrás da porta devido à falta de privacidade em relação ao exterior;
- Alteração dos colchões: os colchões são muito finos e é possível sentir o estrado da cama, que é de metal, causando desconforto para dormir;
- Inserção de caixinha de segurança no interruptor ao lado da porta: o ponto elétrico está desprotegido, de modo a causar sensação de insegurança;
- Instalação de prateleiras: mobília que permite maior apropriação e personalização, através de disponibilização de espaço para guardar produtos de higiene e brinquedos;
- Instalação de banheiro mais próximo do quarto: sugeriram a alteração do uso do banheiro localizado na entrada da residência para uso dos moradores, e não dos funcionários.



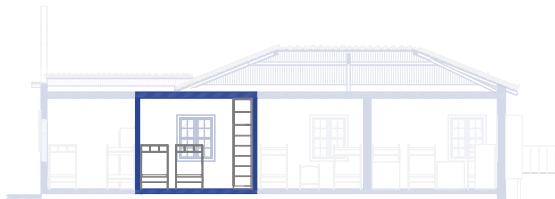
Planta existente.
Quarto Verde.



Isométrica existente.
Quarto Verde.

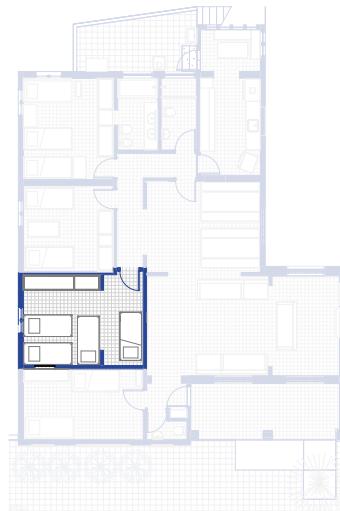
D2. Quarto Rosa

meninas mais novas [5]



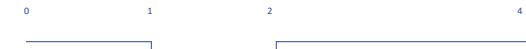
Corte longitudinal. Quarto Rosa (destaque).

Foram traçadas algumas diretrizes de intervenção coletivamente, de modo que cada criança acolhida pudesse expressar os seus desejos e sonhos para o quarto rosa.

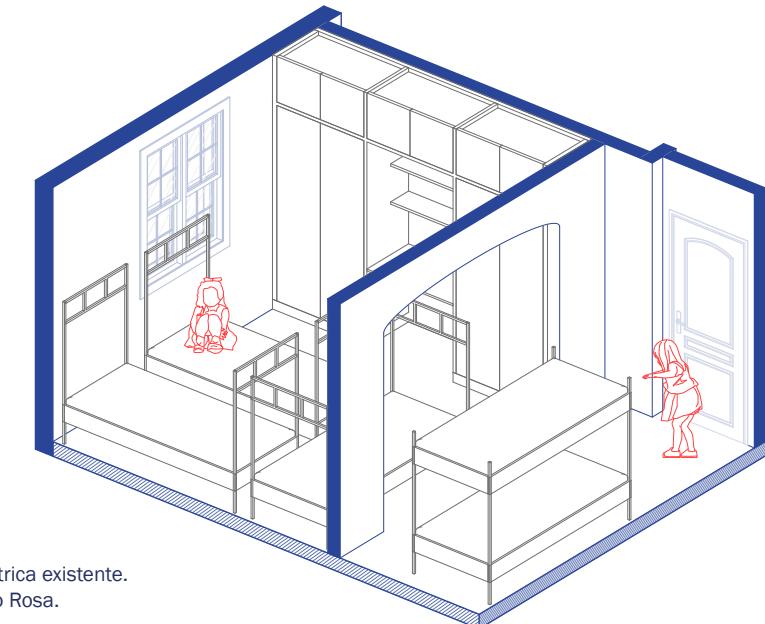
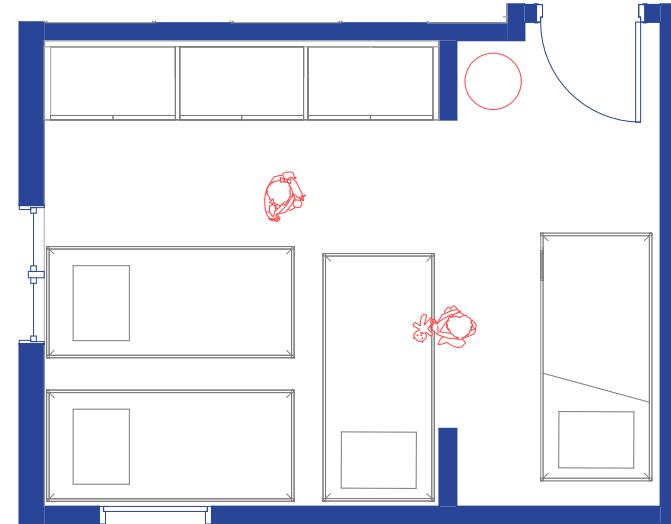


Planta Térreo. Quarto Rosa (destaque).

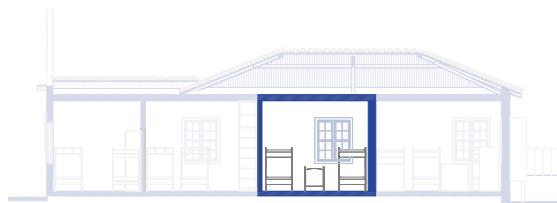
- Decoração temática: gostariam de ter a possibilidade de decorar o quarto com objetos temáticos, como almofada, roupa de cama, painéis;
- Instalação de prateleiras: comentaram da possibilidade de ter espaço para armazenar brinquedos dentro do quarto;
- Alteração da cor do guarda-roupa: o guarda roupa tem o tom de madeira escura, o que dá uma sensação - sentida pelas meninas - de ambiente carregado, sugere-se, portanto, o envelopamento do armário;
- Verificar o problema técnico do ventilador: o quarto já possui a instalação, mas o aparelho não funciona, é necessário verificar o que está causando o mau funcionamento;
- Instalação de luminária ao lado da cama: tem algumas das acolhidas que não gostam de dormir no escuro, portanto, gostariam de ter a possibilidade de instalar uma luz individualizada;
- Alteração da cor do quarto: o quarto é pintado na meia parede com a cor laranja pastel, mas gostariam de poder alterar a cor das paredes, conferindo maior personalidade ao quarto;
- Alteração da cama: gostariam de alterar o material da cama, que é de ferro, para um material que confere maior conforto e aconchego, como a madeira;
- Instalação de sapateira: os sapatos ficam embaixo do guarda-roupa, num espaço que se configura como uma escrivaninha.



Planta existente.
Quarto Rosa.

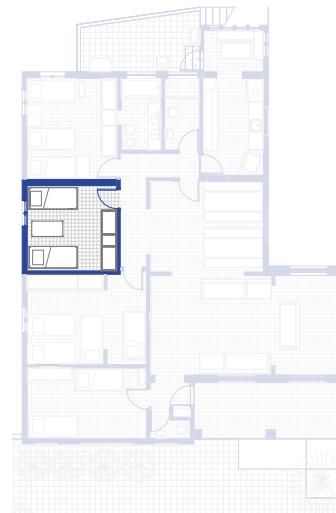


Isométrica existente.
Quarto Rosa.

D3. Quarto Azul*meninos mais novos [4]*

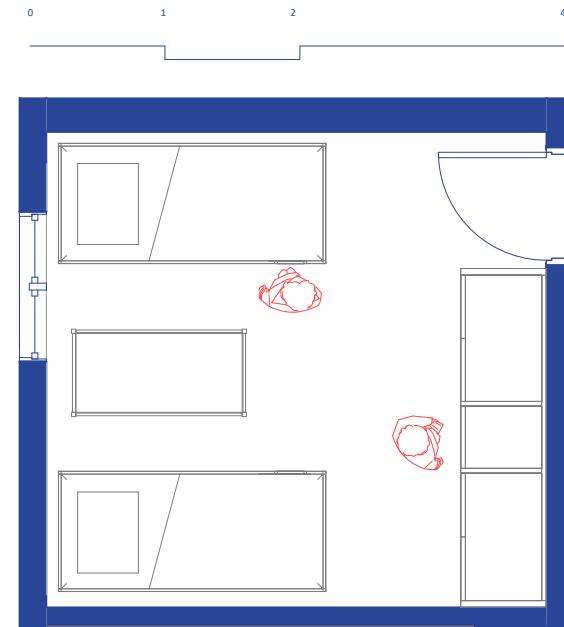
Corte longitudinal. Quarto Azul (destaque).

Foram traçadas algumas diretrizes de intervenção coletivamente, de modo que cada criança acolhida pudesse expressar os seus desejos e sonhos para o quarto azul.

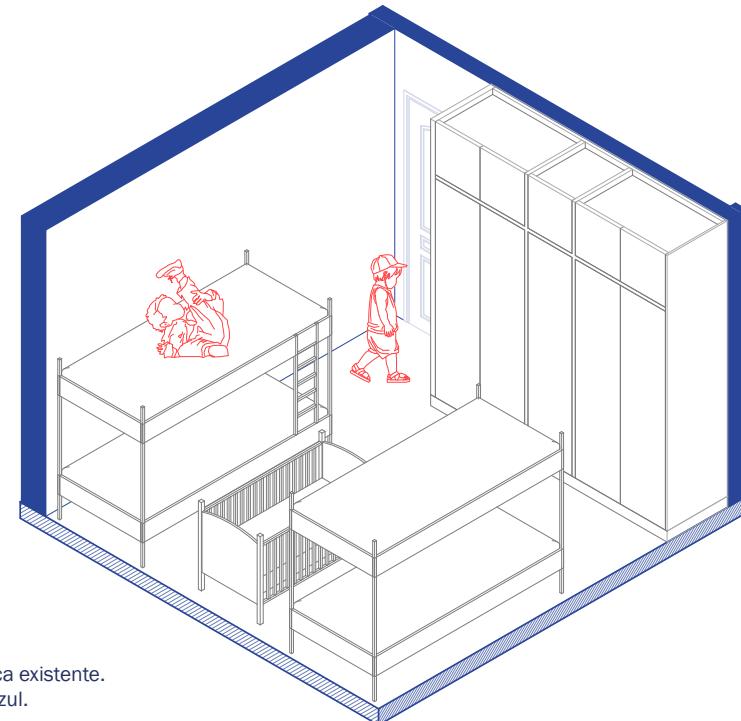


Planta Térreo. Quarto Azul (destaque).

- Instalação de painéis temáticos: gostariam de ter painéis individuais ao lado de suas camas de modo que cada um pudesse escolher um tema de sua preferência, o que traz o desejo de imprimir as personalidades no ambiente;
- Instalação de luminária ao lado da cama: gostariam de ter uma fonte de luz individual para poderem realizar atividades individuais (tal como a leitura) à noite, quando a luz central do quarto estivesse apagada;
- Instalação de estante ou prateleira: espaço para armazenamento, demonstraram o desejo de decorar o quarto com brinquedos;
- Retirada do berço: gostariam de retirar o berço, já que não tem nenhum bebê atualmente na unidade de acolhimento e este mobiliário está apenas ocupando espaço do quarto;
- Rever a divisão do guarda-roupa: um dos acolhidos mencionou que o seu espaço para guardar roupas era menor, gostaria de ter o mesmo espaço que os demais;
- Instalação de sapateira: gostariam de ter uma sapateira fixa na parede, porque a antiga caiu algumas vezes e quebrou, não durou muito tempo;
- Alteração do interruptor: comentaram que o interruptor era duro para acionar, gostariam que fosse mais sensível para que eles pudessem acioná-lo com maior facilidade;
- Mudança da abertura da janela: a janela é basculante, o que dificulta o manuseio por parte das crianças, causando um certo grau de insegurança.



Planta existente. Quarto Azul.



Isométrica existente. Quarto Azul.

D4. Quarto Laranja

meninas adolescentes [4]



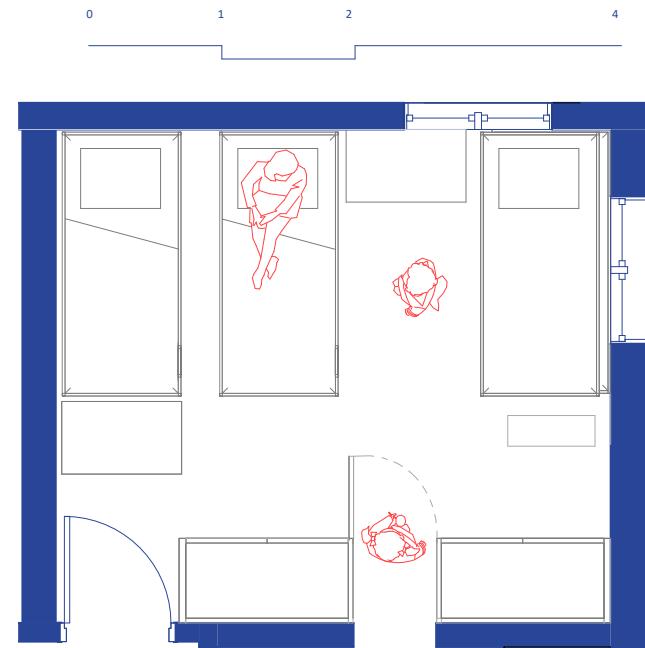
Corte longitudinal. Quarto Laranja (destaque).

Foram traçadas algumas diretrizes de intervenção coletivamente, de modo que cada adolescente acolhida pudesse expressar os seus desejos e sonhos para o quarto laranja.

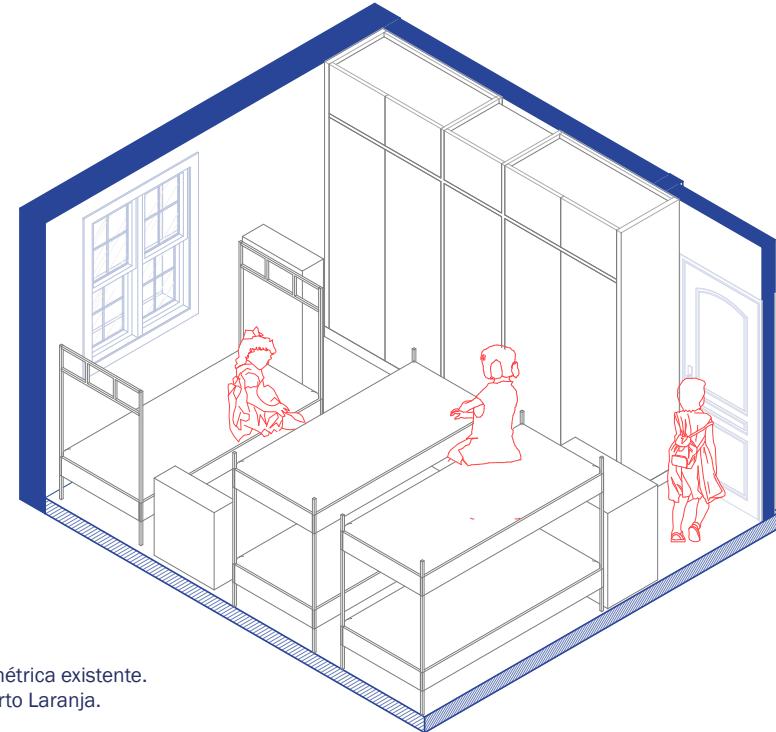


Planta Térreo. Quarto Laranja (destaque).

- Trocar a lâmpada do quarto: o quarto possui apenas um ponto de luz e a luz instalada está com baixa tensão, é necessário alterá-la para melhorar a visibilidade durante o período noturno;
- Alteração do layout: alterar a disposição das camas;
- Cômoda guarda-roupa: utilizada por uma das acolhidas, porém apresenta espaço insuficiente para que ela guarde todos os seus pertences;
- Ausência de espaço para guardar os pertences pessoais: gostariam de ter mais prateleiras nos armários, a fim de auxiliar na organização e separação das vestimentas e substituir as caixas que estão sendo utilizadas;
- Melhorar a ventilação do quarto: o quarto possui um ar-condicionado, mas ele está quebrado, então gostariam de ter um ventilador que auxiliasse na qualidade ambiental do ambiente;
- Satisfação com a suíte: demonstraram grande felicidade em ter o banheiro dentro do quarto, mesmo que isso signifique que os demais acolhidos entrem e saiam do quarto para utilizar o banheiro;
- Instalação de sapateira: comentaram que antigamente havia uma sapateira no quarto, mas ela quebrou e não foi consertada, então gostariam de retomar esse espaço para guardar os sapatos;
- Instalação de quadros e suportes de fotos: embora o SAICA tenha disponibilizado algumas pastas acrílicas para colar fotos nas paredes, as adolescentes acolhidas demonstraram um certo grau de insatisfação com a estética do material disponibilizado, por isso não as utilizam.



Planta existente.
Quarto Laranja.



Isométrica existente.
Quarto Laranja.

Cartilha projetual

A presente seção foi elaborada com o objetivo de propor premissas projetuais como complemento ao debate já existente a respeito da implantação dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Os critérios de projeto definidos no documento *Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009), são bastante objetivos, de modo que pretende-se trazer no presente trabalho aspectos subjetivos e simbólicos para a composição do quadro de diretrizes. Através da inserção da temática da arquitetura, busca-se trazer possíveis estratégias de intervenção, na escala da edificação e na escala do mobiliário, a fim de promover melhorias nas formas de morar das unidades de acolhimento voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As diretrizes propostas na presente seção estão pautadas na noção de percepção, afinal, é dessa maneira que podemos apreender os aspectos subjetivos, seja através dos materiais e acabamentos utilizados na residência e no mobiliário, ou nos objetos, que transmitem sensações percebidas de diversas maneiras pelos moradores.

ordem	escala de interveção	critérios comuns	critérios específicos
A	edificação	flexibilidade	ambiente
		apropriação	
B	mobiliário	escala infantojuvenil	reaproveitamento
		autonomia e independência	durabilidade
		espaço íntimo	segurança

Tabela de síntese das diretrizes projetuais propostas para as unidades de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

Critérios comuns

Flexibilidade

A flexibilidade da edificação e o mobiliário nela existente são relevantes na implantação dos centros de acolhimento, de modo que habitar nesta casa é também adaptar-se conforme os seus moradores. Considerando a grande rotatividade do serviço, é importante que a edificação e o mobiliário sejam flexíveis a ponto de adaptarem-se conforme as vivências e necessidades de cada momento. Isso permite a existência de infinitas casas dentro de uma, de modo a acolher as diferenças das crianças e adolescentes.

Apropriação

A importância da apropriação está no fato de esta constituir-se como uma forma de identificação e pertencimento do morador com o seu local de morada. A arquitetura e o mobiliário que permitem a apropriação buscam dar voz ao usuário para que este possa intervir no ambiente à sua maneira, de modo a imprimir a sua personalidade através de elementos afetivos e da memória pessoal, proporcionando o sentimento de identificação e pertencimento. A apropriação permite a realização de intervenções no ambiente coletivo conforme necessidades individuais e está relacionada também aos conceitos de uso e adequação. A participação das crianças e adolescentes nos processos de decisão e na construção de um mobiliário adaptado ao universo infantojuvenil gera o senso de pertencimento. Vale mencionar, contudo, que as possíveis apropriações do espaço e dos mobiliários ultrapassam o projeto e a capacidade de atuação dos arquitetos, sendo estes responsáveis apenas por estabelecer um convite para que ela ocorra.

Escala infantojuvenil

A escala infantojuvenil é um dos elementos da prática pedagógica montessoriana de extrema importância para a apropriação do espaço. Embora a implantação dos serviços de acolhimento ocorram em edificações já existentes, com algumas determinantes espaciais pré-definidas, além de determinações da vigilância sanitária, é importante que haja uma reflexão das condições impostas e uma tarefa de repensar os ambientes a partir das necessidades infantojuvenis. Além do mobiliário adequado em termos de acessibilidade infantil, podem ser exploradas as diferentes escalas da edificação, de modo a valorizar os “cantos” e espaços que promovam diferentes estímulos sensoriais.

Autonomia e independência

A valorização da autonomia e da independência deve prevalecer em relação à compartimentação imposta pelo aspecto físico da edificação existente e pela forma de organização dos serviços de acolhimento. Ao invés de haver restrições de acesso aplicadas de forma automática, busca-se convidar o uso à edificação e a interação com a casa, pois, quanto mais acolhedor e oportuno o ambiente, maior é o estímulo para desenvolvimento da autonomia e independência das crianças e adolescentes em relação aos adultos. Este elemento está diretamente relacionado à noção de segurança, pois a segurança emocional está relacionada com a constância e a previsibilidade do ambiente e das rotinas, de modo a valorizar a exploração do espaço.

Espaço íntimo

A privacidade nos serviços de acolhimento é compartilhada, de modo que há poucos mecanismos de regulação do espaço íntimo. Nota-se que uma das formas através do qual ele poderia se materializar seria através de outras formas de organização que valorizassem o espaço pessoal, sem o excessivo controle do tempo e do espaço, ou então através do layout e do mobiliário. Uma edificação que permite o estabelecimento do espaço íntimo em meio ao ambiente coletivo corrobora com a sensação de segurança e tranquilidade, fundamentais para o desenvolvimento infantojuvenil e para o acolhimento do desamparo.

Critérios aplicados à edificação

Ambiência

A ambência dos centros de acolhimento deve ser positiva, de modo a construir um ambiente acolhedor capaz de estimular o desenvolvimento infantojuvenil. Os estímulos sensoriais percebidos no espaço podem auxiliar no amparo às crianças e adolescentes acolhidos, de modo que a arquitetura pode convidar o usuário a usufruir de uma ambência capaz de transformar os espaços em lugares, os quais adquirem valor afetivo através da apropriação e da usabilidade. A ambência envolve a utilização de elementos que contribuem para o espaço e convidam o morador a experienciar diferentes sensações através das formas, texturas, luz, cor e materialidade.

Critérios aplicados ao mobiliário

Reaproveitamento

O reaproveitamento aparece como um ponto de grande relevância quando pensado a partir do ponto de vista de expansão do projeto de adequação do mobiliário para a escala do município. O mobiliário pensado a partir deste critério é concebido através da criação de encaixes que permitam a sua montagem e desmontagem, facilitando, assim, a migração de um espaço para outro conforme a necessidade. Além disso, deve-se priorizar o uso de materiais que permitam a personalização através da pintura ou da colagem de adesivos. A ideia por trás dessa concepção é a de criação de um mobiliário personalizável, desmontável e comum às unidades de acolhimento. A prática do reaproveitamento é benéfica tanto em termos de mobilização de recursos quanto no aspecto psicológico de minimização das novidades no cotidiano das crianças e adolescentes, sem afetar a personalização e o aspecto identitário.

Segurança

Os móveis podem apresentar diversos componentes que se caracterizam como elementos perigosos, tais como quinas vivas, puxadores pontiagudos, mobiliários com estrutura instável e falta de dimensionamento à escala infantil, os quais apresentam riscos físicos aos moradores e, consequentemente, podem influenciar negativamente a sensação de segurança. A ideia é que os moradores sintam-se seguros para ocupar e usar os espaços. Nesse sentido, fazer o uso de materiais leves, com bordas arredondadas e dimensionamento adequado à escala infantil é uma maneira de promover o sentimento de segurança e confiança nos acolhidos. É fato que a arquitetura não fornece a solução para o desamparo e não substitui as iniciativas de atendimento psicológico, entretanto, fornecer espaços confortáveis e acolhedores é uma forma de contribuir para a segurança emocional, promovendo um sentimento de bem-estar emocional e psicológico.

Durabilidade

A durabilidade é um aspecto de extrema importância no contexto dos serviços de acolhimento uma vez que o mobiliário é manuseado por diversas pessoas, além de que há casos de surtos psicóticos em que este é o primeiro a ser atingido. O uso de encaixes como forma de estruturação possibilita que a sua desmontagem não prejudique o uso e a sua durabilidade, de modo que o encaixe permite a reestruturação do móvel.

Ensaio

Embora a *Inst.* apresente uma realidade diferente dos demais serviços por se localizar num bairro de classe média alta da cidade de São Paulo e, consequentemente, receber maiores investimentos financeiros e materiais advindos de doações da comunidade local, a disposição e organização de seus ambientes também foram pensadas a partir da adaptação do uso da residência. Portanto, o presente trabalho se dispõe a compreender as potencialidades dos ambientes da unidade com o objetivo de repensar a sua disposição com base na adaptação do ambiente e do mobiliário às crianças e adolescentes que ali habitam.

Como foi abordado anteriormente, a arquitetura possui um significado que extrapola a construção planejada. A dimensão espacial das unidades de acolhimento é carregada de subjetividades e sensibilidades de modo a abranger a relação entre arquitetura, psicologia e pedagogia. Sendo assim, a apropriação espacial, a identidade e o pertencimento ao lugar, bem como a significação do lar devem estar presentes na implantação das unidades de acolhimento institucional.

As intervenções de projeto e proposições apresentadas a seguir são resultado da mobilização do aparato teórico apresentado na presente pesquisa, da coleta de demandas dos moradores e funcionários da *Inst.* e da análise subjetiva dos mesmos, sendo que as suas relevâncias devem ser avaliadas pelos responsáveis da instituição, podendo ser acolhidas ou não.

Edificação

As alterações propostas na edificação foram pensadas de modo a serem executadas de modo faseado. Na primeira fase, as proposições são de caráter menos estrutural - como as alterações de layout, de acabamentos e inserção de itens decorativos -, de forma que as propostas concentram-se principalmente nos quartos. Na segunda fase, as intervenções são de caráter mais estrutural, resultando em mudanças significativas na escala da edificação e exigindo maiores investimentos, como a demolição de paredes e lajes, bem como as possíveis alterações de layout que delas decorrem. Dessa forma, entende-se que tanto a escala do edifício quanto a escala do detalhe são importantes para requalificar o espaço do SAICA.

As alterações da primeira fase estão relacionadas, principalmente, com as dinâmicas realizadas nos quartos, nas quais os acolhidos manifestaram os seus desejos de alterar o layout, sobretudo a posição de suas camas, e de inserir elementos decorativos - como painéis, cortinas, quadros e brinquedos. Entende-se que a modificação do layout não se restringe apenas à criação de espaços esteticamente agradáveis mas também garante o bem-estar dos usuários. Haja vista o contexto de poucos recursos para a realização de alterações na unidade, esse tipo de alteração se apresenta como uma alternativa viável sem a necessidade de grandes investimentos. A avaliação e identificação das possibilidades de reconfiguração dos quartos proporcionaram um momento de reflexão e de sonhos às crianças e adolescentes, valorizando a participação ativa dos mesmos nos processos decisórios do SAICA. Cabe ressaltar, também, a importância deles auxiliarem na realização das mudanças (caso elas ocorram), pois isso pode aumentar o sentimento de pertencimento e de controle sobre o ambiente.

No que se refere às alterações a serem realizadas num segundo momento, partimos da hipótese de realização de modificações que

garantissem maior acessibilidade às crianças e adolescentes e menor controle do espaço por parte dos cuidadores. Para tanto, propõe-se a criação de uma escada interna à edificação que possibilite a relação espacial entre o térreo e o pavimento inferior. Essa escada também auxiliaria na construção de espaços de diferentes escalas, de modo que o espaço embaixo da escada poderia ser utilizado como um canto mais recluso, onde há maior privacidade, com a presença de nichos que oferecem tanto um espaço de estar, quanto um espaço para armazenamento de objetos. A construção da escada também promoveria melhorias nas condições de trabalho dos funcionários, uma vez que estes teriam um percurso inteiramente coberto de acesso à sala técnica, evitando riscos de queda e exposição às intempéries no caminho para buscar as medicações dos acolhidos. Em conjunto com essa modificação de criação da escada, o projeto prevê a mudança de usos do pavimento inferior, de modo a congregar os ambientes institucionais em cômodos mais afastados dos espaços de estar, reduzindo os ruídos produzidos pelas crianças e adolescentes.

Além disso, como forma de aumentar o grau de independência das crianças e dos adolescentes, propõe-se maior integração da sala de jantar com a cozinha, de modo a criar um espaço intermediário, o balcão, onde os acolhidos podem ter maior acessibilidade. A criação desse balcão facilitaria o processo de montagem dos pratos pelos acolhidos e o acesso à água potável, uma vez que este estaria ao alcance de todos. Busca-se, com essa alteração, proporcionar o sentimento de confiança e estimular o desenvolvimento da autonomia dos acolhidos.

Mobiliário

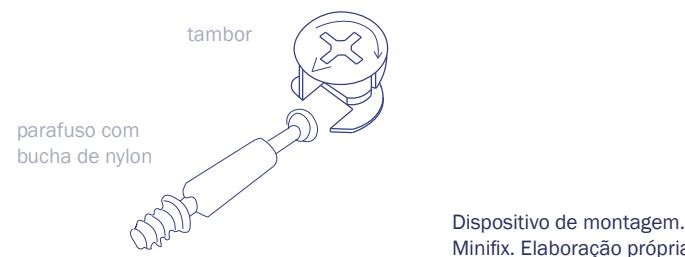
Dada a importância de um mobiliário adaptado às necessidades dos usuários, especialmente em contextos de acolhimento, é fundamental a presença de peças que não somente atendam às necessidades básicas, mas que também proporcionem um ambiente acolhedor, personalizável e adaptável. O cuidado com o mobiliário promove não apenas um ambiente físico seguro, mas também contribui para o desenvolvimento emocional e psicológico positivo das crianças e adolescentes, oferecendo-lhes um sentimento de identidade e pertencimento ao seu espaço pessoal. Por isso, foram escolhidos três mobiliários de maior uso e presença nos quartos - a cama, a sapateira e o banco - para trabalhar o desenvolvimento de uma família de mobiliários que estivesse relacionada à dimensão infantil e que convidasse os usuários ao uso e à participação na construção e personalização. A partir dos critérios elencados acima, estuda-se a concepção de um mobiliário impresso em Router CNC¹⁷, devido a rapidez e facilidade deste método. O processo de fabricação digital possibilita a rápida prototipagem de maneira a adaptar os modelos físicos aos meios digitais, proporcionando uma otimização da produção. Para o contexto do acolhimento de crianças e adolescentes, inicialmente foi considerada que a família seria produzida totalmente em Fibras de Média Densidade (MDF), devido à uniformidade deste material e a facilidade de acesso ao mesmo. Contudo, posteriormente, optou-se pelo uso do compensado, pois o fato de o compensado ter menor densidade do que as chapas de MDF faz com que o mobiliário seja mais leve e, portanto, manuseável por pessoas de diversas idades.

As peças foram pensadas a partir da utilização de chapas de compensado de 2200 x 1600mm com espessura de 18mm, de modo

¹⁷ A máquina Router CNC - Computer Numerical Control (Controle Numérico Computadorizado) - trabalha a partir da usinagem controlada de um modelo com encaixes simples.

que foram pensados planos de corte que permitissem a otimização do desenho dos mobiliários. Além disso, considerando a baixa resistência dos compensados às tintas a base de água, prevê-se que as personalizações sejam realizadas por meio da colagem de adesivos ou da pintura com tintas esmalte, permitindo que o compensado tenha durabilidade para resistir às personalizações.

Inicialmente objetivou-se realizar a família de mobiliários somente com encaixes em madeira, porém, após a realização da maquete em escala 1:5 (Anexo C), percebeu-se a importância de pensar em dispositivos de fixação que garantissem maior durabilidade ao mobiliário, sobretudo se considerarmos a movimentação constante à qual ele está submetido e o público que ele deseja atender. Por isso, foram adotados os dispositivos de montagem minifix como forma de garantir maior integridade, evitando que o encaixe ceda e comprometa a durabilidade do mobiliário.



Banco

O banco aparece enquanto elemento que confere maior segurança e acessibilidade à criança e ao adolescente uma vez que permite que estes sejam independentes dos adultos. A proposição do banco enquanto mobiliário dos serviços de acolhimento partiu da perspectiva da metodologia montessoriana, segundo a qual as crianças e adolescentes são seres autônomos e capazes. Vê-se que o uso do banco pode ocorrer como suporte para alcançar objetos ou para apoio em atividades de estudo e brincadeiras, além de incentivar o desenvolvimento de atividades

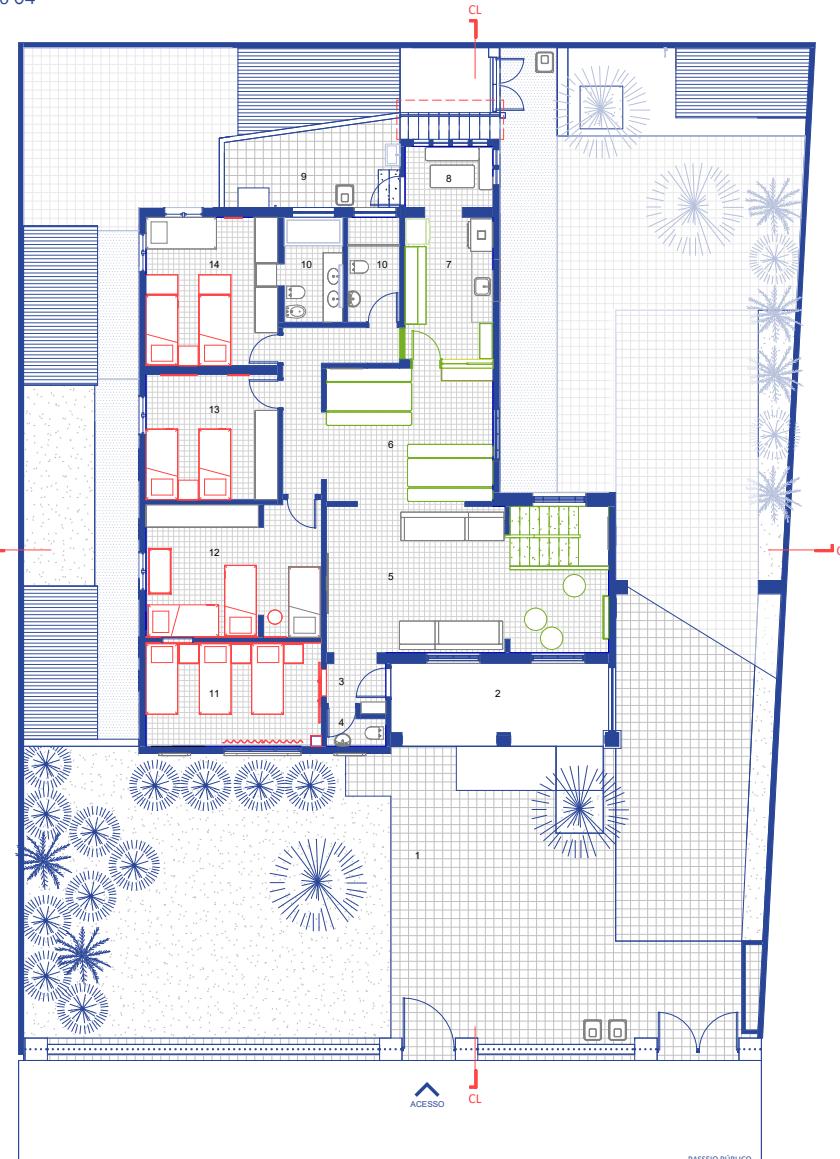
motoras finas e grossas, auxiliando na coordenação e equilíbrio.

Sapateira

A proposição da sapateira surgiu de demandas levantadas pelos próprios moradores, que comentaram que as sapateiras que eles tinham nos quartos haviam quebrado, e, por isso, estavam amontoando os sapatos no chão. A sapateira assume a função de armazenar os calçados, mas também apresenta divisões em diferentes níveis que podem servir para armazenar outros objetos pessoais, apresentando-se como uma extensão do armário, uma estante aberta.

Cama

A cama, por ser o principal elemento de manifestação da individualidade no habitar coletivo, se configura como um espaço onde se abre a possibilidade de os acolhidos exercerem as suas individualidades, onde é possível recolherem-se do acesso aos outros. A cama assume, portanto, um lugar onde é possível regular a privacidade, extrapolando a função de espaço para deitar e dormir, por isso a importância de pensá-la a partir de seu microcosmo, da noção de espaço íntimo envolvente. Em sua concepção foram pensados mecanismos de valorização da prática de intimidade - como cortina, luminária individual e prateleiras. No contexto do acolhimento, em que os quartos são compartilhados, essa mobília é composta muitas vezes pelo beliche, sobretudo devido ao ganho de espaço. Nesse sentido, a proposição de uma cama cujas peças são desmontáveis permite a adaptação da mesma em função do número de acolhidos por quarto, permitindo a criação de um layout flexível - ora composto pela cama individual, ora pelo beliche. Vale destacar que a cama foi pensada a partir de um módulo que abrigasse um colchão de 1,50 x 0,70m (tamanho padrão de colchão juvenil), voltado para crianças até 10 anos, porém, entende-se que o mesmo pode ser adaptado, mantendo a mesma lógica construtiva, para abrigar um colchão de solteiro comum.

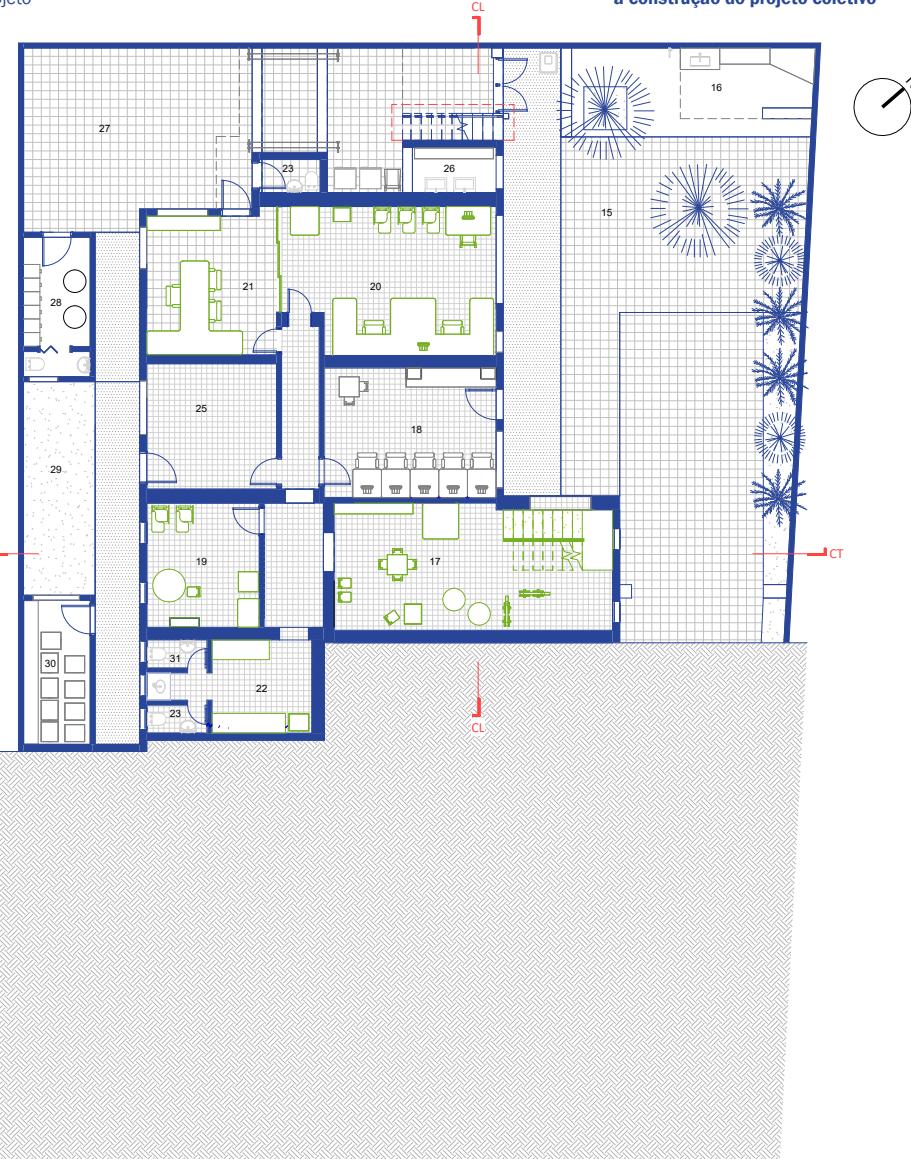


Planta Térreo. Projeto.

- 1 acesso e jardim frontal
 - 2 varanda de entrada
 - 3 hall
 - 4 banheiro dos funcionários
 - 5 sala de estar
 - 6 refeitório
 - 7 cozinha
 - 8 refeitório dos funcionários
 - 9 varanda de serviço
 - 10 banheiro compartilhado (uso dos moradores)
 - 11 quarto azul (meninos adolescentes)
 - 12 quarto rosa (meninas crianças)
 - 13 quarto verde (meninos crianças)
 - 14 quarto laranja (meninas adolescentes)

- alterações primeira fase
- alterações segunda fase

projeto



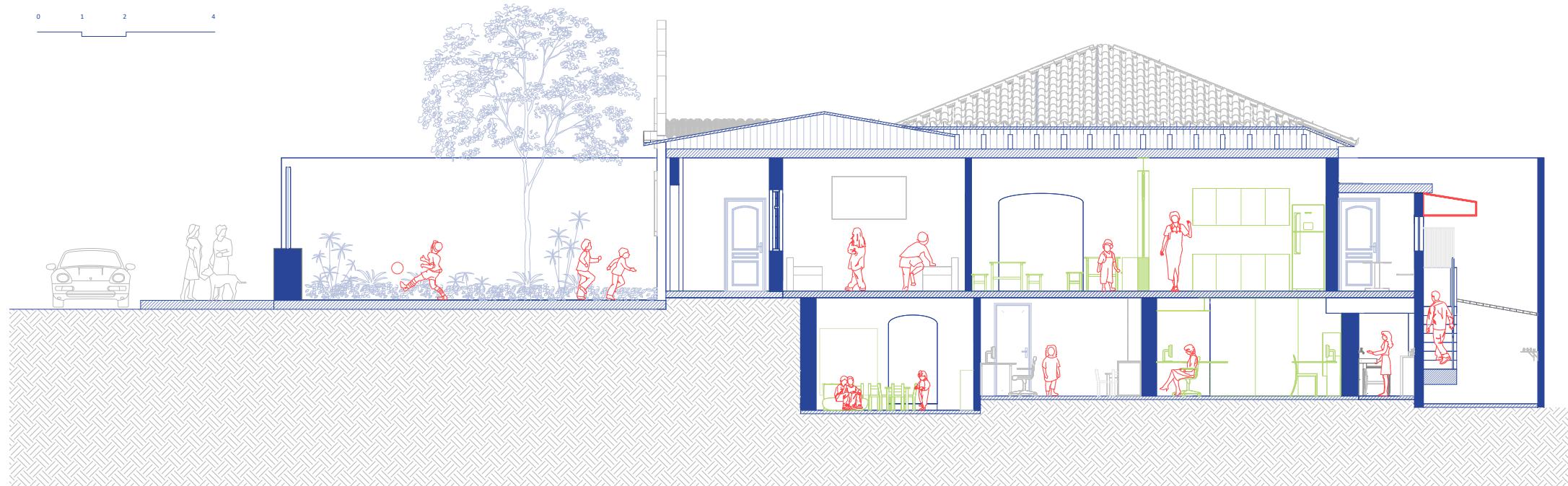
Planta Inferior Projeto

- 15 quintal dos fundos
 - 16 espaço de eventos
 - 17 brinquedoteca
 - 18 sala de informática
 - 19 sala de atendimento psicológico
 - 20 sala da equipe técnica
 - 21 sala da coordenadora
 - 22 sala de armazenamento
 - 23 banheiro de funcionários
 - 24 almoxarifado
 - 25 despesa
 - 26 lavanderia
 - 27 área externa de descanso
 - 28 descanso funcionários
 - 29 canteiro vegetado
 - 30 depósito
 - 31 banheiro compartilhado (uso moradores)

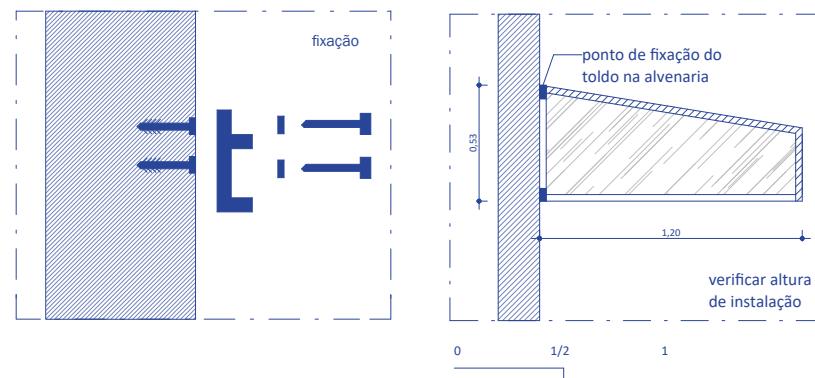
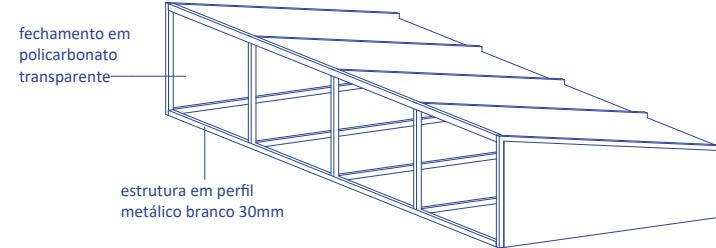
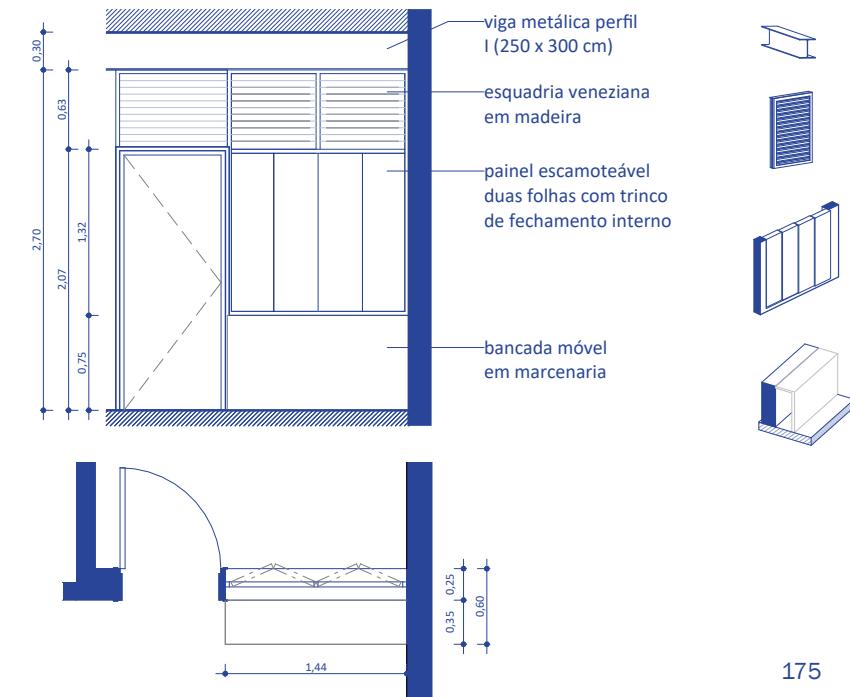
alterações primeira fase

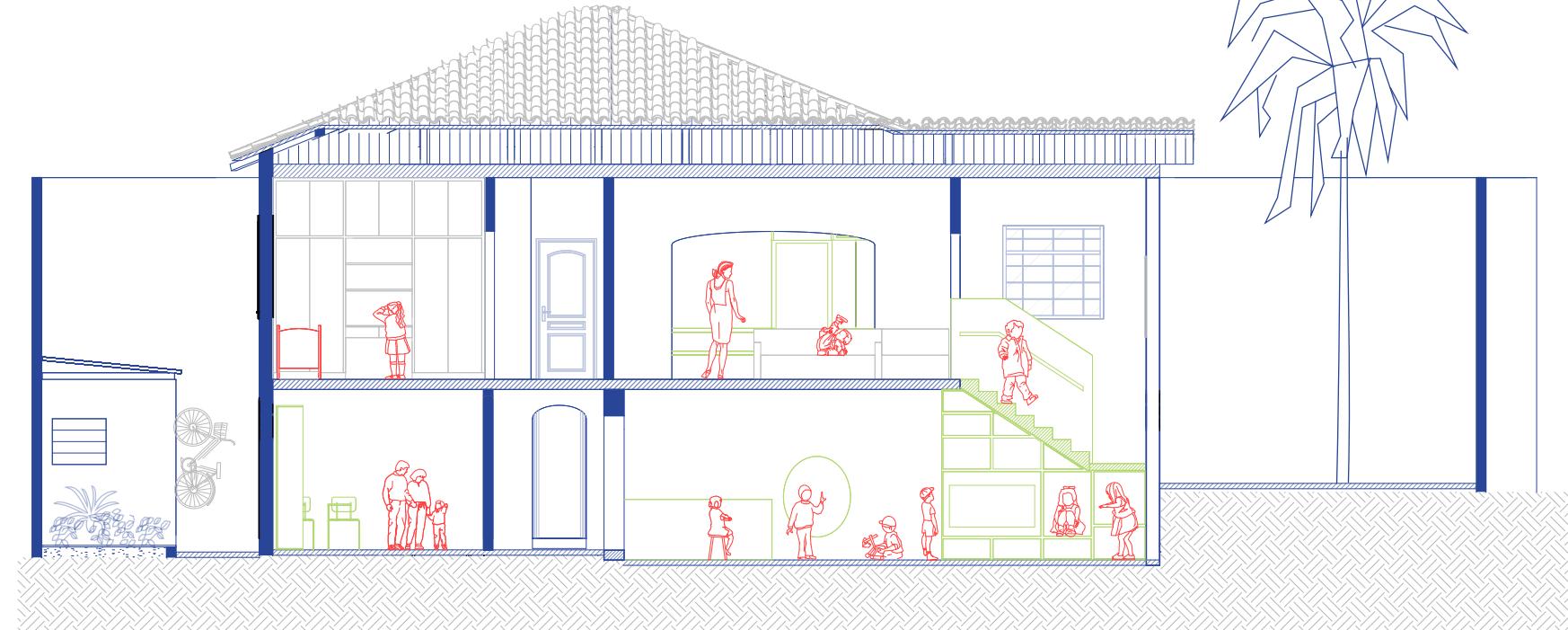
— alterações primeira fase
— alterações segunda fase

0 1 2 4

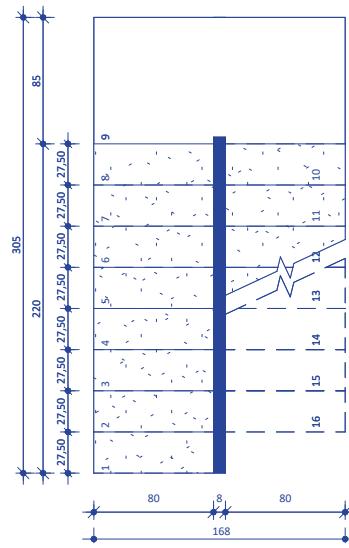


Corte Longitudinal (CL)

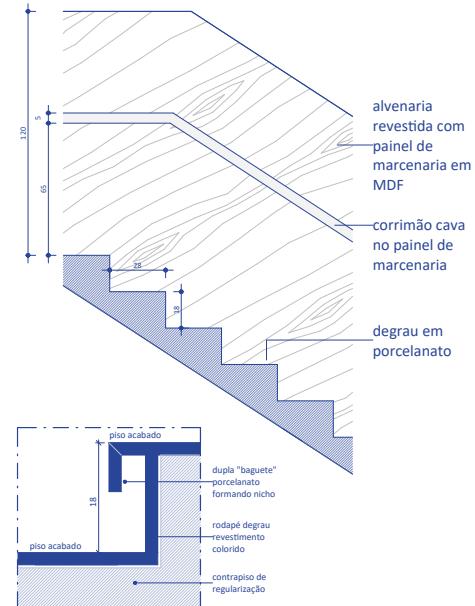
ampliação toldo
escada de serviçomedidas
em mampliação integração
sala - cozinhamedidas
em m



ampliação escada

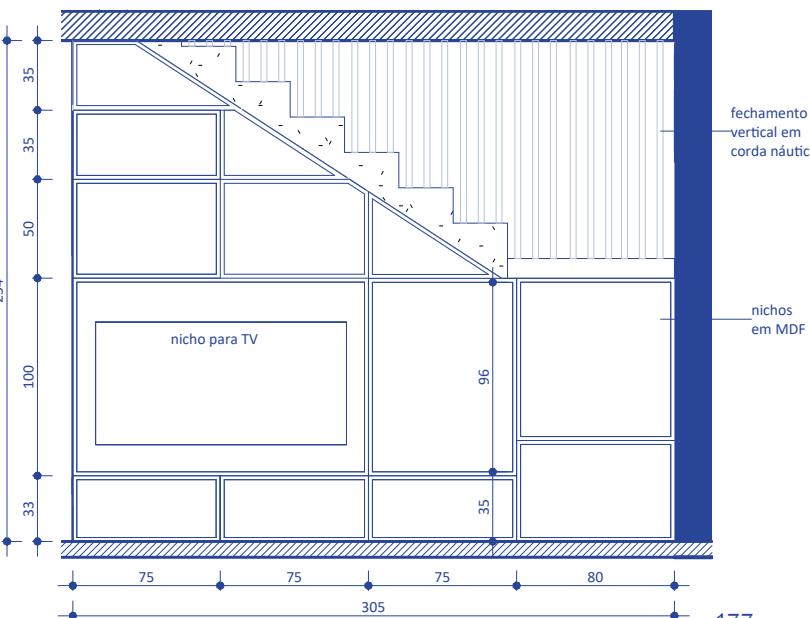
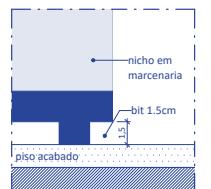


176

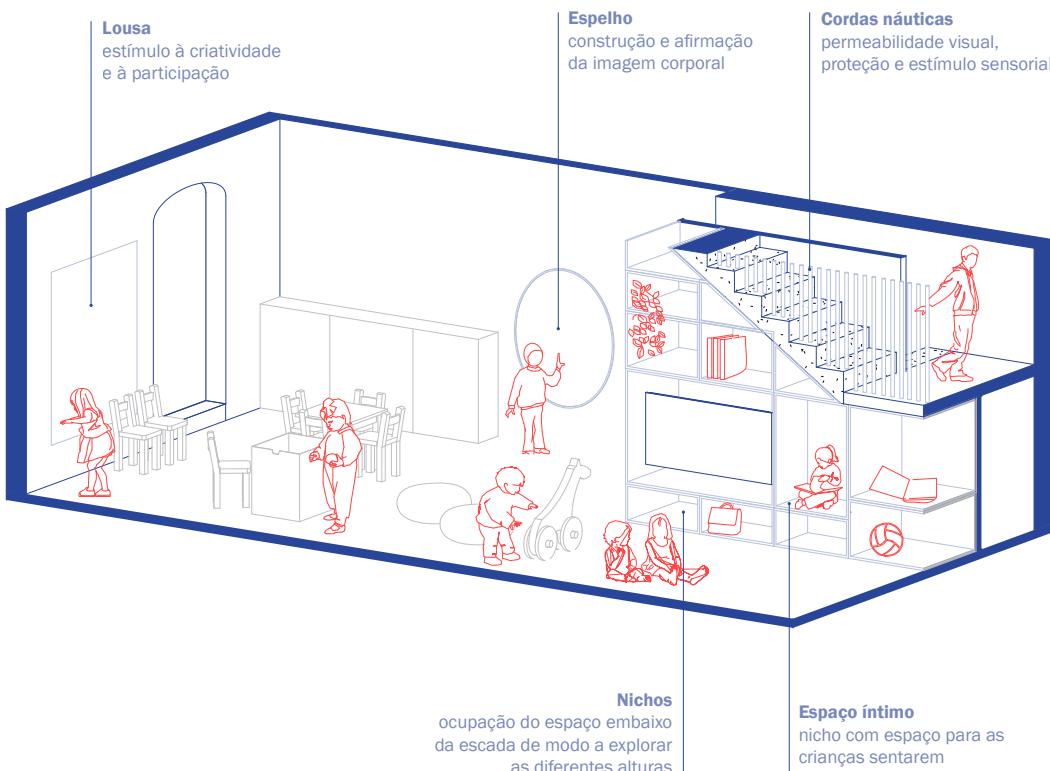


ampliação marcenaria brinquedoteca

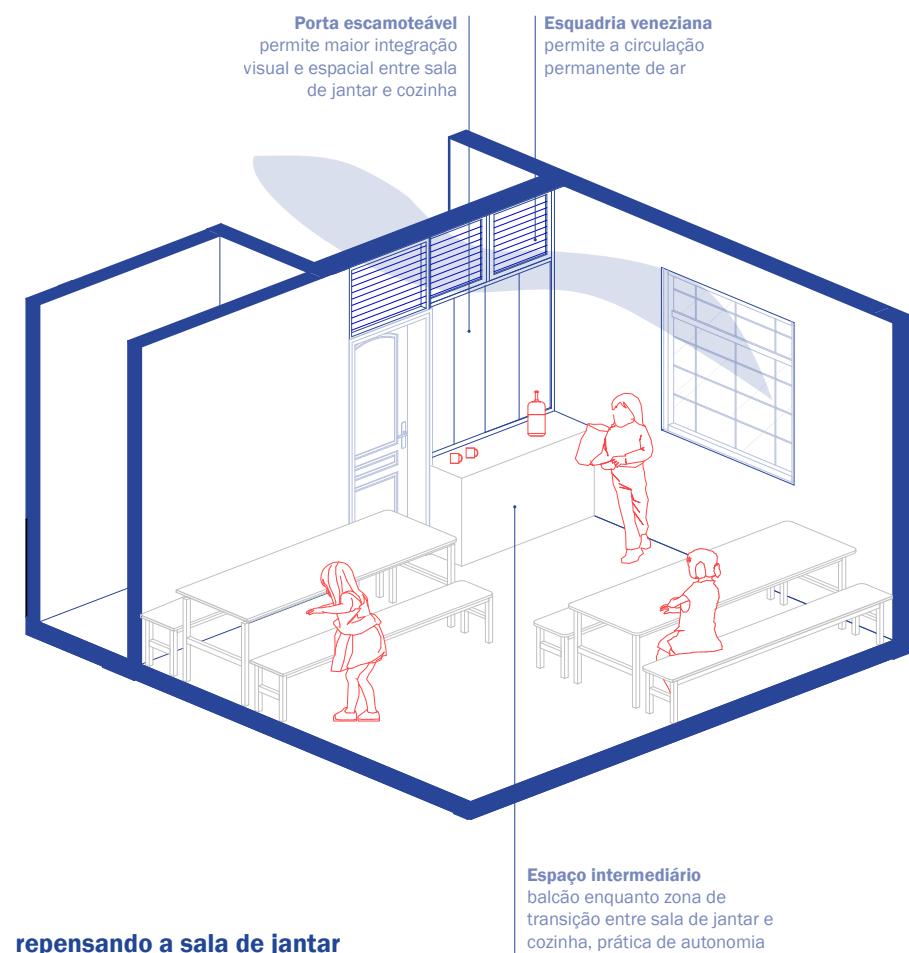
medidas
em cm



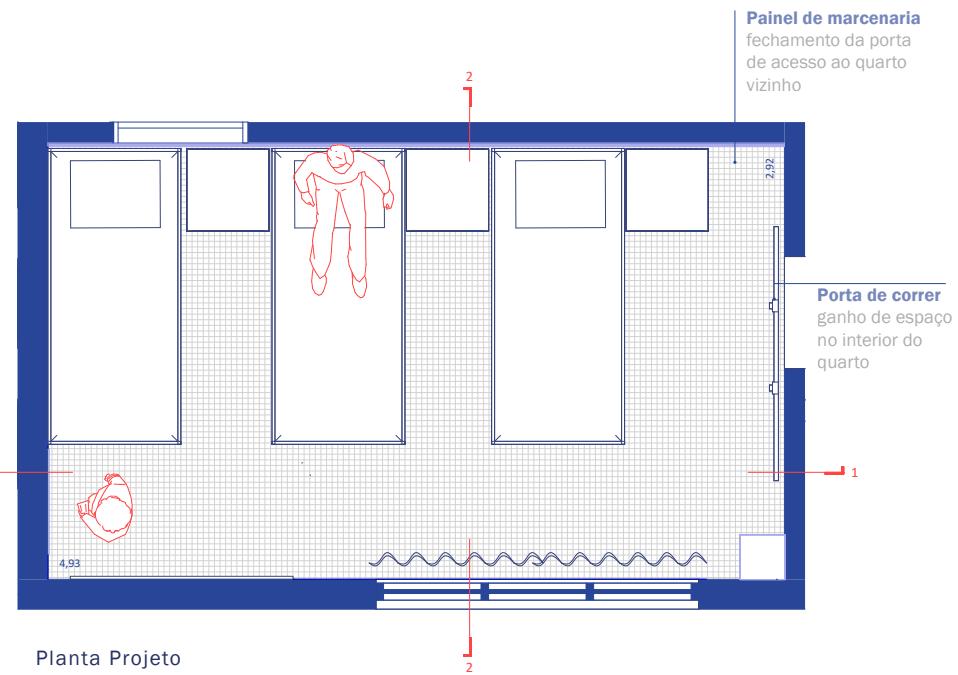
177



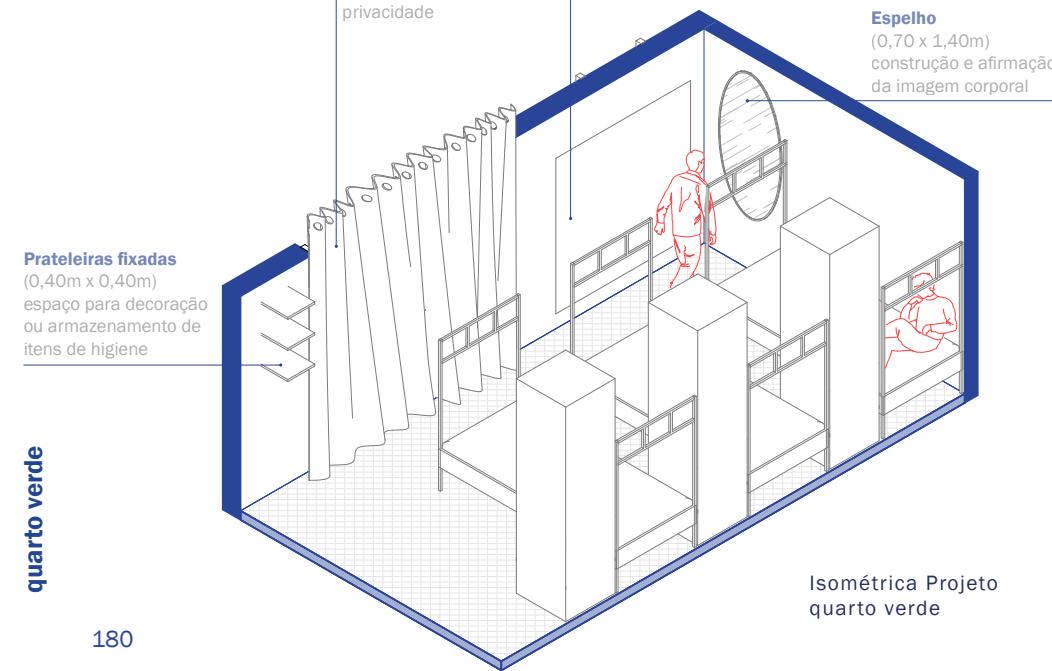
repensando a brinquedoteca



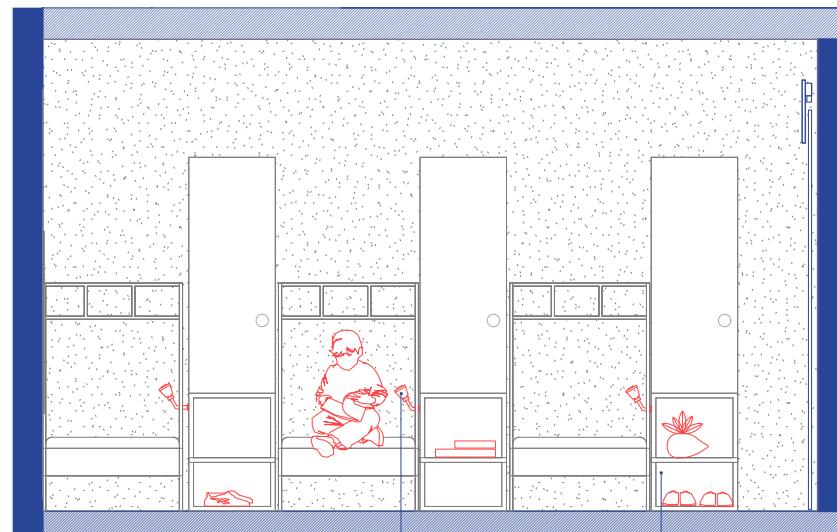
repensando a sala de jantar



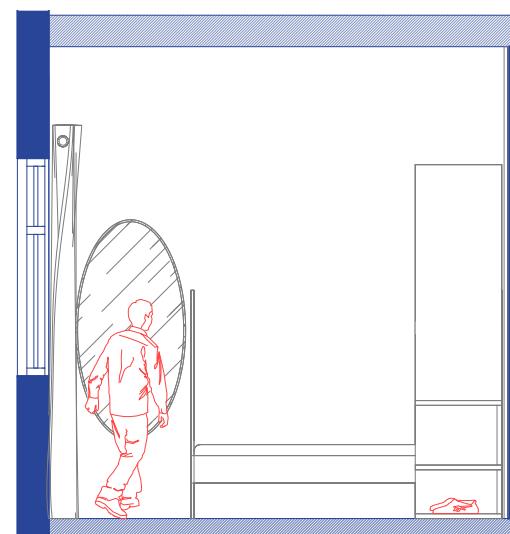
Planta Projeto quarto verde



Isométrica Projeto quarto verde



Corte 01

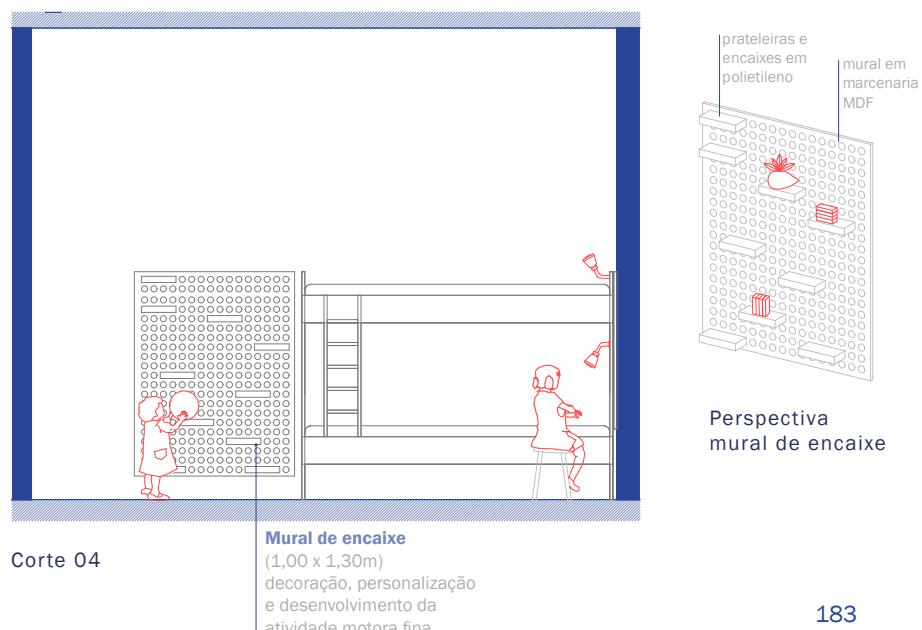
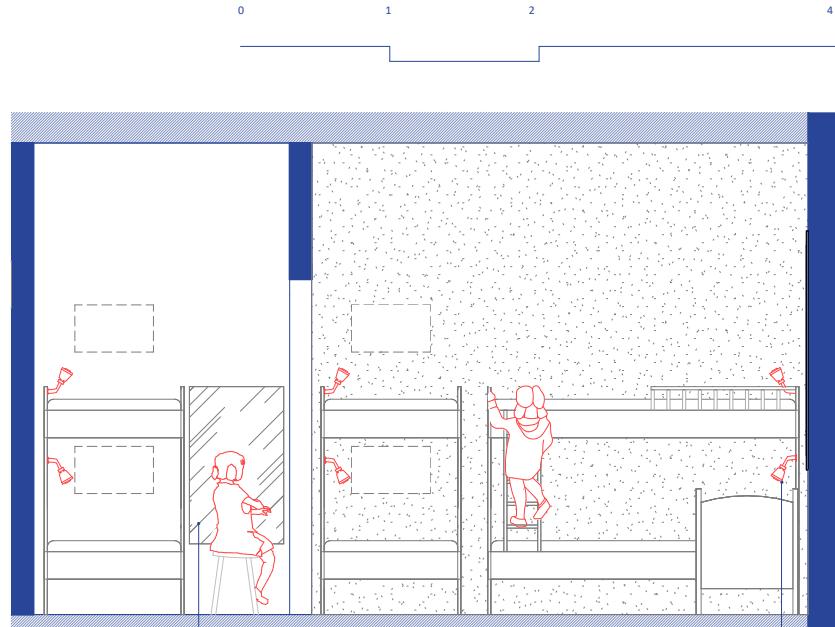
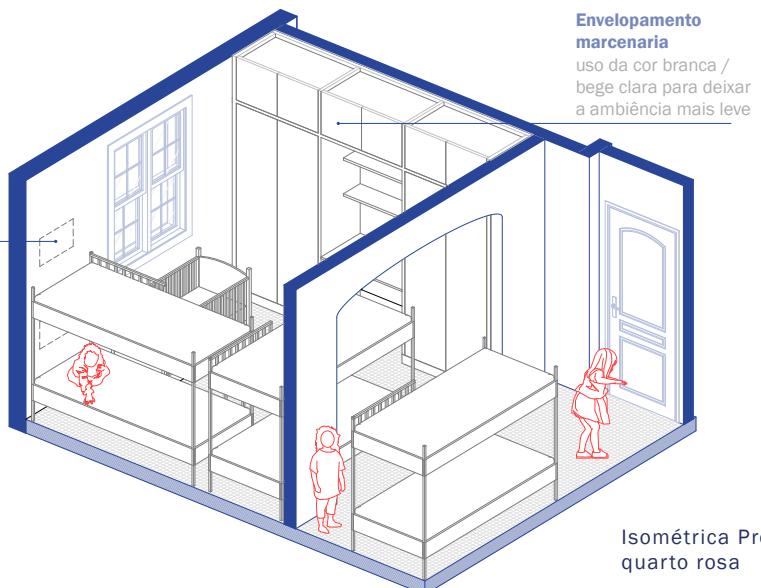


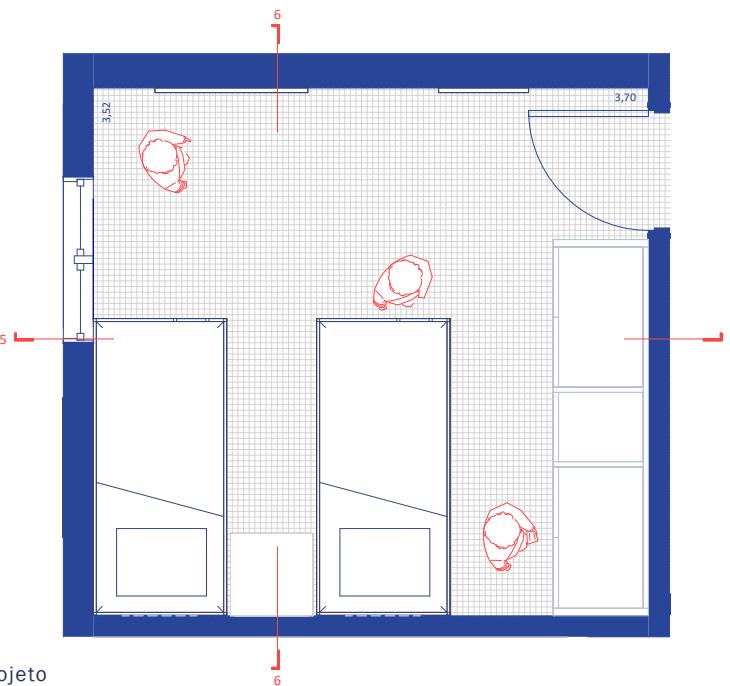
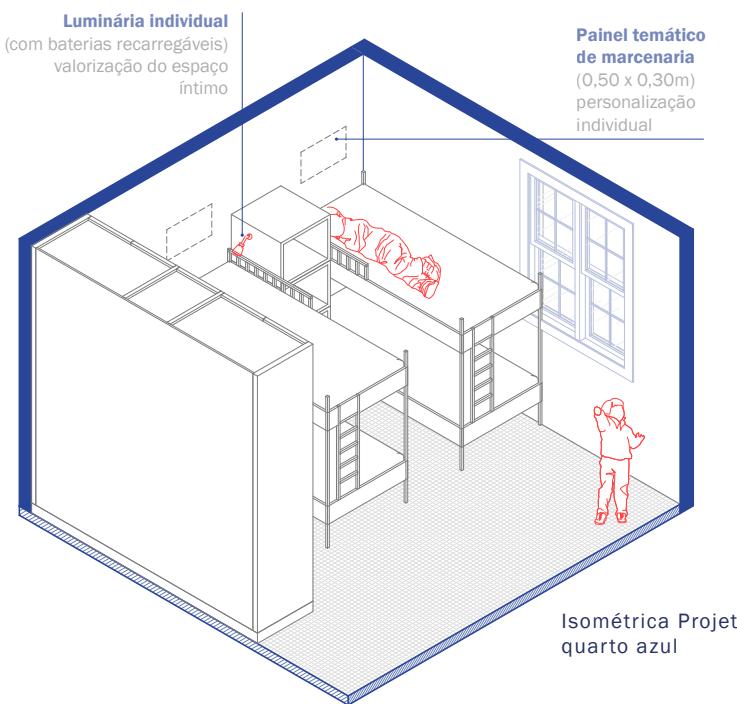
Corte 02



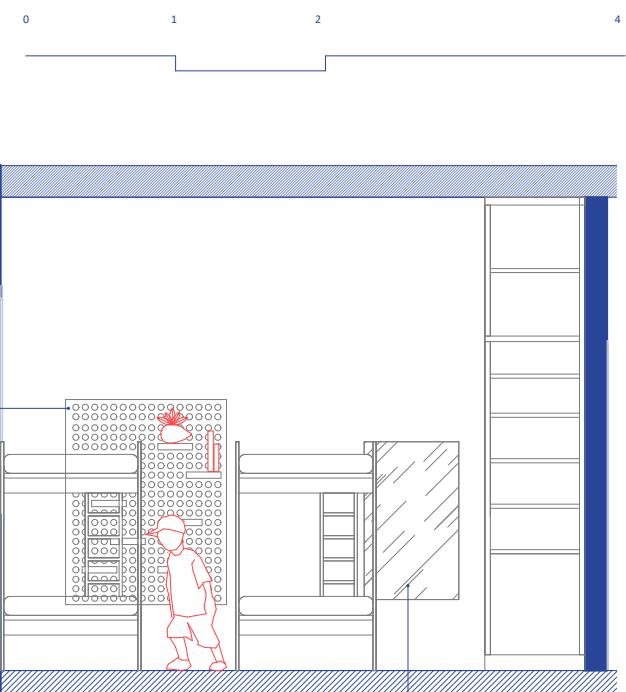
Perspectiva cômoda individual

180



Planta Projeto
quarto azul

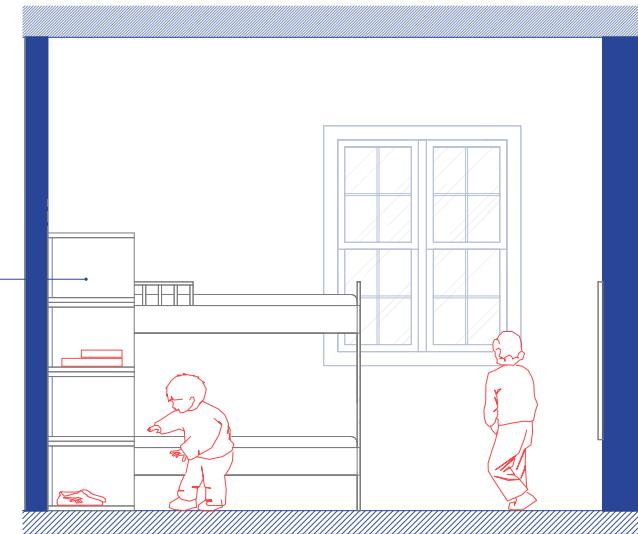
184



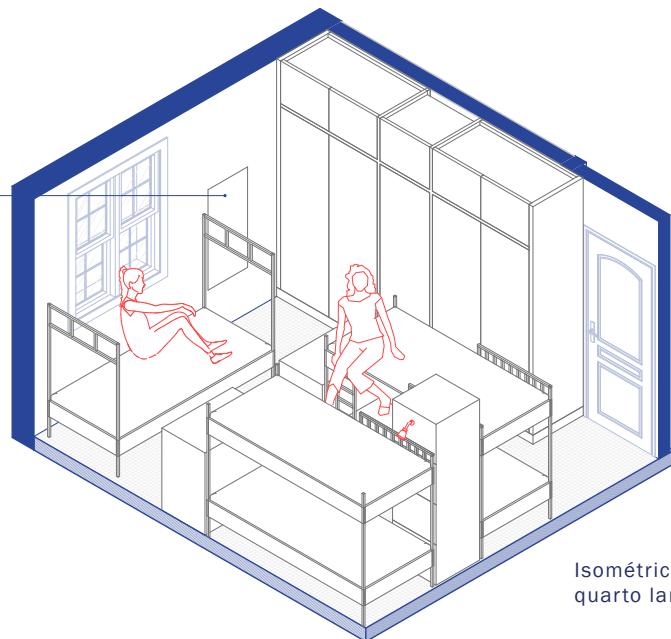
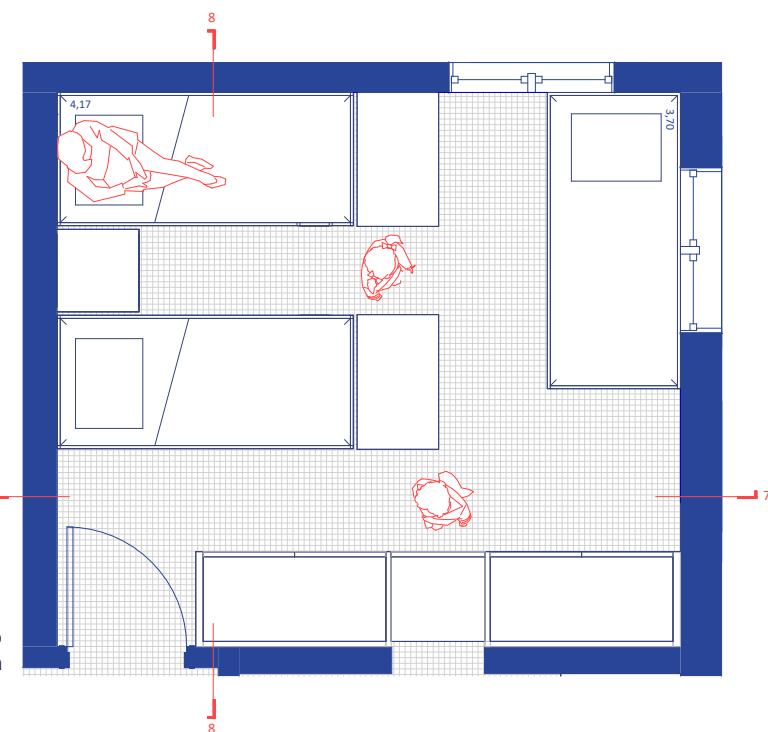
Corte 05

Mural de encaixe
(1,00 x 1,30m)
decoração,
personalização e
desenvolvimento da
atividade motora fina

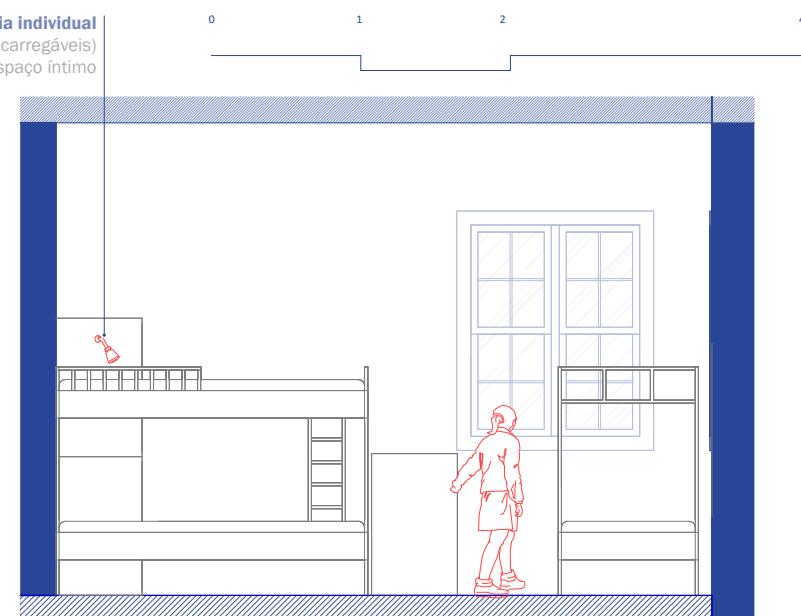
Corte 06



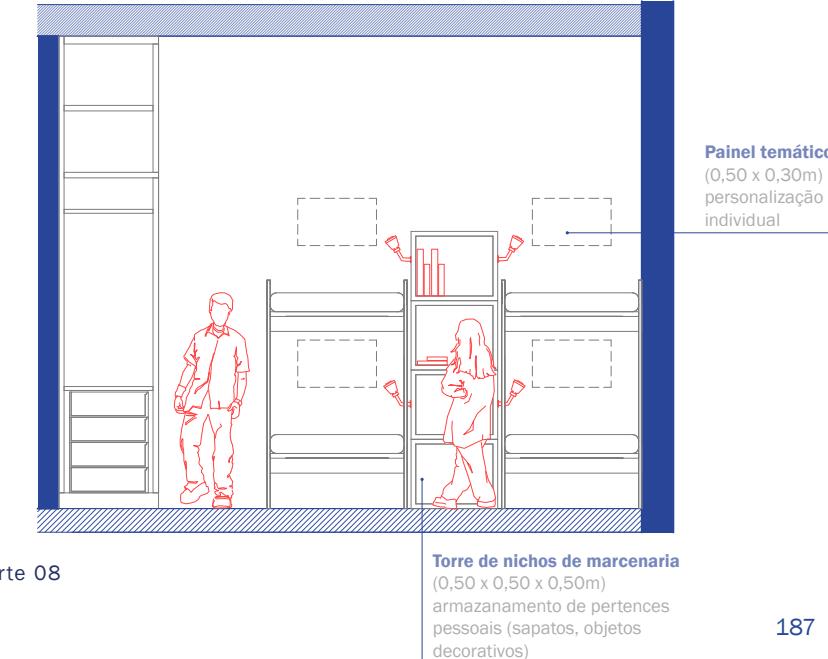
185



Luminária individual
(com baterias recarregáveis)
valorização do espaço íntimo

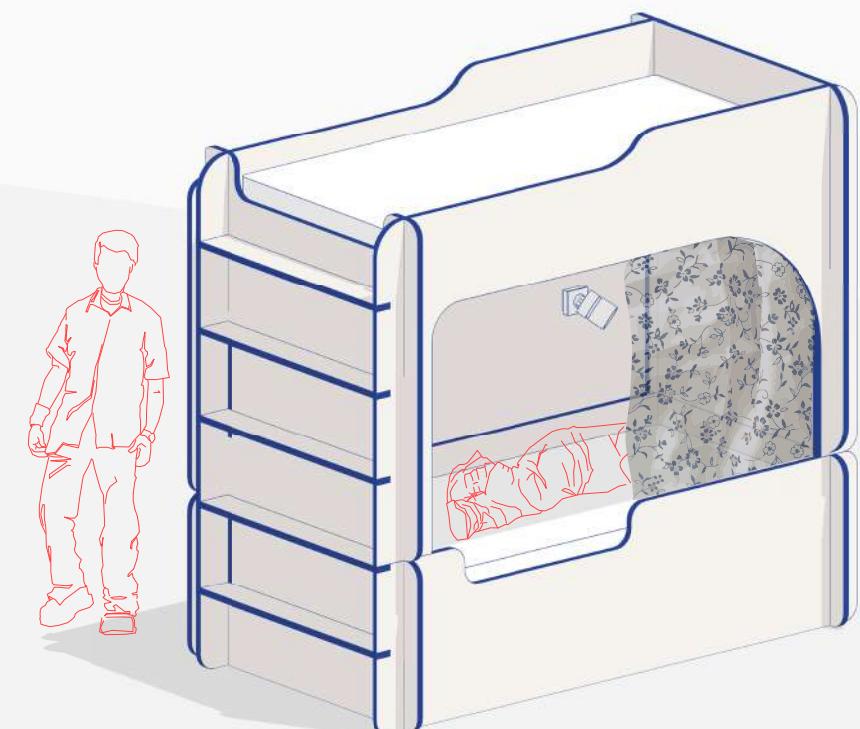


0 1 2 4



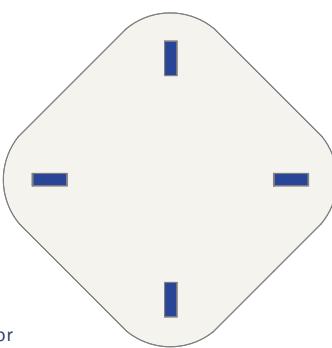


mobiliários

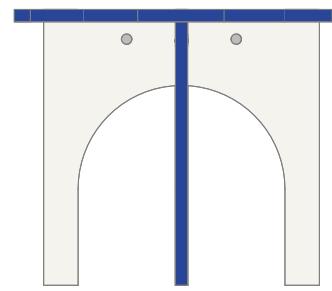




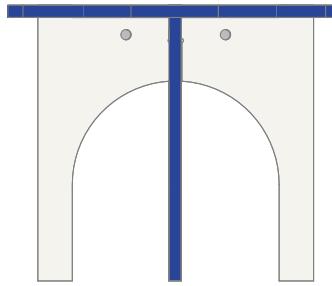
Perspectiva banco



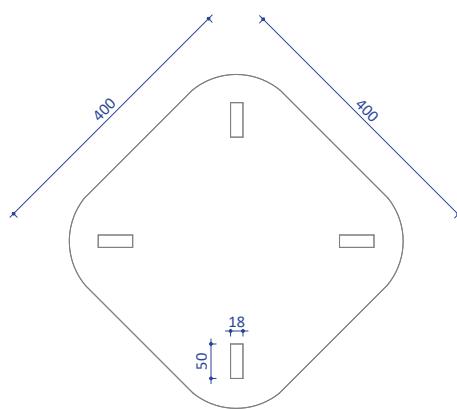
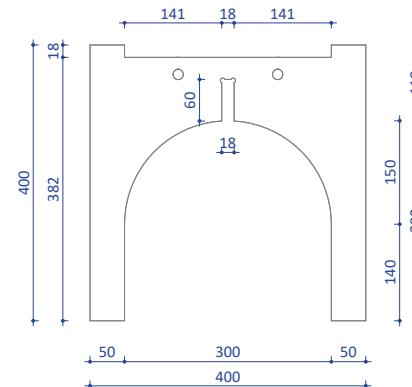
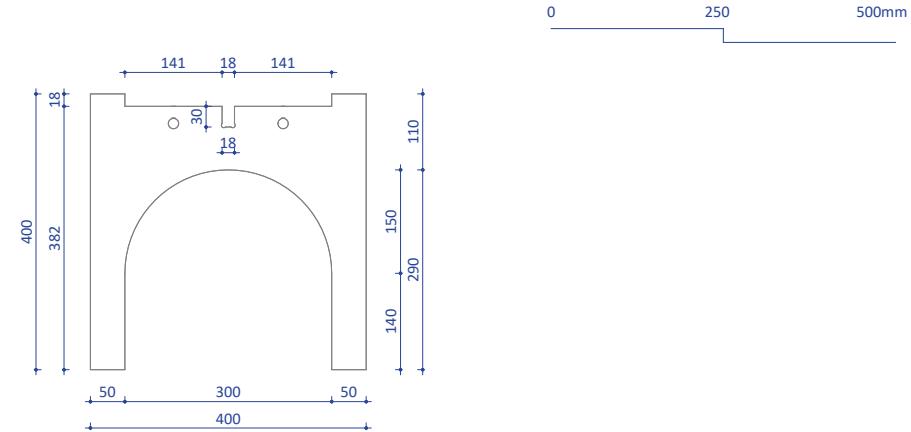
Vista Lateral banco



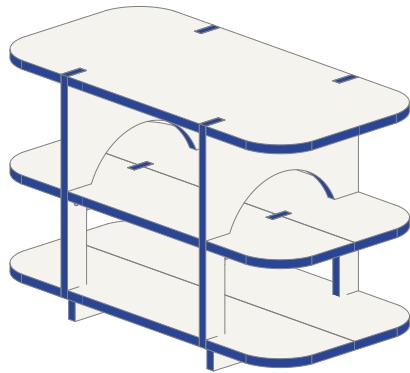
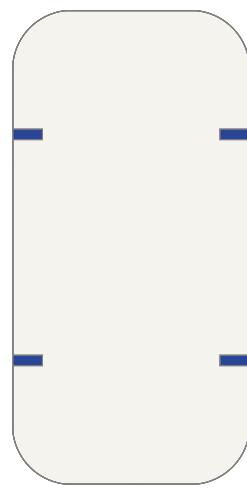
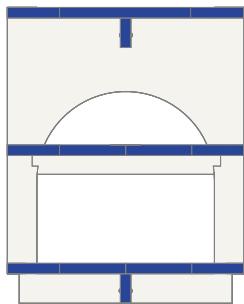
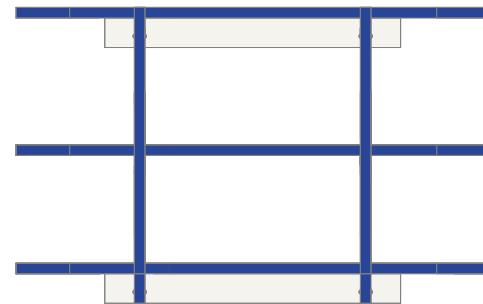
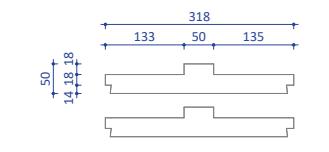
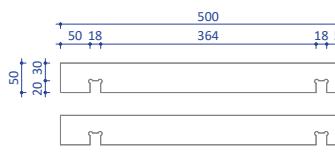
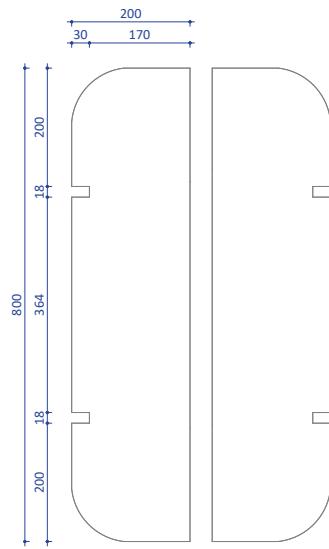
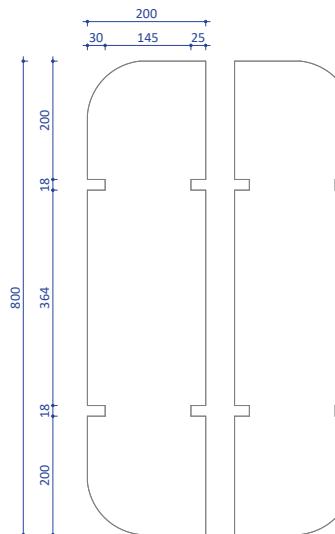
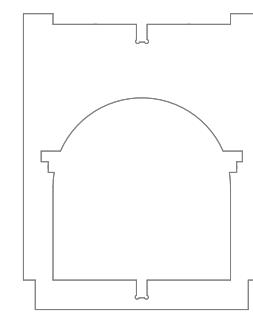
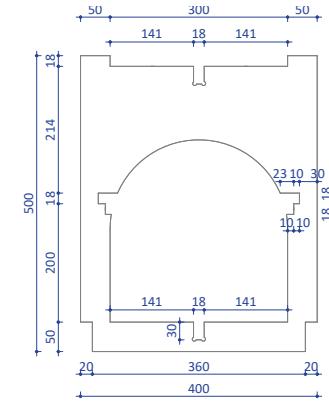
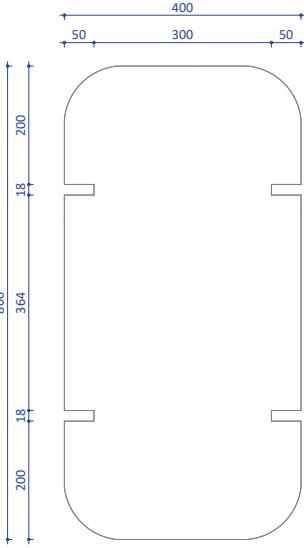
Vista Frontal banco



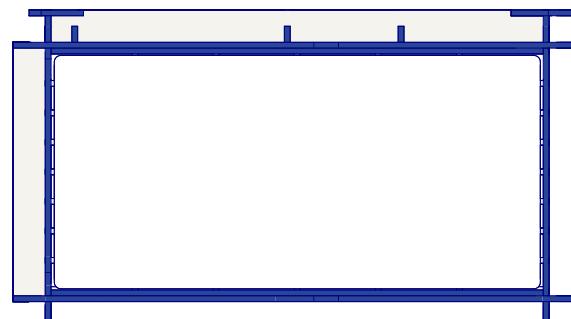
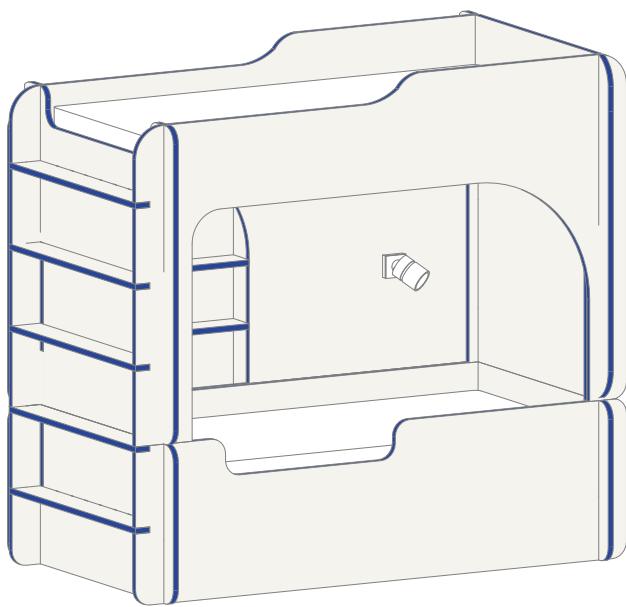
hanco



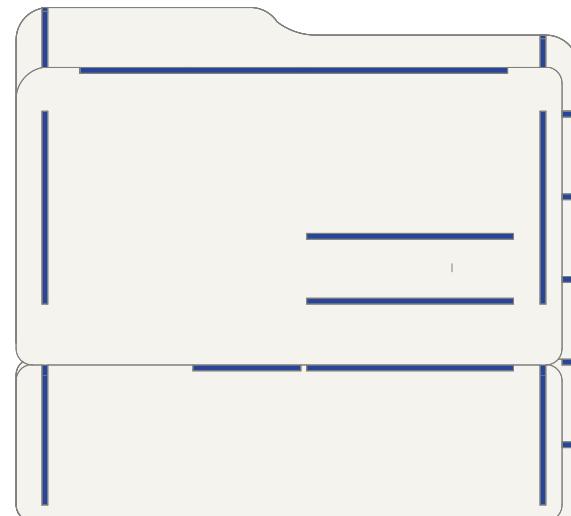
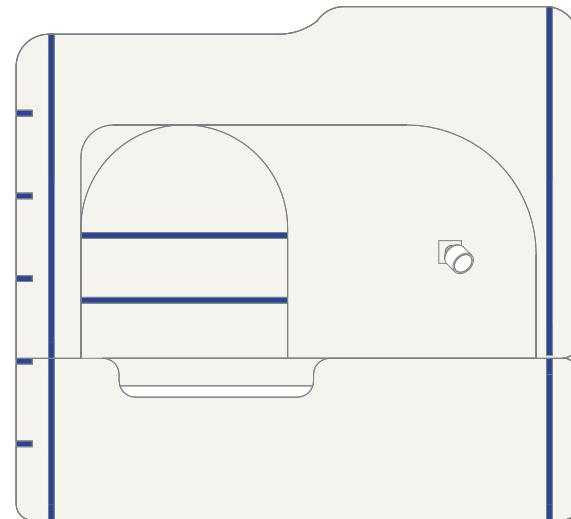
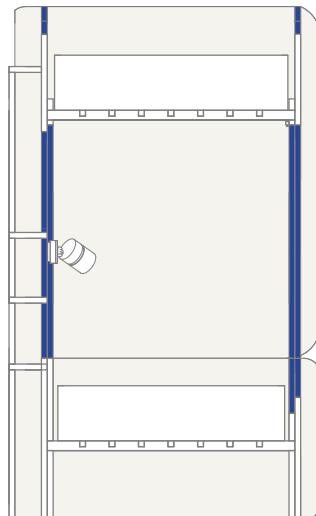
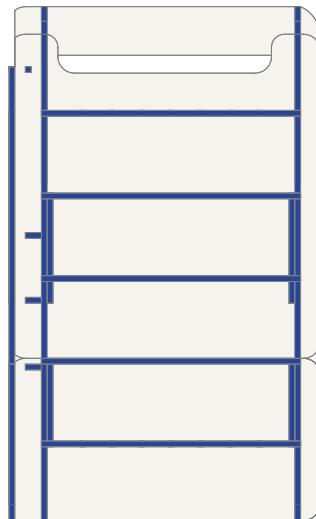
Plano de Corte bancos

Perspectiva
sapateiraVista Superior
sapateiraVista Lateral
sapateiraVista Frontal
sapateiraPlano de Corte
sapateira

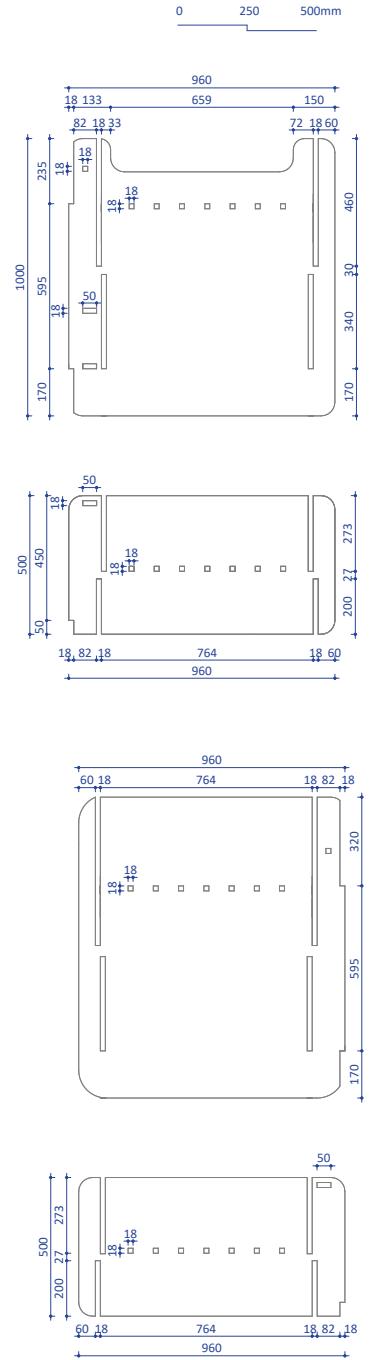
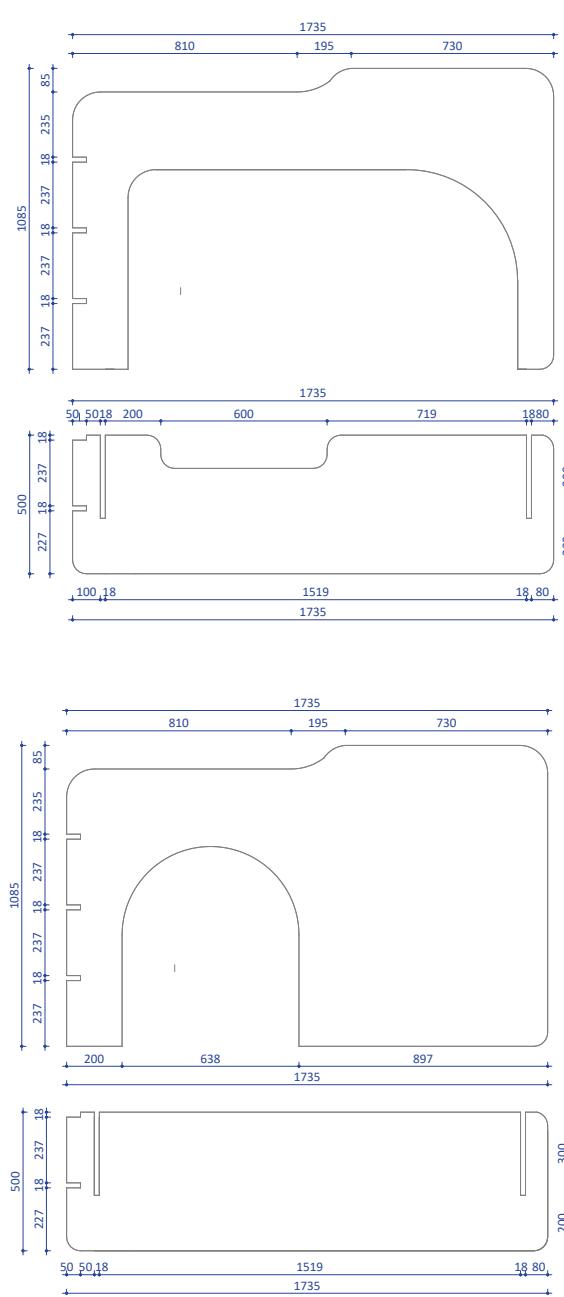
0 250 500mm



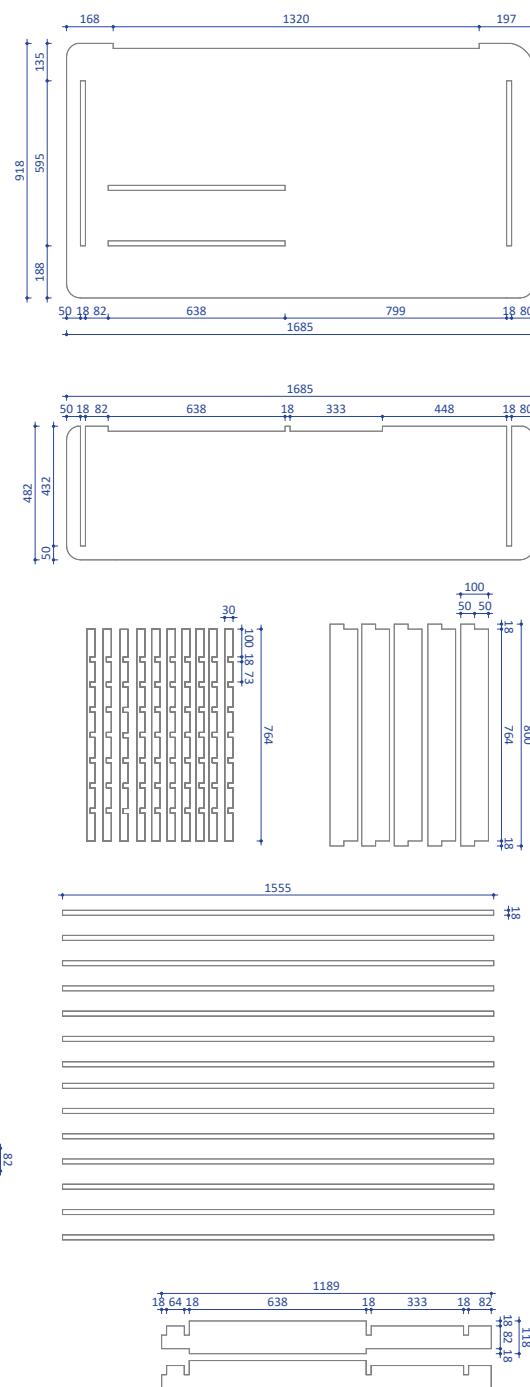
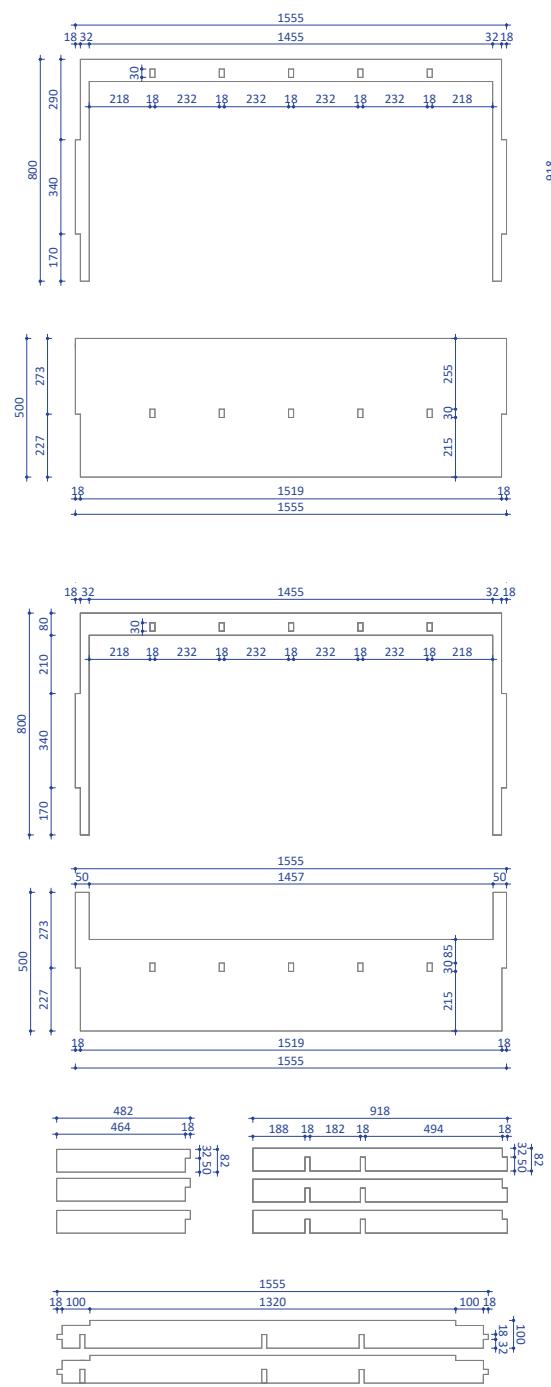
cama



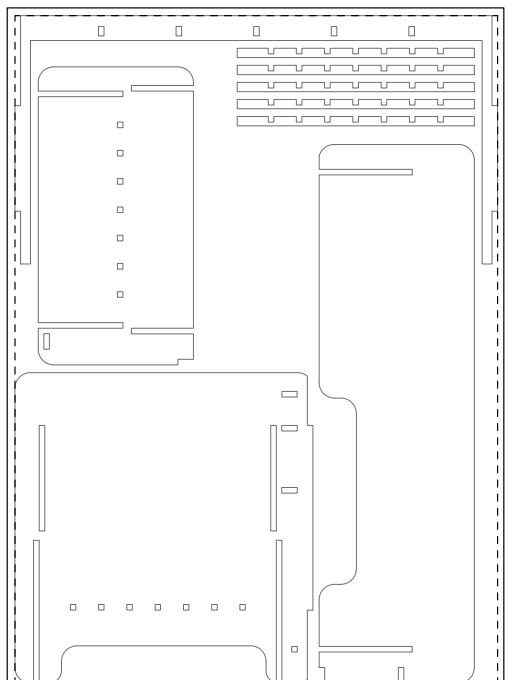
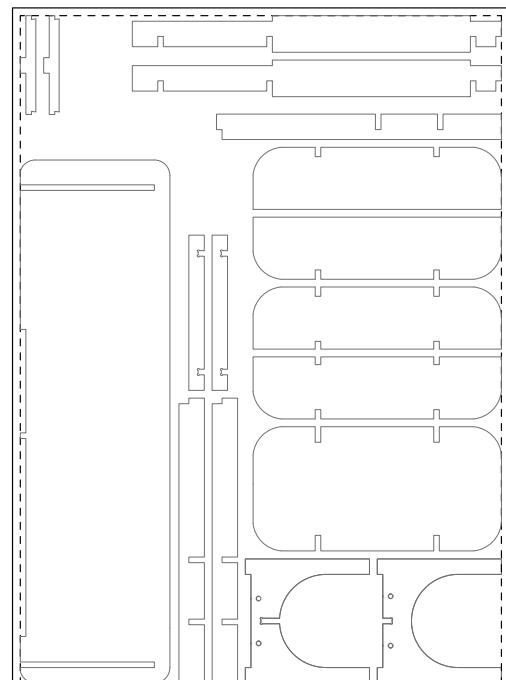
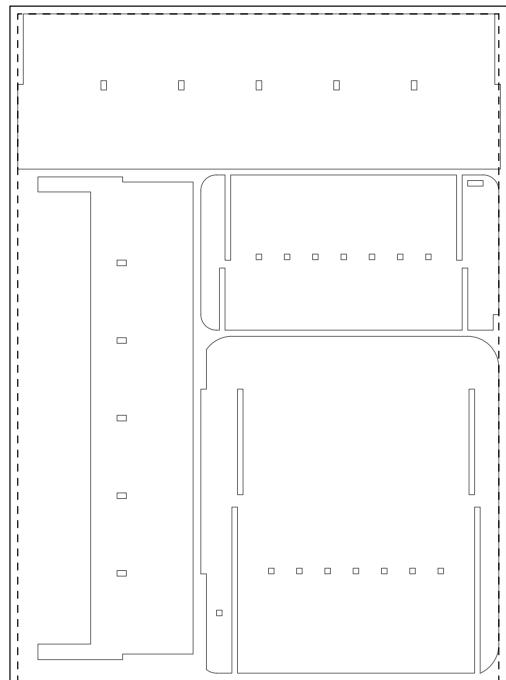
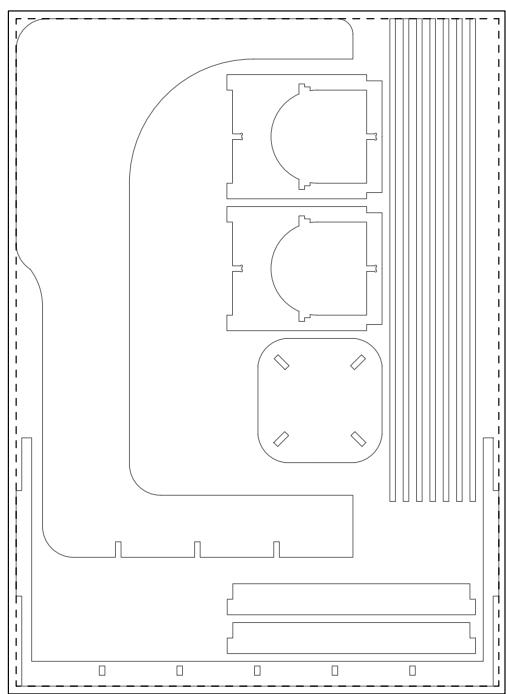
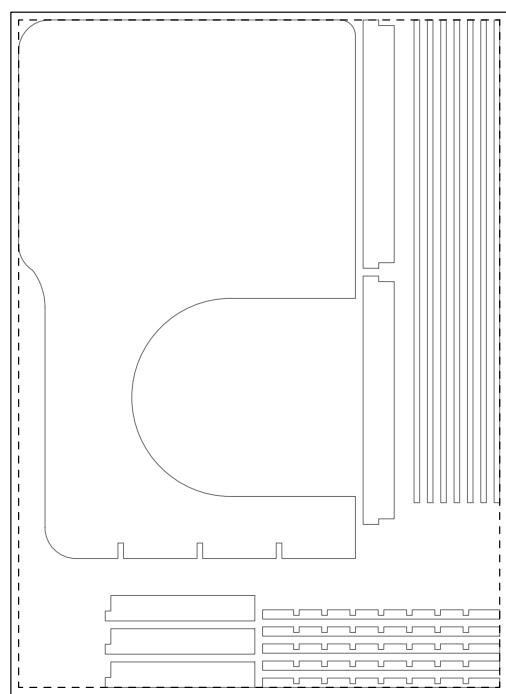
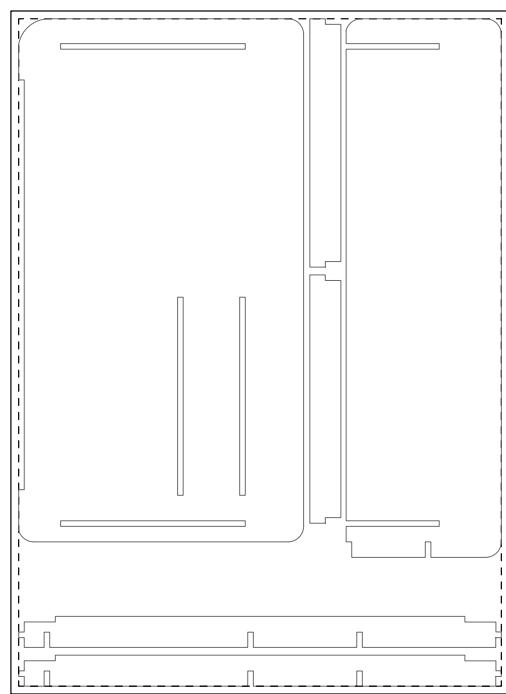
Piano de Corte
cama beliche



projeto



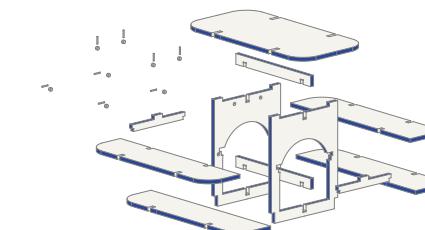
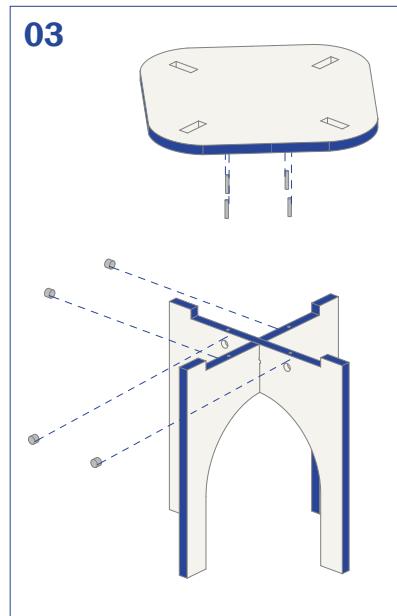
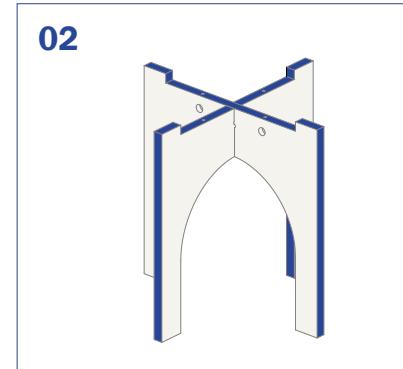
Aproveitamento das
chapas de compensado
2200 x 1600 x 18 mm





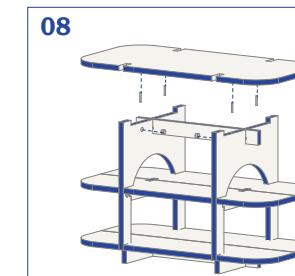
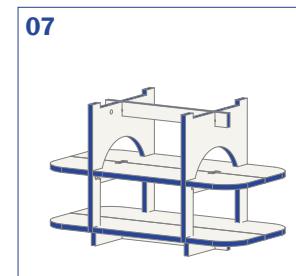
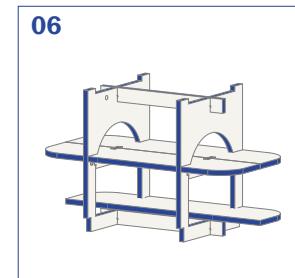
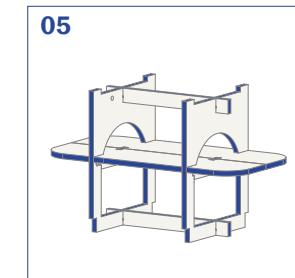
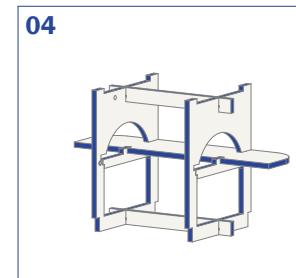
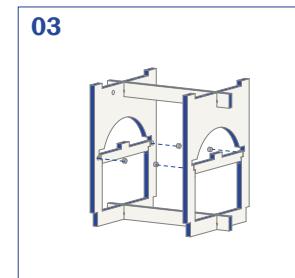
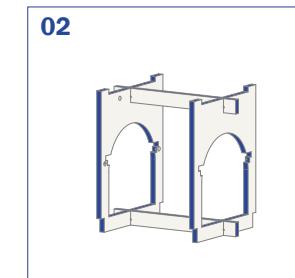
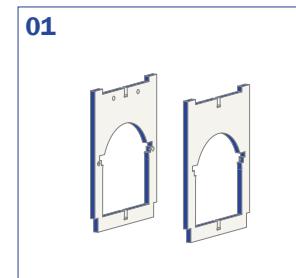
montagem | banco

01 Identifique a peça base e coloque-a sobre uma superfície. **02** Posicione as peças perpendicularmente entre si, de modo que os encaixes fiquem alinhados no eixo vertical. Deslize o montante superior sobre o inferior para que os encaixes sejam sobrepostos. **03** Insira o dispositivo de montagem - minifix - inserindo o tambor na base do banco e os pinos no assento. Lembre-se de instalar o tambor com a abertura virada para o topo da peça. **04** Encaixe o tampo sobre o conjunto e, com a ajuda de uma chave Philips, aperte o tambor no sentido horário, finalizando a montagem.



montagem | sapateira

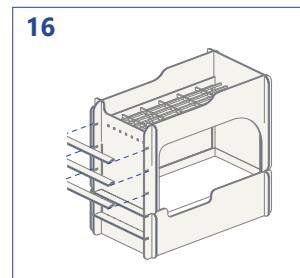
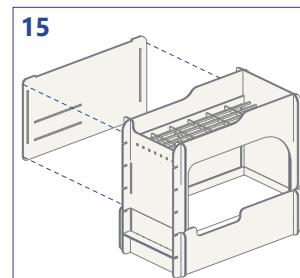
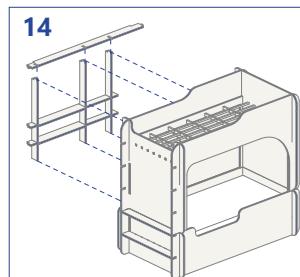
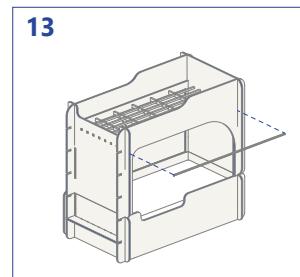
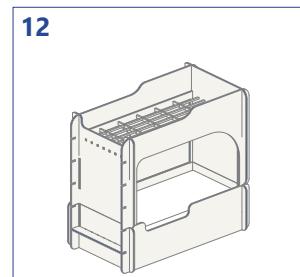
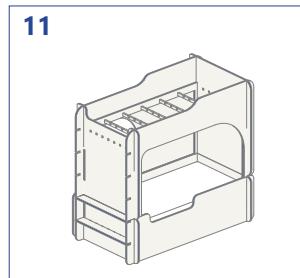
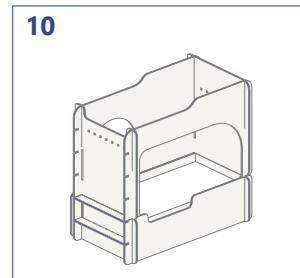
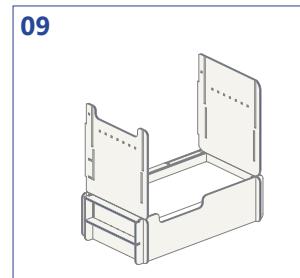
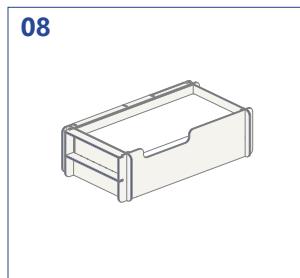
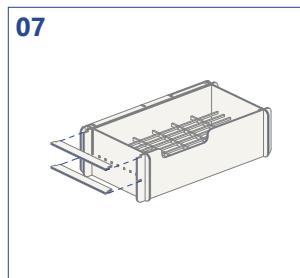
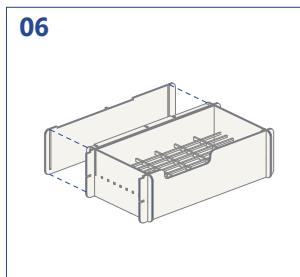
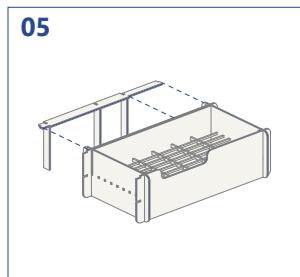
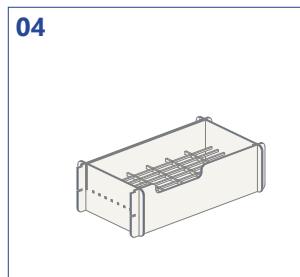
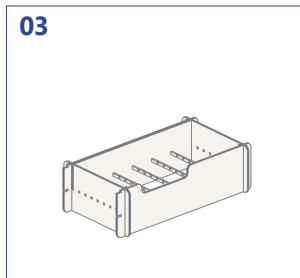
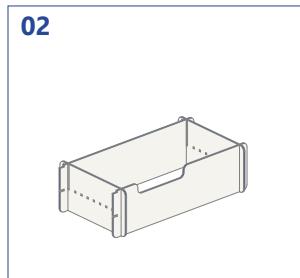
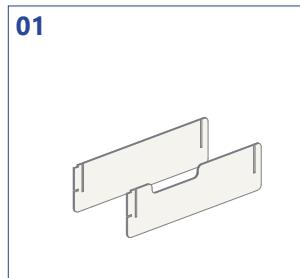
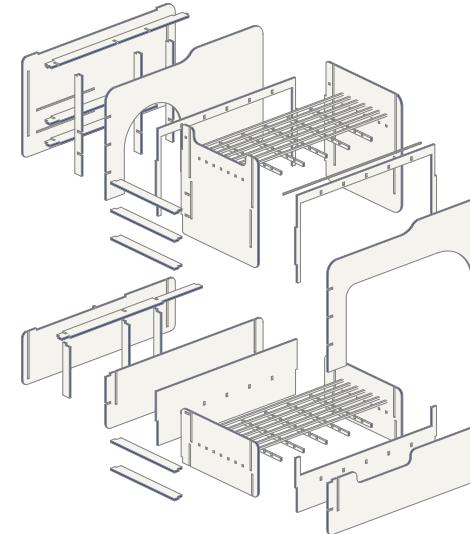
01 Identifique as peças de apoio e coloque-as sobre uma superfície. **02** Posicione as peças de travamento perpendicularmente às peças de apoio, de modo que os encaixes fiquem alinhados no eixo vertical. Deslize os montantes superiores sobre os inferiores para que os encaixes sejam sobrepostos. **03** Insira os travamentos transversais e prenda-os com o dispositivo de montagem - minifix - inserindo o tambor nas peças de apoio e os pinos nas peças de travamento. Lembre-se de instalar o tambor com a abertura virada para o topo da peça. Após encaixado, utilize uma chave Philips e aperte o tambor no sentido horário. **04 ao 07** Encaixe os tampos intermediários nos seus respectivos lugares. **08** Insira o dispositivo de montagem - minifix -, colocando o tambor na peça de apoio e os pinos no tampo superior. **09** Encaixe o tampo superior sobre o conjunto e, com a ajuda de uma chave Philips, aperte o tambor no sentido horário, finalizando a montagem.

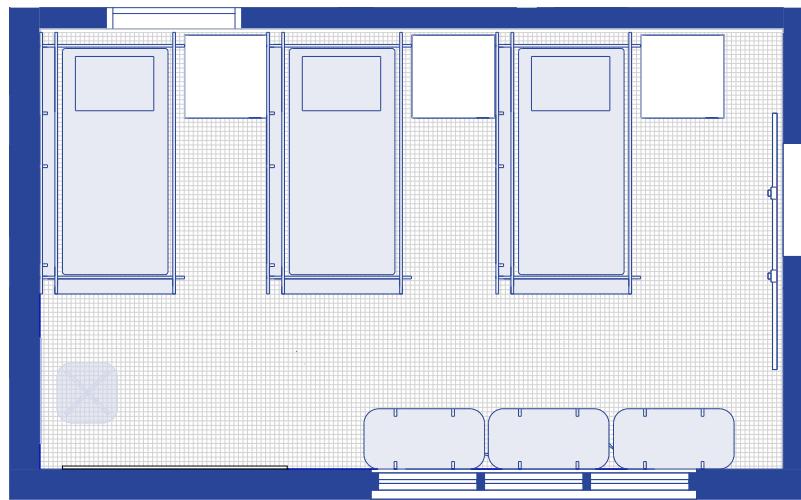


montagem | cama

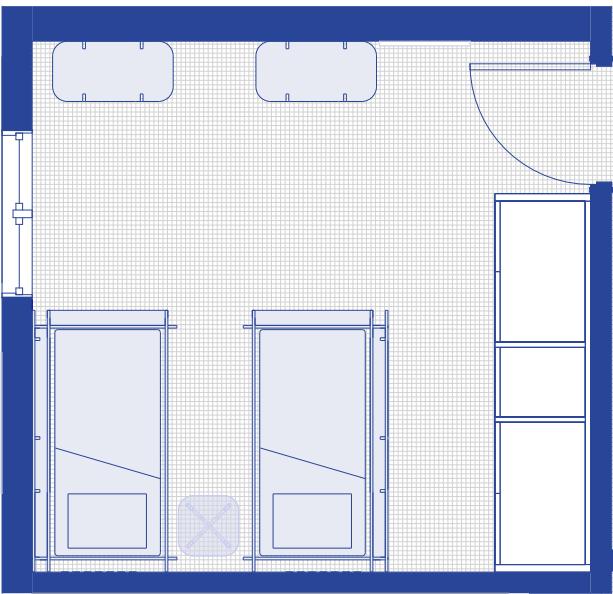
01 Identifique as peças base - longitudinais - e coloque-as paralelamente sobre uma superfície. **02** Posicione as peças transversais perpendicularmente às peças base, de modo que os encaixes fiquem alinhados no eixo vertical. Deslize os montantes superiores sobre os inferiores para que os encaixes sejam sobrepostos. **03** Insira os planos de encaixe do estrado, alinhando-o com a estrutura previamente montada. Encaixe as peças transversais do estrado. **04** Encaixe as peças longitudinais do estrado. **05** Posicione os montantes verticais e o montante horizontal na face oposta à entrada da cama e encaixe-os na estrutura montada. **06** Encaixe o fechamento posterior com o auxílio dos dispositivos de montagem - minifix. **07** Insira os montantes horizontais na base da cama. **08** Coloque o colchão, finalizando a montagem da cama individual.

09 Encaixe as peças laterais - transversais - na estrutura existente com o auxílio dos dispositivos de montagem - minifix. **10** Posicione as peças frontal e posterior - longitudinais -, fixando-as com minifix. **11** Insira o plano de encaixe do estrado, alinhando-o com a estrutura previamente montada. Encaixe as peças transversais do estrado. **12** Encaixe as peças longitudinais do estrado. **13** Instale o trilho metálico para cortina. **14** Posicione os montantes verticais e os montantes horizontais para a montagem da prateleira interna e encaixe-os na estrutura montada. **15** Encaixe o fechamento posterior superior com o auxílio de minifix. **16** Insira os montantes horizontais na lateral da cama, finalizando a estrutura da escada. **17** Coloque o colchão superior, finalizando a montagem do beliche.

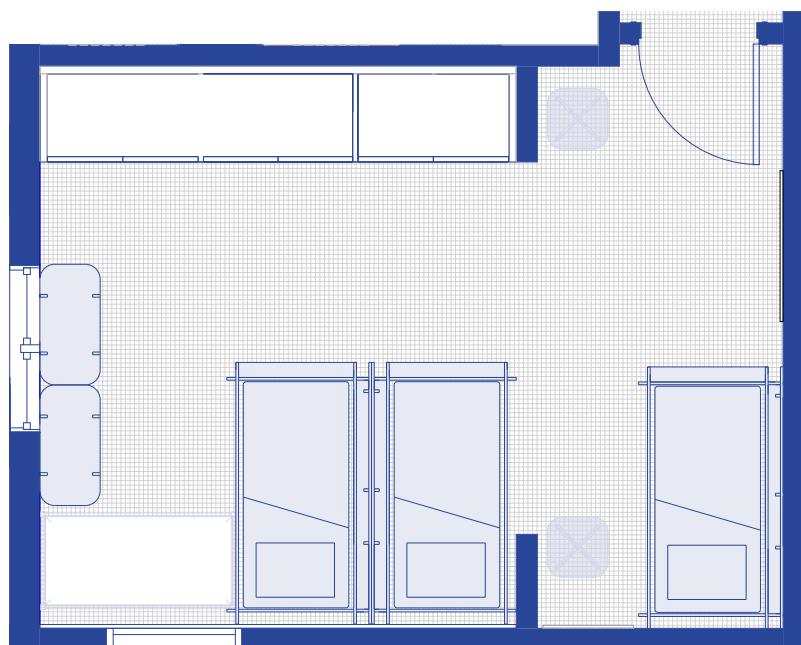




Planta Layout
quarto verde

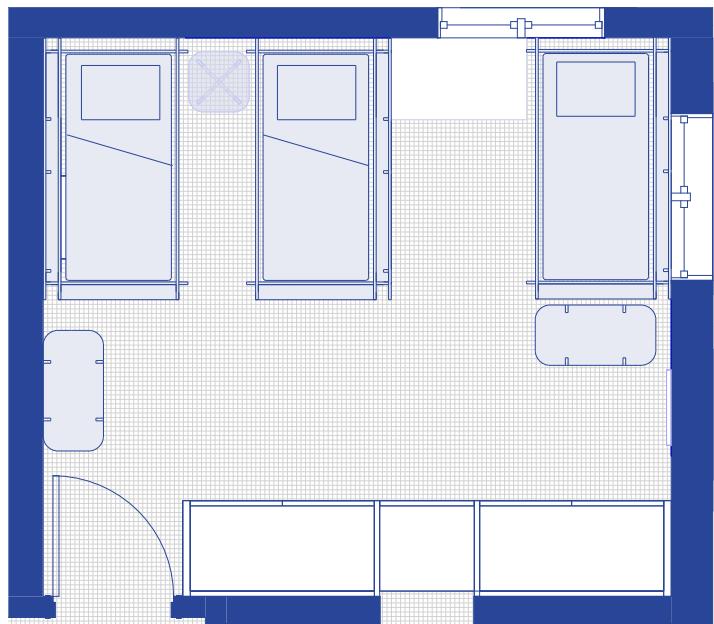


Planta Layout
quarto azul



Planta Layout
quarto rosa

layout mobiliários



Planta Layout
quarto laranja

Considerações finais

As discussões acerca do habitar são amplas e bastante diversas, porém, quando voltadas para o habitar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social percebe-se que há poucos estudos realizados que discutem este tema sob a perspectiva espacial. Nesse sentido, o presente trabalho buscou colaborar para o avanço do estudo do acolhimento no Brasil, a fim de inserir o debate da arquitetura dentro da temática da política de assistência social no município de São Paulo, de modo a expressar a relevância política e social deste debate. Reconheço que esse trabalho faz parte de uma linha de pesquisa que busca dar sustentação para que os projetos de acolhimento à vulnerabilidade atendam aos seus objetivos de garantia dos direitos das crianças e adolescentes e colaborem para a implementação de projetos que auxiliem os acolhidos a lidarem com o desamparo, que transborda e silencia.

Foi o exercício prático do projeto e as trocas realizadas nas visitas de campo a força motriz do presente trabalho e a teoria apareceu enquanto apoio teórico. A metodologia de realização de conversas individuais e rodas de conversa foi essencial para coletar as percepções dos funcionários e dos moradores da *Inst. e*, assim, construir a narrativa-memória capaz de mergulhar na experiência individual e coletiva da unidade. O convívio direto e indireto com as crianças e adolescentes apresentou muitos questionamentos, mas também permitiu a elaboração de diversas proposições, culminando no ensaio de projeto apresentado. Entende-se que o trabalho alcançou os objetivos aos quais se propôs, de forma a compor uma abordagem multiescalar da arquitetura - de análise urbana, projeto de reforma da edificação e projeto do mobiliário -, conformando um caderno de reflexões acerca do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Embora o ponto de partida do presente estudo tenha sido a arquitetura, a articulação com as demais áreas do conhecimento foram indispensáveis para a compreensão da realidade das instituições de acolhimento institucional. O grande desafio durante

o desenvolvimento foi a aproximação com estas áreas com as quais eu não estava familiarizada - como a psicologia e a psicanálise -, mas que, através de breves reflexões, pude inseri-las para enriquecer o debate.

A articulação da arquitetura neste debate perpassa pelo reconhecimento da função social que a nossa profissão exerce na sociedade, a fim de garantir a construção de um bom espaço e de uma forma de morar acolhedora e participativa. Considerando o debate sobre as formas de morar, busquei trazer os aspectos subjetivos e psíquicos que norteiam essa discussão de maneira a extrapolar os aspectos técnicos da questão do habitar e ampliar a discussão do exercício projetual da habitação. O espaço - sobretudo o espaço do morar - é visto como um lugar de identificação e de pertencimento, de modo que, ao personalizá-lo, as pessoas querem mostrar quem são e lembrar de si próprias. A noção de sentir-se bem e sentir-se em casa em determinado lugar não é desencadeada por um mero contrato social ou pela presença da instituição família, mas sim pelos vínculos estabelecidos. Logo, entende-se que um lar não se configura somente como um refúgio físico, mas também psicológico, uma vez que ele é responsável por guardar a real identidade de seus habitantes. O ensaio projetual apresentado levou em consideração essas hipóteses e propôs modificações na escala da arquitetura e do mobiliário que buscaram intensificar o processo de vinculação e de identidade dos acolhidos com o centro de acolhimento, a partir da construção de um projeto intimamente ligado aos seus moradores.

O trabalho desenvolvido teve como base a importância das relações humanas e da interação entre homem e ambiente no processo de desenvolvimento humano, sobretudo no desenvolvimento infantojuvenil. Ainda que a provisoriação seja vista como uma das características do serviço de acolhimento, é preciso que este seja visto enquanto situação intermediária entre a família e a comunidade, buscando promover um atendimento adequado ao pleno desenvolvimento infantil que estimule

o desenvolvimento da identidade e autonomia dos acolhidos. Dessa forma, espera-se que as reflexões apresentadas possam contribuir para o repensar das formas de morar nos serviços de acolhimento institucional através do estudo de aspectos psicossociais relacionados ao morar e da construção dos ambientes voltados para crianças e adolescentes. Além disso, espera-se que o projeto apresentado possa servir de base para que a *Inst.* realize futuras reflexões e modificações. Em conversas com a coordenadora, observei o interesse e a iniciativa de aplicação de algumas das modificações, sobretudo as mudanças de layout, que já começaram a ser realizadas na unidade, pela instalação da cortina e das cômodas individuais no quarto verde, dos meninos adolescentes.

Em relação à proposição do novo mobiliário, é necessário frisar que a escolha do uso de compensados de grandes dimensões - sobretudo as peças utilizadas para o beliche - e dos dispositivos de montagem - minifix - inviabilizam a montagem dos móveis como uma atividade exclusiva das crianças e dos adolescentes, pois exigem a presença e auxílio de um adulto. Contudo, entende-se que os acolhidos poderiam participar de parte do processo de montagem, contribuindo com a montagem do banco e da sapateira, bem como do manuseio de peças de menores dimensões constituintes do mobiliário beliche, como por exemplo, da escada. Nesse sentido, o mobiliário pensado atende a diretriz de participação dos acolhidos no processo de montagem. É necessário ressaltar, no entanto, que a proposta possui algumas limitações no que se refere à viabilidade técnico-financeira da proposição. Foram estimadas que seriam necessárias seis chapas de compensado para a realização de uma unidade dos mobiliários propostos - banco, sapateira, cama. Dessa forma, se numa perspectiva futura for possível pensar em uma produção serializada¹⁸ do mobiliário proposto, será necessário verificar

¹⁸ Considerando o universo do acolhimento no Município de São Paulo, o qual possui 132 unidades, com uma média de 15 crianças por unidade, verifica-se uma média de 2000 crianças acolhidas. Diante desse cenário, é possível afir-

a possibilidade de estabelecer parcerias com alguma marcenaria e realizar um estudo para otimizar a produção através da análise do aproveitamento das chapas e da inserção do sistema 32mm¹⁹ no dimensionamento das peças. Cabe ressaltar também a importância da realização de protótipos em escala 1:1 através da realização de testes na Router CNC que permitam a verificação dos encaixes propostos, bem como a otimização do desenho.

As premissas do projeto e os conceitos discutidos no presente trabalho tentaram representar, através de uma proposição gráfica, os aspectos que norteiam e estão presentes no universo do acolhimento - que é carregado de desamparos, símbolos e subjetividades. Isso posto, é necessário frisar que os conceitos abordados não se resumem aos aspectos analisados e que há muito a avançar nos estudos das subjetividades do habitar das crianças e adolescentes acolhidos. Nesse sentido, o ensaio deve ser compreendido como produto das trocas realizadas, da análise subjetiva e do aporte teórico mobilizado na presente pesquisa.

Não posso deixar de mencionar que o presente trabalho reconhece os limites da arquitetura enquanto ferramenta social, de modo que comprehende que a questão do acolhimento extrapola o debate disciplinar. Contudo, é fundamental potencializar esse debate dentro do campo da arquitetura para que haja a proposição de diretrizes mais sensíveis às particularidades do acolhimento no Brasil. Nesse sentido, um próximo passo possível para a continuidade do presente estudo seria o de explorar o acolhimento institucional sob o viés arquitetônico de maneira mais ampliada. Ou seja, sugere-se que essa investigação seja realizada com uma amostra maior de unidades, inseridas, preferencialmente, em diferentes contextos socioculturais. Dessa forma, seria possível

mar que a produção do mobiliário seria serializada caso ela fosse estendida para as demais unidades do município.

¹⁹ O sistema 32mm é muito utilizado na produção e fabricação de móveis. Trata-se de um gabarito que funciona como padrão internacional de medidas, aproximando as dimensões de placas, ferragens e peças a serem produzidas.

Bibliografia

estudar a viabilidade de um projeto de política pública para os serviços de acolhimento institucional que considera elementos da arquitetura e aspectos psicossociais, visando a melhoria das formas de morar nos centros de acolhimento institucional.

SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. *Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social*. 2013. 22f. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração Pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v.23, n.1, P. 70-75, mar 2003.

ASSIS, S.; FARIAS, L. O. (Orgs.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BALLONE, Geraldo José. Criança Adotada e de Orfanato – Parte 2. In: *PsiqWeb*, Psiquiatria Geral, 2003.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069/90*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002. 156 p.

CARETA, Denise Sanchez. *Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional*. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011..

CARVALHO, M. C. B . *Teoria da Ação em Debate*. São Paulo: IEE / FAPESP / Cortez, 1993.

FONSECA, C. (2002). *Caminhos da Adoção*. 2^a ed. São Paulo: Cortez.

GOFFMAN, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade*

Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. (2011). Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo . *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 22(2), p. 191-199.

MALARD, M. L. *Os objetos do cotidiano e a ambência*. In: 2o. Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído., 1993, Florianópolis. Anais do 2o. Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído. Florianópolis: ANTAC, 1993. v. 1.

M. L. A. M. Ghirardi, & M. P. Ferreira. (Orgs). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional*. São Paulo: Editora Escuta: Instituto Tortuga. 2016.

_____. *Desamparo, acolhimentos e adoções: escutas psicanalíticas*. São Paulo: Editora Blucher. 2022.

MARIN, I. da S. K. *Febem, família e identidade: (O lugar do Outro)* (3ª ed.). São Paulo: Escuta. 2010.

PEREIRA, M. E. C. (2008). *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Escuta.

SAVI, Aline. *Abrigo ou Lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. 2008. Tese (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

SAVI, A. E.; DISCHINGER, M. *HABITAR DOMÉSTICO: Notas sobre a*

ambiente no habitar doméstico do acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 58-68, 2017.

SOBRE ARQUITETURA, ESPAÇO E LUGAR

ALTMAN, Irwin; RAPOPORT, Amos; WOHLWILL, Joachim F (Eds.). *Environment and culture*. New York: Plenum, 1980. 351 p.

AUGOYARD, Jean François. *Faire une ambiance*. France, Grenoble : À La Croisée, 2011.

BALDANI, A. C.; CASTRO, E. D. *Construindo espaços de habitar*. *Rev. Ter. Occup. Universidade de São Paulo*, v.18, n.1, p.1-10, jan./abr. 2007.

BARBUY, Santiago. *O espaço do encontro humano*. São Paulo: ECE, 1980.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. In: *Os Pensadores XXXVII*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. *Ambiência: espaço físico e comportamento*. In: *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2014.

BOTTON, Alain de. *A arquitetura da felicidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Interiores e Interioridade*. In: Vânia Carneiro de Carvalho. (Org.). *Casas e Coisas*. 1ed. São Paulo: EDUSP, 2022, v. , p. 46-57.

DE CAMARGO, Érica Negreiros. *Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

CRESSWELL, Tim. *Place: a Short Introduction*. 2004.

DUARTE, C. R. A Empatia Espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. *Revista Projetar*, v. 1, pp. 1-12. 2015.

DUARTE, C.R; PINHEIRO, E. Imagine uma tarde chuvosa. Pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: *Anais do 6º Projetar - O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática*. 2013.

ELALI, Gleice. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. Dossiê Psicologia Ambiental. In: *Estudos de Psicología*, 1997, 2 (2), p. 349-362.

_____. Relações entre comportamento humano e ambiência: Uma reflexão com base na Psicologia Ambiental. In: *Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas*. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009, p. 1-14.

FELIPPE, Maíra. Casa: uma poética da terceira pele. *Psicología & Sociedad*. Florianópolis: v. 22, nº 2, p. 299-308, 2010.

FISCHER, Gustave-Nicolas. *Psicología social do ambiente*. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Curriculum, espaço e subjetividade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GALFETTI, Gustau Gili. *Minha Casa, Meu Paraíso: A Construção do Universo Doméstico Ideal*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.

GIFFORD, Robert. *Environmental Psychology: Principles and Practice*. Ally and Bacon. 1997.

GÜNTHER, Hartmut. A Psicologia Ambiental no Campo Interdisciplinar de Conhecimento. *Psicología USP*, v. 16, n. 1/2, p. 179-183, 2005.

HALL, E. T. *A Dimensão Oculta*. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1977.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, Habitar, Pensar*. In *Ensaios e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 125-141.

_____. *Ser e tempo*. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LIMA, Sheila; SOUZA, Iara. A importância do espaço para as experiências e emoções de pessoas com sofrimento emocional: refletindo sobre solidão e possibilidades. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*. N°19. Año 7. Argentina. ISSN 1852-

8759. pp. 45-57. 2015.

MATURANA, H. R. *La realidad ¿objetiva o construida?: I fundamentos biológicos de la realidad*. México: Anthoropos, 1995.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. *Casa e lar: a essência da arquitetura*. Arquitextos, São Paulo, ano 03, n. 029.11, Vitruvius, out. 2002.

MIROCZNIK, Betty. A intangível realidade: atmosferas, encontros e percepções. *Revista Prumo*. Ano 3 – N° 5. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - Puc-Rio – Rio de Janeiro. ISSN 2446-7340. pp. 151-159. 2018.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *The concept of dwelling: On the Way to Figurative Architecture*. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140p.

OLIVEIRA, Clara Chahin Werneck. *A arquitetura de resistência de Peter Zumthor: fenomenologia, lugar e experiência*. Iniciação científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Guilherme Teixeira Wisnik (Orientador). 2017.

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2016.

_____. *Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos*. Porto alegre: Bookman, 2011.

_____. *La imagen corpórea. Imaginación e imaginario en la arquitectura*. Barcelona, Espanha, Gustavo Gili, 2014.

POL, E.; VALERA, S. (1999). Symbolisme de l'espace public et identitée

sociale. *Villes en Paralèle*, 28 (29), 13-33.

PROST , Antoine; VICENT, Gérard (org.) *Fronteiras e espaços do privado - A família e o indivíduo*. In: _____. VEYNE, Paul (org). *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 60-105. (História da vida privada, v. 5)

RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: Pequena História de uma Idéia*. 1a ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

THIBAUD, Jean-Paul. Ambiência. Sylvia Cavalcante; Gleice A. Elali. *Psicologia Ambiental. Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*, Editora Vozes, pp.13-25, 2018.

_____. L'horizon des ambiances urbaines. *Communications*, [s. I], n. 73, p. 185-201, 2002.

TOLEDO, Luiz Carlos. *Feitos para curar: Arquitetura hospitalar & processo projetual no Brasil*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. CD-ROM. 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

ZUMTHOR, Peter. *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

SOBRE INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

ARAUJO, D. S.; OLIVEIRA, M. A.; GUARNIERI, A. R. *Host Institute for Children and Teenagers*. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - UNIFIO, Departamento dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Psicologia, 2023.

ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescente de grupos populares. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2003.

BOWLBY, John. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas; 1989.

DEL PRIORE, M. *História da infância no Brasil*. 4^a edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

GANZ, L, & GRECO, M. (Orgs). *Desembola na Ideia - Arte e Psicanálise implicadas na vulnerabilidade juvenil*. 2021.

MIGLIORINI, Walter José Martins; FREITAS, Lídia Maria Chacon de. Objetos transicionais e o desenvolvimento da capacidade de incomodar. *J. psicanal.* [online]. 2018, vol.51, n.95.

PIAGET, Jean; INHEIDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. 16^a Ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

WINNICOTT, Donald. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1975.

_____. A criança evacuada (M. Stahel, Trad.). In D. W. Winnicott, *Privação e delinquência* (pp. pp. 41-46) São Paulo: Martins Fontes.

SOBRE TEMÁTICAS COMPLEMENTARES

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). 1983. *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.82-121.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

FREUD, S. (1915). Sobre a transitoriedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 345-348.

GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GOFFMAN, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Tradução Flávio Beno Siebeneicheler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HOLLOW, Joanne. *Domestic Cultures*. Open University Press. Nova York. 2008.

MARCUS, Clare Cooper. *House as Mirror of Self: Exploring the Deeper Meaning of Home*. 1995.

SENNETT, R. *Respect in a world of inequality*. London: Penguin, 2002.

SILVA, Francisco Vieira. Rascunhos de uma genealogia da intimidade: um sobrevoo pela história. *Revista Mosaico*, v. 9, n. 1, p. 152-163, Jan./jun. 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.18224/mos.v9i1.4816>>

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI-XX*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2016.

SOBRE PROJETOS DE ARQUITETURA

[A] Bagritsky, Ruetemple, Moscou, Rússia, 2015. Fotos disponíveis em <https://www.archdaily.com.br/br/775648/bagritsky-ruetemple?ad_medium=gallery>. Acesso em 02 fev. 2024.

[B] Montessori Kindergarten, ArkA, Daxing, China, 2017. Fotos de Chiara Ye. Disponível em <<https://www.archdaily.com/907109/montessori-kindergarten-arka>> . Acesso em 08 fev. 2024.

[C] Berçário Primetime, Studio MK27, São Paulo, Brasil, 2007. Fotos de Nelson Kon. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-10336/bercarioprime-time-studio-mk27-marcio-kogan>>. Acesso em 03 fev. 2024.

[D] Centro para Juventude, Cornelius + Vöge, Dinamarca, 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/955121/centro-para-juventude-em-roskilde-cornelius-plus-voge>>. Acesso em 09 fev. 2024.

[E] Elementary School Vřesovice, Public Atelier e Fuuze, Vřesovice, República Tcheca, 2019. Fotos de BoysPlayNice. Disponível em <<https://www.archdaily.com/941509/elementaryschool-vresovice-public-atelier-plus-fuuze>>. Acesso em 09 fev. 2024.

[F] Escola Umbrella, Savana Lazaretti Arquitetura e Design Sensorial, Curitiba, Brasil, 2020. Fotos de Renata Salles. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/940703/biblioteca-da-escola-umbrella-savana-lazaretti-arquitetura-e-design-sensorial>>. Acesso em 06 fev. 2024.



Anexos

SOBRE PROJETOS DE MOBILIÁRIO

[G] Abitacolo (Little House). Cama multifuncional. Bruno Munari, 1971. Disponível em <<https://us.rexite.it/abitacolo-little-house-multifunctional-bed-fully-equipped-composition-abitacolo-bundle-01.html>>. Acesso em 16 abr. 2024.

[H] Centro Infantil ECONEF. Asante Architecture & Design, Lönnqvist & Vanamo Architects, Arquitetos Sem Fronteiras Suécia, Engenheiros Sem Fronteiras Suécia e ECONEF. Tanzânia, 2018. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/925985/centro-infantil-econeef-asante-architecture-and-design-plus-lonnqvist-and-vanamo-architects>>. Acesso em 08 fev. 2024.

[I] Moradias Infantis, Rosenbaum e Aleph Zero, Tocantins, Brasil, 2017. Fotografias de Leonardo Finotti. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>>. Acesso em 08 fev. 2024.

[J] Móveis open source para crianças, Mono Design, Studio Dlux, 2019. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/941466/moveis-open-source-para-criancas-que-podem-ser-baixados-e-fabricados-localmente?ad_medium=gallery>. Acesso em 05 mar. 2024.

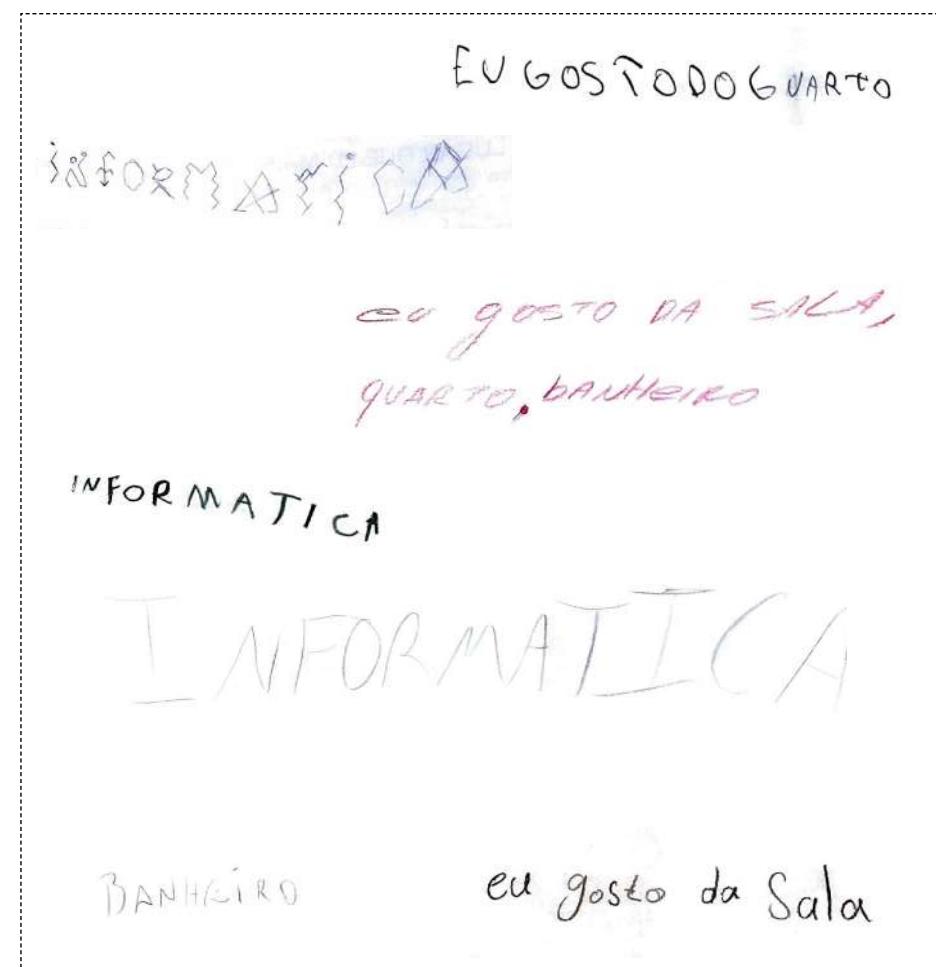


ANEXO A

Dinâmica realizada com os adolescentes sobre os ambientes que eles mais gostavam e menos gostavam no SAICA

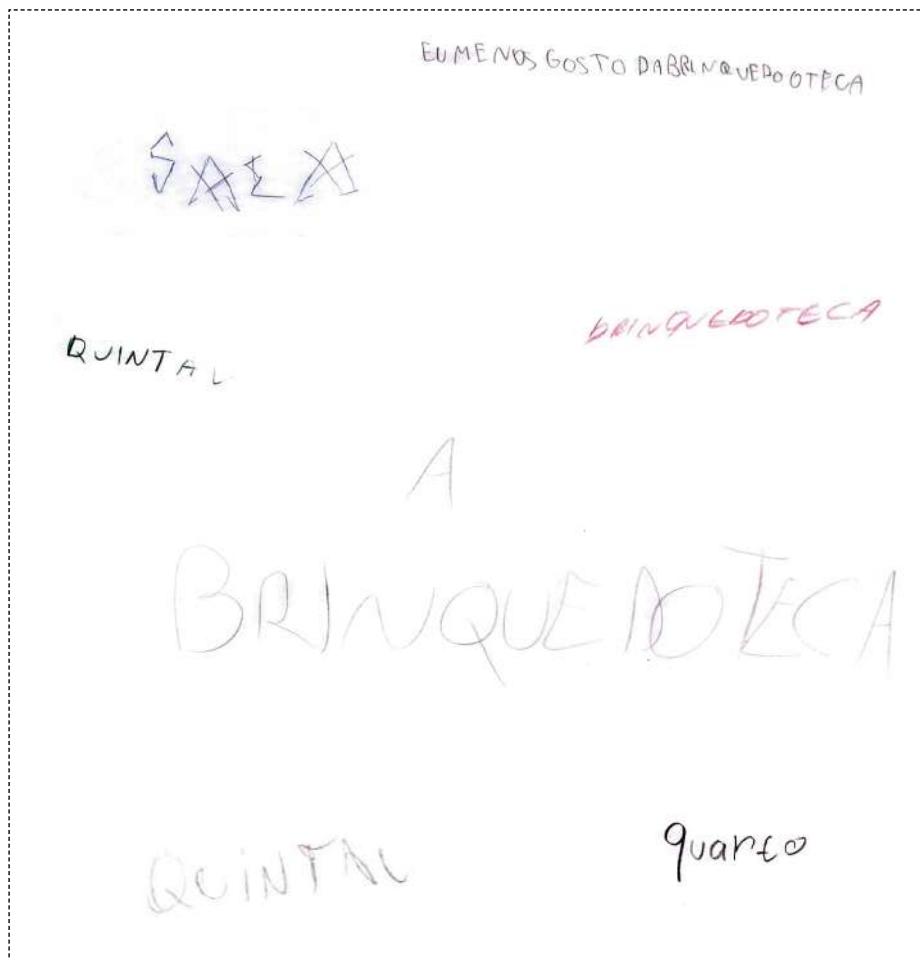
O LUGAR QUE EU **MAIS GOSTO** AQUI É...

PODE COMPLETAR ATRAVÉS DE DESENHOS, PALAVRAS, DA FORMA QUE QUISER



O LUGAR QUE EU **MENOS GOSTO** AQUI É...

PODE COMPLETAR ATRAVÉS DE DESENHOS, PALAVRAS, DA FORMA QUE QUISER



ANEXO B

Lista de tópicos para direcionar a coleta de informações nas conversas individuais e na dinâmica dos quartos

DIMENSÃO COMPORTAMENTAL

- [1] Apropriação do cômodo (ornamentação e decoração, personalização)
- [2] Atividades realizadas (usos do espaço, função, usuários)
- [3] Restrição de acesso (quem e porquê, reguladores espaciais)
- [4] Informação externa de outro cômodo (conflito, barreiras físicas e visuais)
- [5] Flexibilidade do espaço (móvels fixos ou soltos, fácil retirada, adaptabilidade)
- [6] Ambiências (sentimento causado por estar no ambiente)

DIMENSÃO AMBIENTAL

- [1] Iluminação natural (mecanismos de controle, boa ou ruim, por quê)
- [2] Iluminação artificial (suficiente ou insuficiente, por quê)
- [3] Conforto térmico (bom ou ruim, por quê, climatização artificial)
- [4] Ventilação natural (suficiente ou insuficiente, por quê)
- [5] Conforto acústico (bom ou ruim, por quê, instrumentos de isolamento)

ASPECTOS DO AMBIENTE

- [1] Dimensões (suficiente ou insuficiente)
- [2] Estética do ambiente (cores e acabamentos, estado de conservação)
- [3] Layout (barreiras, inadequação)
- [4] Mobiliário (adequado ao público infantil, fatores de risco, suficiente ou insuficiente, materiais utilizados, durabilidade)

NOTA: A lista foi elaborada a partir de uma adaptação do roteiro de entrevista não estruturada de SAVI (2007), utilizado como metodologia para obter informações acerca das características físicas, dimensões ambientais e comportamentais dos serviços de acolhimento institucional.

ANEXO C

Maquete dos mobiliários realizada em MDF, na escala 1:5

